The background of the cover features a blurred cityscape at night. Overlaid on this are several white gears of various sizes and a globe with latitude and longitude lines. A network of white lines connects various points, suggesting a digital or interconnected theme. On the left side, a hand is shown holding a glowing, incandescent lightbulb, which is the source of a warm, golden light that illuminates the scene.

**INOVAÇÃO E SOCIEDADE:  
UMA ABORDAGEM  
MULTIDISCIPLINAR**  
**BRUNO MATOS DE FARIAS**

Bruno Matos de Farias  
Organizador

INOVAÇÃO E SOCIEDADE:  
UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

158 Inovação e sociedade [livro eletrônico]: uma abordagem multidisciplinar / Organizador Bruno Matos de Farias. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2023.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-87809-91-5

1. Educação. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento.  
3. Professores – Formação. I. Título

CDD371.72

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda  
Rio de Janeiro / RJ  
contato@epitaya.com.br  
<http://www.epitaya.com.br>

  
epitaya  
Editora

Bruno Matos de Farias  
Organizador

INOVAÇÃO E SOCIEDADE:  
UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



Rio de Janeiro – RJ  
2023

## **CONSELHO EDITORIAL**

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN	Gercton Bernardo Coitinho
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

---

## **COMITÊ CIENTÍFICO**

PESQUISADORES	Profa. Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Maria Lelita Xavier
	Profa. Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Maria Regina da Silva Pinheiro
	Profa. Cleide Gonçalo Rufino
	Profa. Roberta Kele Ribeiro Ferreira
	Profa. Pauline Balabuch
	Prof. Thiago de Freitas França
	Prof. Daniel da Silva Granadeiro

## APRESENTAÇÃO

É com grande entusiasmo que me aventuro pela apresentação deste livro notável, intitulado "Inovação e Sociedade: Uma Abordagem Multidisciplinar". Esta obra representa um marco significativo na busca do conhecimento e na promoção do pensamento interdisciplinar, reunindo um grupo diversificado de pesquisadores que abordam uma variedade de tópicos complexos e relevantes.

Composta por uma seleção de capítulos, essa coleção destaca o compromisso e a dedicação dos autores em explorar as fronteiras do conhecimento, desafiando as barreiras disciplinares e buscando novas perspectivas para compreender a sociedade em constante evolução. Cada capítulo é uma janela para um campo único de estudo, abordando desde questões educacionais e políticas até desafios contemporâneos em áreas como psicologia, saúde, tecnologia e muito mais.

No Capítulo 1, somos convidados a refletir sobre "O Uso de Mídias Digitais na Educação da Atualidade". Os autores nos conduzem por um cenário em constante transformação, onde a tecnologia está redefinindo a forma como ensinamos e aprendemos. Este capítulo explora como as mídias digitais estão moldando o cenário educacional atual e como os educadores estão se adaptando a essas mudanças.

No Capítulo 2, entramos no campo das políticas públicas e licitações, com a discussão sobre "Atas de Registro de Preços Gerenciadas por Municípios". Os autores abordam a possibilidade de adesões por órgãos não participantes e exploram como isso pode impactar o federalismo, um tema crucial na administração pública.

No Capítulo 3, adentramos o mundo da economia e da saúde com "Endividamento, Mercado de Crédito e COVID-19". Este capítulo examina as influências da política nacional na microeconomia familiar, especialmente à luz dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19.

No Capítulo 4, mergulhamos na história e no pensamento social com "Contribuições do Marxismo para a Historiografia e a Influência na Historiografia Brasileira". Os autores nos levam a uma jornada pelo legado do pensamento marxista e sua aplicação na compreensão da história e da sociedade no Brasil.

No Capítulo 5, exploramos "O Poder da Influência do Uso das Redes Sociais nas Atividades Profissionais do Guia de Turismo no Rio Grande do Norte". Este capítulo destaca a crescente importância das redes sociais na indústria do turismo e como elas afetam as atividades profissionais dos guias turísticos.

No Capítulo 6, discutimos a "Educação no Brasil como um Direito Essencial ao Exercício da Cidadania". Os autores destacam a importância da educação na formação cidadã e como ela molda o futuro da sociedade brasileira.

No Capítulo 7, aprofundamos a relação entre escola, família, sociedade e psicologia com "A Relação Escola, Família e Sociedade e as Contribuições da Psicologia para a Formação Escolar: Escola e Sociedade na Aceitação Inclusiva". Este capítulo examina como a psicologia desempenha um papel fundamental na formação escolar inclusiva e na construção de uma sociedade mais acolhedora.

No Capítulo 8, avaliamos a "Capacidade Funcional de Pacientes da Internação Psiquiátrica através do Teste Short Physical Performance Battery (SPPB)". Os autores exploram a importância da avaliação da capacidade funcional em pacientes psiquiátricos e como o SPPB pode ser uma ferramenta valiosa nesse contexto.

No Capítulo 9, mergulhamos no mundo da cirurgia plástica e da qualidade de vida com "Calidad de Vida Después de 18 Meses de la Abdominoplastia en Paciente con Índice de Masa Corporal Debajo del 25". Este capítulo nos convida a refletir sobre os impactos da cirurgia plástica na qualidade de vida dos pacientes.

No Capítulo 10, encerramos nossa jornada com "A Tecnologia como Modernização dos Costumes Sociais: Os Nômades Digitais". Os autores exploram como a tecnologia está transformando a forma como vivemos e trabalhamos, com um foco especial nos nômades digitais, que desafiam as convenções sociais.

No Capítulo 11, abordamos o fascinante universo da inteligência artificial e suas aplicações potenciais na educação a distância, com abordagem nas aulas de leitura e produção de textos. Em "Possibilidades de Articulação da Inteligência Artificial na Educação a Distância nas Aulas de Leitura e Produção de Textos", exploramos as oportunidades promissoras que essa integração oferece para aprimorar o processo educacional.

Ao ler estas páginas, você embarcará em uma jornada intelectual que transcende as fronteiras disciplinares, explorando novos territórios de conhecimento e desafiando preconceitos de maneira convencional. Este livro é um testemunho da paixão e dedicação dos autores na busca pela excelência acadêmica e na compreensão mais profunda do mundo que habitamos.

Que "Inovação e Sociedade: Uma Abordagem Multidisciplinar" inspire e informe, abrindo portas para novas perguntas e descobertas. Esta obra é uma contribuição valiosa para o panorama acadêmico e um convite para que todos nós continuemos explorando os limites do conhecimento humano.

Boa leitura!  
**Prof. Dr. Bruno Matos de Farias**  
Doutor em Desenvolvimento Local  
Editor-Chefe Epitaya

## SUMÁRIO

<i>Capítulo 1</i> .....	09
O USO DE MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DA ATUALIDADE: ADAPTAÇÃO DO MODO DE ENSINAR E APRENDER <i>Josecarlos Emanuel Magalhães Marins</i>	
<i>Capítulo 2</i> .....	23
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS GERENCIADAS POR MUNICÍPIOS: POSSIBILIDADE DE ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES E A DESCONSTRUÇÃO DO FEDERALISMO DA DESCONFIANÇA FIXADO NO ART. 86, § 3º. <i>Andryu Antônio Lemos Da Silva Junior, Thiago Albuquerque Fernandes</i>	
<i>Capítulo 3</i> .....	45
ENDIVIDAMENTO, MERCADO DE CRÉDITO E COVID-19: INFLUÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL NA MICROECONOMIA FAMILIAR <i>Ana Luísa Gordiano de Carvalho</i>	
<i>Capítulo 4</i> .....	63
CONTRIBUIÇÕES DO MARXISMO PARA A HISTORIOGRAFIA, HISTÓRIA SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA <i>José Janderson de Brito</i>	
<i>Capítulo 5</i> .....	77
O PODER DA INFLUÊNCIA DO USO DAS REDES SOCIAIS NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DO GUIA DE TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE <i>Daniel Frederico Fagundes de Lima Andrade, Fernando Cassiano de Medeiros</i>	
<i>Capítulo 6</i> .....	91
EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM DIREITO ESSENCIAL AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA <i>Lucas Minuzzi Covaleski, Fabiana Barcelos da Silva Cardoso</i>	
<i>Capítulo 7</i> .....	103
A RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E SOCIEDADE E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A FORMAÇÃO ESCOLAR: ESCOLA E SOCIEDADE NA ACEITAÇÃO INCLUSIVA <i>Fernando Pereira dos Santos Barbosa</i>	



<i>Capítulo 8</i> .....	111
CAPACIDADE FUNCIONAL DE PACIENTES DA INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA ATRAVÉS DO TESTE SHORT PHYSICAL PERFORMANCE BATTERY (SPPB)	
<i>Éder Tiago de Pauli, Gisele Battistelli</i>	
 <i>Capítulo 9</i> .....	 133
CALIDAD DE VIDA DESPUÉS DE 18 MESES DE LA ABDOMINOPLASTIA EN PACIENTE CON INDICE DE MASA CORPORAL DEBAJO DEL 25	
<i>João Rodrigues Cordeiro Marques, Yuri Matheus Rodrigues Neckel, Vanusa Ribeiro Macedo, Jennifer Cadoná Lunardi, Lily Anne Câmara Tabosa, Matheus Felipe Macedo Teixeira, Carolyne Guedes de Sena, Cleiane Santana Pinheiro de Moraes, Daniel Felipe Scaramello Gonçalves, Gabriella Patricia Rodrigues de Oliveira</i>	
 <i>Capítulo 10</i> .....	 153
A TECNOLOGIA COMO MODERNIZAÇÃO DOS COSTUMES SOCIAIS, OS NÔMADES DIGITAIS	
<i>Marcos Lucilla</i>	
 <i>Capítulo 11</i> .....	 171
POSSIBILIDADES DA ARTICULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NAS AULAS DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	
<i>Joyce Favoretti Cardoso</i>	

## CAPÍTULO 1

### O USO DE MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DA ATUALIDADE: ADAPTAÇÃO DO MODO DE ENSINAR E APRENDER

**Josecarlos Emanuel Magalhães Marins**

Graduado em Letras (Português, Inglês e suas respectivas literaturas).

Especialização em Linguística e o Ensino de Língua Portuguesa.

Professor de Inglês da Rede Estadual de Pernambuco. Mestrando em

Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University.

E-mail: josyemanuel@yahoo.com.br

---

#### RESUMO

Vive-se em uma época em que as tecnologias e mídias digitais estão presentes em todos os setores da sociedade, e muito além disso, tornaram-se necessárias. As pessoas preferem fazer tudo através de uma tela, seja de um computador, de um *tablet* ou de um telefone celular, que, conectados à internet, permitem a realização de várias tarefas que antes só seriam possíveis se fossem feitas pessoalmente. Na educação não é diferente. As metodologias e recursos tradicionais de ensino não são mais capazes de satisfazer professores e alunos durante o processo educativo, fazendo-os recorrerem cotidianamente às mídias digitais e recursos audiovisuais para a realização de suas atividades. O objetivo desse artigo foi discorrer sobre o conceito de mídias, mídias digitais, bem como a sua importância e seu impacto na educação da modernidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, na qual se utilizou o referencial teórico pertinente ao tema e sites da internet. Após os estudos realizados, pôde-se concluir que a utilização das mídias digitais no processo educativo é uma ação extremamente útil e necessária para o enriquecimento do ensino-aprendizagem bem como para o engajamento do aluno na construção do seu próprio conhecimento; apontou-se ainda que deve haver uma ação permanente voltada à formação dos professores, já que muitos deles são frutos de uma geração em que os recursos tecnológicos e mídias digitais ainda não eram popularizados.

**Palavras-chave:** Educação. Tecnologia. Mídias Digitais. Formação Docente.

## **INTRODUÇÃO**

É facilmente perceptível a adesão das novas tecnologias em quase todas as atividades desenvolvidas pela maioria das pessoas na atualidade. Ações simples como uma transação bancária ou uma compra não requerem mais que o indivíduo se desloque de onde estiver para fazê-las, bastando apenas uma operação rápida através de um dispositivo móvel conectado à internet. Arthur (2009) diz que a tecnologia cria nosso mundo, nossa saúde, nossa economia, nossa própria maneira de ser, separando-nos da Idade Média e da forma como vivíamos no passado. De fato, esse é o retrato fiel da nossa realidade.

Na educação não poderia ser diferente. A clientela de hoje não se satisfaz mais com a velha maneira de ensinar e aprender. Trabalha-se com um público que já nasceu na era tecnologia e sua intimidade com ela é extremamente natural, fazendo os professores perceberem que a necessidade agora não é mais ensinar como usar a tecnologia, mas como ensinar através dela, bem como orientar seus discentes a fazer um uso consciente da mesma. Tendo em vista esse público característico que as escolas recebem atualmente, torna-se bastante enriquecedor desenvolver um trabalho aliado às mídias digitais, para que os conteúdos ensinados produzam uma aprendizagem realmente significativa.

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre o conceito de mídias, mídias digitais, bem como a sua importância e seu impacto na educação da modernidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, na qual se utilizou o referencial teórico pertinente ao tema e sites da internet. Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica tem sua base em material já elaborado, como livros e artigos científicos, e permite ao pesquisador abordar assuntos de forma mais abrangente do que se fosse fazer a pesquisa em campo, visto que os dados de que precisa já estão prontos.

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco seções, a saber: a primeira traz a introdução, onde se contextualiza o assunto e se explicam os objetivos e a metodologia do mesmo. Na seção 2, o trabalho traz uma breve explicação sobre o conceito de mídias, mídias digitais e mídias tradicionais. A seção 3 se inicia abordando a importância das mídias digitais e em seguida se subdivide em duas subseções: a subseção 3.1, onde se abordam os motivos e os objetivos/benefícios do uso das mídias na educação bem como quais os tipos de mídias digitais mais utilizados, ao passo que a subseção 3.2 faz um relato baseado nas experiências com eles durante a

pandemia da COVID-19. Na seção 5, encontram-se as considerações finais, que retomam o assunto do trabalho apresentando o que se concluiu através da pesquisa. Por último, na seção 6, apresentam-se as referências bibliográficas que serviram de base para o desenvolvimento do trabalho.

## **COMPREENDENDO O CONCEITO DE TECNOLOGIAS E MÍDIAS: DO HORN-BOOK À LOUSA DIGITAL**

Antes de discutir sobre o conceito de mídias é relevante explicar brevemente o conceito de tecnologia, que desde os tempos mais remotos vem ganhando o fascínio da humanidade, ao mesmo tempo que lhe oferece suporte para o desenvolvimento de suas variadas atividades. Martino (1983) define tecnologia como meios para prover os produtos necessários para o sustento e conforto do homem.

Pode parecer estranho e até mesmo distante do conceito que temos sobre ela na modernidade, mas ao lembrar que esse termo é contemporâneo à Revolução Industrial e que o objetivo das inovações tecnológicas daquela época era solucionar problemas de forma prática, logo se perceberá que não se usa o termo tecnologia com o seu verdadeiro significado, visto que se costuma associá-lo apenas com o setor de informática e de aparelhos de última geração. Para Contin & Pinto (2016, p.11) “ela [a tecnologia] não é, portanto, apenas identificada com o celular, a televisão, o computador e com outros dispositivos eletrônicos e/ou supermodernos. A tecnologia faz parte do nosso dia a dia”.

De acordo com Leopoldo (2002) o uso das novas tecnologias surge da necessidade de aprimorar os saberes, necessidade esta imposta pelo novo modelo de educação. Custa crer que mesmo nos antepassados ela era utilizada para facilitar os processos educacionais, mas levando em conta o significado original do termo, pode-se dizer que a tecnologia acompanha o homem em diversos setores ao longo da história, com destaque para o da educação, o do entretenimento e o do trabalho. Agora, pode-se explicar o conceito de mídias, sem correr o risco de transparecer que elas só existem se estiverem relacionadas às TICs.

Para compreender o conceito de mídia, é importante lembrar que todo ato de comunicação envolve um emissor, um receptor, uma mensagem e um canal para transportá-la. Esse canal (também chamado de suporte) é uma mídia. Por exemplo, quando um professor está ministrando uma aula

utilizando um livro, este é considerado uma mídia, pois a mensagem da aula está sendo transportada através dele. Logo se conclui que uma mídia não deve necessariamente estar ligada à internet ou equipamento digital, mas facilitar a transmissão de uma mensagem.

O termo *aportuguesado*, que se origina do latim *media* (plural de *medium*), sugere multiplicidade e significa um conjunto de meios. As mídias podem ser classificadas em dois tipos: as analógicas (que são aquelas que precisam de um suporte físico para ser acessadas, a exemplo de uma fita de videocassete) e as digitais (aquelas cujos conteúdos são acessados por equipamentos digitais, como um vídeo no *Youtube*®). Pode-se exemplificar como mídias um livro (ou qualquer material impresso), um vídeo, a TV, a internet, uma apostila, um áudio, o rádio.

Ampliando a compreensão sobre mídias digitais, Pernisa Junior (2002) explica que uma mídia digital poderia designar qualquer meio de comunicação que utilize equipamentos de informática transformando e difundindo informações em linguagem digital, ou seja, através da linguagem binária. É válido mencionar que com o avanço da internet surgiram as mídias sociais (*Facebook, Instagram, Tweet, Whatsapp, TikTok*), que permitem compartilhar e difundir conteúdos de maneira mais rápida e fácil. As mídias tradicionais são consideradas unilaterais por não permitirem interação por parte do receptor, ao passo que as mídias digitais são bilaterais, pois permitem que os interlocutores participem do processo de comunicação.

E no âmbito educacional? É nova a ideia de utilização das mídias ou mesmo em tempos mais distantes elas já eram utilizadas? O Portal Dominus (2018) assegura que a história da tecnologia na educação remonta as civilizações antigas e que ela sempre utilizou algum tipo de tecnologia (e consequentemente algum tipo de mídia disponível em cada época) desde sua origem. Como prova, podem-se citar como exemplos de mídias antigas o Horn-Book (bloco de madeira com letras impressas para alfabetizar as crianças através de textos religiosos por volta de 1450) e o Magic Lan Tern (o precursor dos projetores de slides, por volta de 1870), além outras ferramentas como cartazes, quadro negro, livro didático, apostilas e outros itens que fazem parte da rotina escolar para facilitar a aprendizagem dos alunos.

Figura 1 – Horn-Book, ferramenta utilizada para ensinar a ler e escrever textos religiosos.



Fonte: <https://www.timetoast.com/timelines/evolucao-da-tecnologia-na-educacao-brasileira>, acessado em 05 de julho de 2023.

Com o passar dos anos e com a busca incessante por inovação e facilidade, chega-se à era da informação instantânea, da interatividade e das mídias digitais, que, cada vez mais modernas e inovadoras e na maioria das vezes associadas à internet (que se consagrou como principal meio de comunicação mundial), tornaram tecnológica a sociedade na qual se vive e são vistas hoje em dia como ferramentas indispensáveis em todos os setores.

Na educação, um fator recente que potencializou a utilização das mídias digitais foi a pandemia do novo Coronavírus, uma vez que as escolas do mundo todo tiveram que procurar novas formas de interagir com seus alunos para não perder o vínculo com eles diante da suspensão das aulas presenciais. Para Przybilski (2022), com a mudança do formato de ensino novos equipamentos e mídias como câmeras, microfones, fones, *tablets*, *desktops*, *smartphones*, aplicativos e *sites* da internet foram incorporados ao processo, que antes era mediado apenas por *notebooks* e *datashows*.

Falando-se sobre digitalização e modernização na educação, outra mídia que merece destaque é a lousa digital. Este equipamento é um suporte tecnológico que funciona como uma tela grande de computador sensível ao toque, composto de outros itens já existentes, como computador, projetor, *software* de toque e tela.

Segundo Godoy (2022), há diversos tipos de lousas digitais disponíveis, porém dois deles merecem destaque e são mais comuns: a lousa portátil, cujo sensor pode ser transportado com facilidade e transforma qualquer superfície em quadro interativo, por ter um projetor acoplado à sua estrutura, e o *SmartBoard*, que é parecido com um quadro convencional, não é portátil, mas possui um sensor que o torna sensível ao toque. É o tipo mais comum em escolas e universidades.

Figura 2 – *SmartBoard*, o tipo mais comum de lousa digital.



Fonte: Godoy (2022).

É notório então que independentemente da época, as mídias, sejam tradicionais ou digitais, foram instrumentos de grande utilidade na educação, mostrando sua eficácia para otimizar uma situação, facilitar a realização de uma tarefa ou atuar na resolução de um problema.

## **MÍDIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO: UMA ADAPTAÇÃO PERMEADA DE DESAFIOS**

Os avanços das tecnologias, a popularização de equipamentos juntamente com a facilidade de adquiri-los fizeram com que as pessoas de um modo geral passassem a utilizá-los no seu cotidiano de acordo com suas necessidades. Quando se fala dos jovens, essa intimidade aumenta mais pois

nasceram em uma época em que a tecnologia é uma tendência natural e esta os acompanha nos mais diversos setores de suas vidas.

Em se tratando de educação, tendo em vista o conhecimento prévio dos estudantes, adquiridos a partir da própria intimidade deles com a tecnologia, percebe-se a necessidade de adotar as mídias digitais como parceiras do processo educativo para que a construção do conhecimento se torne mais sólida e significativa ao aproximar os conteúdos ministrados da realidade vivida pelos alunos. Para Lima et al. (2019, p. 2) “a utilização dos recursos midiáticos não pode ser negada pelo professor, mas deve ser utilizada a favor do fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem”.

Entretanto, não se pode fechar os olhos para uma questão recorrente: os professores estão preparados para essa adaptação emergente? Pode-se afirmar que uma parte sim. Há um grande número de educadores que dominam com facilidade o trabalho com as mídias, outros que se interessam, doam-se e se esforçam para se atualizarem e corresponderem às novas exigências impostas pela sua clientela. Por outro lado, ainda se encontram professores que mal usam um *smartphone* ou um aplicativo de conversa como o *whatsapp*, por exemplo e até mesmo para utilizar um *datashow* precisa da ajuda de um colega, pois a mídia que domina em sala de aula é apenas o quadro e o pincel.

Esse empecilho se configura como um desafio a ser vencido, pois mesmo com o avanço das mídias e tecnologias, o professor sempre será uma figura importantíssima no processo educativo - ainda que não esteja mais no centro – e precisará dominá-las para conduzir sua aula sempre que precisar utilizá-las. Por outro lado, não se pode culpá-lo por não possuir as habilidades esperadas para a sua realidade. Deve-se observar que a maioria deles foi formada em outra época em que não havia tantos recursos e tecnologias disponíveis nem para a sua formação, quanto mais para usarem como incremento didático-metodológico.

Fica claro então, que para que as mídias sejam utilizadas com segurança por todos os professores, é necessário que haja um processo de aprendizagem e experimentação por parte dos mesmos. Nesse sentido Lima et al. (2019) chamam a atenção para o fato que nesse contexto é essencial pensar na formação do professor para enfrentar esse cenário pois muitas vezes ele não está preparado para essa realidade. Valente (1993) também compartilha da mesma ideia quando diz que a postura do professor para as práticas pedagógicas da sua geração não se adquire através de treinamento,



mas sim a partir de um processo de formação permanente, dinâmico e integrador. Torna-se um desafio, mas nada que seja inatingível.

## QUE TIPOS DE MÍDIAS DIGITAIS SÃO MAIS ADOTADAS ATUALMENTE E POR QUE UTILIZÁ-LAS?

As mídias em geral podem ser categorizadas em três tipos: impressa, eletrônica e digital. Cabe aqui uma breve explicação sobre cada uma delas:

a) **Mídia impressa:** é qualquer tipo de material impresso que tem por objetivo comunicar alguma coisa. Sendo o tipo de mídia mais antigo, pode-se exemplificar citando-se jornais, revistas, panfletos e catálogos.

b) **Mídia eletrônica:** são mídias que não permitem a interação do indivíduo, sendo usadas apenas para a transmissão de informações. Como exemplos, podem ser citados o rádio, a televisão, o cinema, os CDs e DVDs e os recursos eletrônicos visuais em geral.

c) **Mídia digital:** são as mídias baseadas na tecnologia digital, principalmente na internet. A principal característica delas é a possibilidade de interatividade, ou seja, o usuário recebe e fornece conteúdos através delas. Nessa categoria, se enquadram a internet, a TV digital, as redes sociais, os jogos de computador e programas educacionais.

Com o crescimento exponencial do ensino à distância, o uso das mídias digitais tornou-se fundamental para que se possam atingir os objetivos esperados para cada disciplina e aconteça a interatividade entre docente e aluno. Além das mídias digitais já mencionadas, são de extrema aceitação outras ferramentas como fóruns, *chats*, *e-mails*, ambientes virtuais de aprendizagens e plataformas de transmissão como *Zoom®* e *Google Meet®*.

Todas essas mídias se apresentam como alternativas importantes e eficazes para o desenvolvimento da aprendizagem, fazendo com que a sala de aula possa ir além do quadro, do pincel (antigamente, do giz), do professor e do aluno. A utilização das mesmas pode ser feita em qualquer área do saber, porém depende do planejamento prévio de como inclui-las na aula, observando a que mais se adequa ao objetivo proposto pelo docente. No entanto, inseridos em uma sociedade altamente tecnológica, as mídias digitais têm ganhado espaço nos mais diversos âmbitos sociais.

E quais seriam as vantagens de utilizá-las na educação? Segundo Guimarães et. al. (2022) as mídias digitais se configuram como fortes aliadas

ao ensino, pois são capazes de ampliar as formas de ensinar e aprender além de fortalecer o protagonismo dos alunos, tornando assim a aprendizagem significativa e facilitando a adoção de metodologias ativas, ao passo que colaboram para a adaptação do ensino à realidade dos alunos e conseqüentemente seu engajamento, trazendo-as, a favor da construção do conhecimento.

A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua competência geral de número 5, orienta o uso crítico e responsável das mídias e tecnologias digitais nos mais diversos contextos onde o aluno está inserido:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2018).

Segundo Almeida e Prado (2006) para usar as mídias e tecnologias de forma significativa e direcionada é necessário conhecer as novas formas de ensinar e aprender e reconhecer que recursos midiáticos e tecnológicos ajudam não só na transmissão de conhecimentos, mas também na democratização e na integração social. A subseção seguinte fará uma abordagem específica sobre a eficácia das mídias digitais no trabalho pedagógico pandemia do coronavírus, porém não restringe as mídias citadas como únicas a produzirem efeitos no processo de ensino-aprendizagem.

## O PROCESSO EDUCATIVO MEDIADO POR MÍDIAS DIGITAIS GRATUITAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Como a educação está em constante evolução e todos os dias aparece uma novidade a ser experimentada, os educadores costumam se manter em atualização para acompanhar as demandas do mundo que os cerca. Moraes (2017) afirma que se do ponto de vista humanista e sociocultural o aluno é o fator principal na elaboração de metodologias em sala de aula, as ferramentas virtuais devem ser bastante utilizadas, pois os

recursos digitais e a imagem favorecem não somente a interpretação dos conteúdos, mas dos elementos visuais encontrados no dia a dia.

Muitos professores se reclamam por não saberem usar a tecnologia ou a rejeitam para manter os métodos e recursos pedagógicos tradicionais. Mas em meio a essas mudanças no cenário educacional e a essas facilidades, existiu um divisor de águas que marcou profundamente a vida dos docentes e discentes: a pandemia da COVID-19. Da noite para o dia, as escolas tiveram que se reinventar e procurar a melhor maneira de continuar desempenhando seu papel e mais do que isso: não perder o contato com seus alunos.

Foi nesse momento crítico que cada professor teve que pensar fora da caixinha e adotar, de acordo com suas possibilidades, a melhor forma de planejar suas aulas e diminuir o prejuízo causado pelo isolamento social. Naquele momento, quatro plataformas se mostraram as mais viáveis para a realização do trabalho docente, visando a atingir a maioria dos alunos: *Whatsapp*, *Google Meet*, *Google Classroom* e *Youtube*.

**a) *Whatsapp*:** a maneira mais prática e popular de compartilhar documentos e arquivos. Tendo em vista que nem todos os alunos possuíam internet banda larga, o compartilhamento de vídeos, fotos e apostilas parecia se realizar melhor através desse recurso.

**b) *Google Meet*:** Muito embora não conseguisse beneficiar/alcançar a todos os alunos por uma questão de internet e compatibilidade de mídia, essa plataforma se apresentou como uma das mais práticas para a realização de encontros síncronos e garantir uma melhor interatividade em um período tão crítico.

**c) *Google Classroom*:** recurso de muita utilidade para compartilhar apostilas e realizar as atividades avaliativas, uma vez que ao inseri-las na plataforma, a correção já acontecia de forma automática e facilitava o trabalho do professor. Através dela, o professor tinha a possibilidade de fazer suas avaliações e em seguida realizar um encontro síncrono para dar o *feedback* aos alunos.

**d) *Youtube*:** Uma ferramenta de extrema eficácia para a postagem e compartilhamento de vídeos. Em um ambiente escolhido pelo professor, podia-se fazer a gravação de aulas, sem edições, sem filtros, apenas usando o próprio telefone, um microfone de lapela ou outros recursos que ele julgasse conveniente; depois, disponibilizava o link dos vídeos para o acesso dos alunos.

O que se exige do docente, hoje, nesse momento de transição do processo educacional, é que ele aprimore suas habilidades de forma a orientar, proteger e criar conexões entre o conteúdo apresentado aos alunos, por meio das novas tecnologias de ensino, e os próprios alunos (Meneghello, 2019, p. 17).

Nesse contexto, o olhar do professor para o planejamento, no sentido de qual mídia/recurso seria mais adequado para alcançar os objetivos, foi essencial. Provou-se então que as mídias digitais facilitam bastante a o desenvolvimento do trabalho docente, visto que a clientela que se tem hoje é bastante exigente e antenada e os recursos e metodologias tradicionais não são mais capazes de sozinhos, garantir a aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É incontestável o fato que as pessoas da atualidade são, em sua maioria, dependentes de tecnologias para se comunicarem, realizarem algumas de suas atividades diárias e divertirem-se, principalmente os *screenagers*, que são os adolescentes nascidos na era digital e preferem fazer tudo através de uma tela. Em um país que, segundo pesquisa, ocupa o segundo lugar no ranking dos países com maior tempo de exposição às telas e as pessoas passam 57% do tempo diário de frente a uma delas, é mister que a maneira de ensinar e aprender também tente se adaptar ou acompanhar essa tendência.

O presente trabalho abordou a utilização e a importância das mídias digitais na educação. Tendo em vista que a clientela de alunos que as escolas recebem atualmente é por natureza interativa, conectados e não conseguem mais aprender através dos métodos e ferramentas tradicionais, as mídias digitais se mostram exímias aliadas ao ensino e aprendizagem de qualidade, promovendo autonomia e ajudando a construir um conhecimento significativo.

Em virtude dos fatos mencionados, pode-se assegurar que a utilização das mídias digitais no processo educativo é uma ação extremamente útil e necessária para o enriquecimento do ensino-aprendizagem bem como para o engajamento do aluno na construção do seu próprio conhecimento, visto que a utilização de tais recursos aproxima de

forma mais espontânea e satisfatória os conteúdos dos discentes, levando em consideração a realidade vivida pelos mesmos, que é cercada de mídias e tecnologias. Outra conclusão que se permite fazer é que deve haver uma ação permanente voltada à formação dos professores, já que muitos deles são frutos de uma geração em que os recursos tecnológicos e mídias digitais ainda não eram popularizados. Dessa forma, construiremos uma educação alinhada às novas tendências, com alunos preparados para o mundo acadêmico, para o mercado de trabalho e para o pleno exercício da cidadania.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Almeida, M. E. B.; Prado, M. E. B. B. (2006). **Integração Tecnológica, linguagem e representação**. Disponível em [http://penta3.ufrgs.br/MEC-CicloAvan/integracao\\_midias/modulos/1\\_introdutorio/pdf/integracao\\_tecnologica.pdf](http://penta3.ufrgs.br/MEC-CicloAvan/integracao_midias/modulos/1_introdutorio/pdf/integracao_tecnologica.pdf), acessado em 5 de setembro de 2023.

Arthur, W. B. (2009). **The Nature of Technology: what it is and how it evolves**. New York: Free Press.

BRASIL. (2018). **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília.

Contin, A. A.; Pinto, R. O. (2016). **Educação e Tecnologias**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Gil, A. C. (2002). **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas.

Godoy, F. (2022). **Lousa digital para videoaula: transmita conteúdos de forma prática e moderna**. EaD Plataforma, disponível em <https://blog.eadplataforma.com/educacao/lousa-digital-video-aula/>, acessado em 12 de setembro de 2023.

Guimarães, U.A.; Cascalho, C. E. B.; Menegussi, M. H. (2022). **O Impacto das mídias digitais na educação**. In: Revista Científica Multidisciplinar, v.3, n.8.

Leopoldo, L. P. (2002). **Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática, formação docente e novas tecnologias**. Maceió: Edufal.

Lima, W. K. S. S.; Mata, R. P. C.; Pereira, M. A. C.; Santana, J. S. & Rocha, S. A. (2019). **Mídias digitais na educação: contribuições e desafios para o desenvolvimento de ações que favoreçam o protagonismo infantil**. VI Congresso Nacional de Educação (Conedu). João Pessoa.

Martino, J. P. (1983). **Technological Forecasting for Decision Making**. 2ª ed., New York, NY: North-Holland.

Meneghello, G. C. (2019). **Tecnologias de comunicação e informação na educação: plataformas de aprendizagem digital**. Dissertação de Mestrado. Flórida: Must University.

Moraes, N. M. (2017). **Linguagem Visual e Educação: discutindo as representações fotográficas**. In: Revista Educação Pública. (s.l).

Pernisa Júnior, C. (2002). **Mídia Digital**. In: Lumina, v.5, n.1, Juiz de Fora: Facom/UFJF.

Portal Dominus. (2018). **A história da tecnologia na educação**. Disponível em <https://www.ambersistemas.com.br/historia-da-tecnologia-na-educacao/>, acessado em 04 de julho de 2023.

Przybilski, J. C. (2022). **A utilização de mídias digitais no contexto escolar: um estudo de caso realizado na cidade de Guaíba durante a pandemia causada pela COVID-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Porto Alegre: UFRGS.

Site Time to Toast. (s.d). **Evolução da tecnologia na educação brasileira.** Disponível em: <https://www.timetoast.com/timelines/evolucao-da-tecnologia-na-educacao-brasileira>, acessado em 05 de julho de 2023.

Valente, J. A. (1993). **A formação de profissionais na área de Informática em Educação.** In: Valente, J. A. (org.), Computadores e conhecimento: Repensando a Educação. Campinas: Gráfica Central da Unicamp.

## CAPÍTULO 2

### **ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS GERENCIADAS POR MUNICÍPIOS: POSSIBILIDADE DE ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES E A DESCONSTRUÇÃO DO FEDERALISMO DA DESCONFIANÇA FIXADO NO ART. 86, § 3º.**

#### **Andryu Antônio Lemos da Silva Junior**

Advogado e Consultor. Especialista em Planejamento e Gestão Pública, Especialista em Licitações e Contratos Administrativos, Especialista em Penal e Processo Penal. Superintendente Especial de Licitações e Contratos no Município do Jaboatão dos Guararapes. Presidente do Conselho Fiscal da Empresa Municipal de Iluminação Pública do Jaboatão dos Guararapes.

#### **Thiago Albuquerque Fernandes**

Advogado, Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pós-graduado com MBA em Gestão Pública. Subprocurador Geral do Município do Jaboatão dos Guararapes.

---

### **RESUMO**

Trata-se de artigo que tem o objetivo de possibilitar ao leitor uma interpretação crítica acerca do parágrafo terceiro do art. 86 da Lei Federal 14.133/21, bem como sua máxima aproximação da conformidade com a Constituição Federal.

**Palavras-Chave:** Nova Lei de Licitações e Contratos. Sistema de Registro de Preços. Pacto Federativo.

### **INTRODUÇÃO**

A gestão de compras adotada atualmente tem um papel estratégico dentro das instituições. De acordo com Nunes & Lucena<sup>1</sup>, para qualquer

---

1 NUNES, J.; LUCENA, R.L.; SILVA, O.G. Vantagens e desvantagens do pregão na gestão de compras no setor público;. Brasília, abr./jun. 2007.



organização, o setor de compras deve se constituir como um dos segmentos principais para o alcance dos objetivos estratégicos organizacionais.

Para o setor público não seria diferente, e mais, além de um papel para o alcance dos objetivos estratégicos, o sistema de compras, ao contrário das empresas privadas, que têm ampla liberdade de escolha nas decisões sobre suas aquisições e necessitam de um setor de compras eficiente para minimizar seus custos e maximizar seus lucros<sup>2</sup>, o setor público possui normas rígidas de processamento com vistas à isonomia e à impessoalidade e seus resultados refletem em desenvolvimento econômico e social do país, como podemos depreender dos princípios elencados no art. 5º do recém publicado estatuto nacional de licitações e contratos, a Lei 14.133 de 2021, vejamos:

Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência**, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, **da competitividade, da proporcionalidade**, da celeridade, da economicidade e **do desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). **(grifos nossos destacando os princípios que fundamentam a afirmação dita neste parágrafo).**

A Administração Pública brasileira possui sua base normativa prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988, estabelecendo em seu art. 37 os princípios gerais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, este último inserido por meio da Emenda Constitucional nº 19 de 1998, que José Afonso da Silva aponta que a “eficiência administrativa é atingida pelo melhor emprego dos recursos e meios (humanos, materiais e institucionais), para melhor satisfazer às necessidades coletivas num regime de igualdade dos usuários”<sup>3</sup>.

Necessitando de grande vulto de aquisições de bens e contratação de serviços, para alcançar um bom desencadeamento de suas atividades, a Administração Pública torna-se alvo bastante almejado por profissionais e empresários de diversos ramos. Assim, para que tal interesse se torne

---

<sup>2</sup> Ibidem.

<sup>3</sup> SILVA, José Afonso, Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Editora Malheiros, 2000 p. 655.

vantajoso para o Estado, o inciso XXI do supramencionado art. 37 da CF/88 determina que, em regra, as contratações deverão ser precedidas de processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

Nesse diapasão de observância do princípio da legalidade, o legislador federal exerceu seu papel estabelecido pelo art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal de 1988, que determinou normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI.

Após quase três décadas de vigência do regime instituído pela Lei nº 8.666/93 como norma geral de licitação e contratação, tivemos a aprovação pelo Senado Federal do PL nº 4.253/2020, dando surgimento à denominada “Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, sancionada no dia 01 de abril de 2021.

A Lei nº 14.133/2021, sob o manto constitucional do art. 22, inciso XXVII, inaugurou um novo regime geral das contratações públicas para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo também os órgãos dos Poderes Legislativos e Judiciário, quando no desempenho da função administrativa.

Nesse sentido, faz-se mister alertar para um fato nesse novo regime de contratação: a importância do instituto da padronização. A Lei nº 14.133/2021 elencou em diversos dispositivos o instituto da padronização, a exemplo dos artigos 40, 41, 47 e 75, como forma de estabelecer uma maior governança e eficiência das contratações governamentais.

Outra importante inovação, não quanto ao instituto como um todo mas sim parte de seu procedimento, foi a regulamentação, dando enfim um caráter legal, de um procedimento que vinha sendo polemizado e já amplamente discutido nos âmbitos dos órgãos de controle e dos tribunais superiores do Poder Judiciário, que foi a possibilidade de órgãos e entidades realizarem aquisições e contratações de serviços, e até obras, por meio de adesões a atas de registros de preços licitadas por outros órgãos e entidades e não participadas deste processo licitatório pelo órgão ou entidade aderente, a chamada adesão por “órgão não participante” ou, popularmente apelidado de “adesão carona”, presente em seu art. 86.

No entanto, apesar das referidas inovações e contribuições elencadas pelo novo marco legal das contratações públicas, o legislador federal surpreendeu ao fixar no § 3º, do art. 86, uma restrição ao instituto da adesão,

tendo sido estabelecido uma limitação subjetiva com relação à adesão às atas de registro de preços gerenciadas pelos entes municipais para órgãos denominados “não participantes” da Ata de Registro de Preços.

Tal prática discriminatória restou denominada pela doutrina como federalismo da desconfiança, tendo em vista a falta de razoabilidade e legitimidade no estabelecimento de uma norma materialmente específica, a qual claramente acarretará um impacto catastrófico na implementação e desenvolvimento de políticas públicas de forma eficiente e sustentável por parte dos entes municipais.

Assim, levantamos as seguintes problematizações questionantes: a) o dispositivo do § 3º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, ao omitir de seu rol de possibilidades a “ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal”, desautorizou impositivamente e expressamente o procedimento de adesão, na condição de órgão não participante, para tais atas ou podemos interpretar como uma possibilidade aberta à regulamentação local? b) há uma competência legislativa constitucional para que a União delimite tal limitação para as atas de registro de preços municipais? c) reafirmando a questão anterior, há o devido respeito ao pacto federativo quando o Poder Legislativo da União estabelece um regramento nacional que frustra claramente possibilidades locais de contratação por se entender que as atas de registro de preços municipais possuem uma maior serventia para outros entes também municipais? d) tal matéria regulamentada poderá ter caráter nacional, fazendo parte de um rol aceitável de matérias passíveis de regulamentação legal por meio da denominada “norma geral”? e) afinal, por qual razão uma ARP municipal não poderia ser aderida por outros entes?

Diante do cenário apresentado, o presente texto se propõe apresentar algumas reflexões e eventuais dilemas que possam resultar na hipótese de que uma interpretação equivocada do pacto federativo brasileiro, bem como de sua conformidade com a Constituição Federal, e da referida norma por parte dos agentes públicos e órgãos de controle, poderá acarretar na gestão das contratações públicas municipais.

## **DO PROCEDIMENTO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS NA DOUTRINA BRASILEIRA E DAS NORMAS “GERAIS” ESTABELECIDAS NA LEI Nº 14.133/2021 SOBRE O TEMA.**

O processo de contratação pública, para formação do registro de preços no Brasil, bem como sua licitação, inicialmente nos remonta ao Código

de Contabilidade da União, instituído por meio do Decreto nº 4.536, de 28 de janeiro de 1992. O revogado Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, que antecedeu a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei Geral de Licitações), dispunha a respeito do sistema de registro de preço.<sup>4</sup>

O regime do sistema de registro de preço previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93 foi preliminarmente regulamentado na órbita da Administração Pública Federal pelo Decreto nº 2.743, de 21 de agosto de 1988, tendo sido posteriormente revogado pelos Decretos Federais nº 3.931/2001 e nº 4.342/2002, por meio dos quais foram acrescentadas: a) a possibilidade de a Administração Pública Federal utilizar o sistema de registro de preços para serviços; b) a seleção de fornecedores através da recém criada modalidade licitatória denominada de pregão.

Dentre os objetivos do sistema de registro de preços estão, certamente, a celeridade e a economicidade, decorrentes principalmente da possibilidade de realizarem-se sucessivas e contínuas contratações do mesmo objeto através de um único procedimento licitatório.

O Decreto nº 3.931/2001 posteriormente foi revogado pelo Decreto nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, o qual vigorou durante todo o período de vigência do antigo regime normativo licitatório instituído pela Lei nº 8.666/93, disciplinando de forma exaustiva as modalidades autorizadas e todo o procedimento a ser seguido pelos gestores públicos, acaso adotem o sistema de registro de preço nas contratações públicas.

## **DO CONCEITO E DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NA DOCTRINA E NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA.**

Inicialmente, cabe esclarecer o conceito de registro de preços na doutrina brasileira, tendo em vista que o mesmo é alvo de diversas polêmicas no sentido de que se deve ser considerado ou não um procedimento auxiliar, ou apenas um instrumento de formalização de preços dos eventuais fornecedores interessados.

Nas lições do Prof. Ronny Charles<sup>5</sup>, o registro de preços é um procedimento auxiliar que facilita a atuação da Administração em relação a

---

<sup>4</sup> PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. O sistema de registro de preços recepcionado e aperfeiçoado pela nova lei das licitações e contratações. –Belo Horizonte: Fórum, 2022.p.124.

<sup>5</sup> TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. Salvador: Jus Podivm, 2021. p.480.

futuras contratações. Em sentido contrário, os professores Jessé Torres e Marinês Dotti<sup>6</sup> defendem que o sistema de registro de preços não configura, propriamente, um procedimento auxiliar à licitação ou à contratação direta. Na verdade, constitui-se em um conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, obras, aquisição e locação de bens para contratações futuras.

Dirimindo o referido embate doutrinário, a Lei nº 14.133/2021, no inciso IV do artigo 78, determinou o registro de preços como sendo um procedimento auxiliar das licitações e contratações regido pelo referido diploma legal.

A doutrina costuma elencar que as principais finalidades do Sistema de Registro de Preços são a maior celeridade e a economicidade decorrentes, principalmente, da possibilidade de realizar-se sucessivas e contínuas aquisições do mesmo objeto por meio de um único procedimento licitatório.

Comungando com o referido entendimento doutrinário, o Tribunal de Contas da União tem vários acórdãos proferidos pelo Plenário, incentivando o uso do SRP como forma de evitar o fracionamento das aquisições públicas e como mecanismo de eficiência, economicidade, celeridade e vantajosidade para Administração Pública. Em alguns casos, a mencionada Corte de Contas recomendou a utilização do SRP como medida eficiente.<sup>7</sup>

Esse procedimento auxiliar é extremamente útil para superar as dificuldades orçamentárias que, porventura, assolam a grande totalidade dos entes da federação brasileira, tendo em vista a desnecessidade de prévio bloqueio orçamentário ou eventual nota de empenho para a utilização do SRP. Além disso, trata-se de uma solução inteligente de planejamento e organização na logística de aquisição de bens e serviços no setor público. Porquanto, entre outros benefícios, reduz significativamente os custos de estoque, pois, com a adoção do SRP, a Administração passa a deter um estoque virtual sem a necessidade dos gastos com armazenagem, pelo que a doutrina denominou como sendo modalidades de aquisição do tipo *just in time*.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTI, Marinês Restelatto. O sistema de registro de preços recepcionado e aperfeiçoado pela nova lei das licitações e contratações. – Belo Horizonte: Fórum, 2022.p.137.

<sup>7</sup> TCU. Acórdão 472/1999-Plenário, relator Ministro Valmir Campelo. TCU. Acórdão 1095/2007-Plenário, relator Ministro Marcos Vinicius.

<sup>8</sup> BITTENCOURT, Sidney. Contratando sem Licitação. São Paulo: Almedina, 2016. P.198.

O Sistema de Registro de Preços possui algumas características específicas que foram consolidadas ao longo dos anos pela doutrina, jurisprudência e normativos infralegais. Nesse sentido, seguem algumas características elencadas pela doutrina do Prof. Juliano Heinen<sup>9</sup>:

- a) Desnecessidade de prévia dotação orçamentária. Pois nas licitações realizadas através do sistema de registro de preços, é dispensada a prévia dotação orçamentária;
- b) Facultatividade da Contratação, tendo em vista que não há obrigatoriedade da contratação, o fornecedor, não é detentor de direito líquido e certo;
- c) Preferência para o preço registrado. Embora não haja obrigatoriedade da contratação, o licitante é detentor da preferência, acaso a Administração resolva efetuar a contratação;
- d) Adoção Facultativa; A adoção do SRP, não deve ser tido como obrigatória;
- e) Utilização para atendimento de diversas pretensões contratuais;
- f) Ata de Registro de Preços. O procedimento licitatório o qual se utiliza do SRP, produz um documento vinculativo, de natureza obrigacional, denominado Ata de registro.

## **DA VANTAJOSIDADE E DA ECONOMICIDADE NA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO NAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.**

O Constituinte de 1988, ao elencar no art. 37, caput, e no inciso XXI, a obrigatoriedade da realização do prévio procedimento licitatório público, com estabelecimento de regras isonômicas e impessoais para todos os eventuais interessados, tem como finalidade precípua a contratação de bens ou serviços, de maneira mais vantajosa e eficiente para Administração Pública, garantindo, de tal forma, a preservação da supremacia e indisponibilidade do interesse público.

Em atenção aos referidos princípios constitucionais expressos, a Lei nº 14.133/2021 elencou, em seu artigo 5, diversos princípios que, porventura, devem imantar os procedimentos licitatórios e auxiliares, a exemplo de: planejamento, economicidade, celeridade, eficácia e eficiência.

---

TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. Salvador: JusPodivm, 2021. p.480

<sup>9</sup> HEINEN, Juliano. Comentários À Lei de Licitações e Contratos Administrativo. Salvador: JusPodivm, 2022. p.555.

Nesse sentido, tanto a doutrina pátria<sup>10</sup> quanto a jurisprudência das diversas Cortes de Contas apontam diversos benefícios na utilização do Sistema de Registro de Preços. Partindo de tal premissa, passa-se a dispor sobre as vantagens da utilização do SRP:

- a) Afastar o fracionamento de despesas, tendo em vista a possibilidade da contratação de forma parcelada, a medida que forem sendo descentralizados os recursos orçamentários;
- b) Evita-se a contratação emergencial do objeto, em virtude da existência de preços e fornecedor registrados;
- c) Celeridade nas contratações e otimização de gastos em decorrência da redução do número de licitações, ou seja, realiza-se um único procedimento licitatório ou contratação direta para a formação do registro de preços;
- d) Redução de estoque, tendo em vista que a entrega do objeto se realizar na medida em que as requisições forem efetuadas pela Administração;
- e) Possibilidade de adquirirem-se bens com prazos de validade ou de garantia sempre atualizados;
- f) Possibilidade de agruparem-se, numa mesma licitação, vários órgãos e entidades públicas, com interesse na aquisição do mesmo objeto, elevando-o em quantidade e favorecendo a oferta de propostas com valores reduzidos proporcionado pela economia de escala;
- g) Diminuição do número de procedimentos licitatórios e redução de custos;

Destarte, restaram devidamente circunstanciados e pacificados os benefícios emanados da utilização do Sistema de Registro de Preços, não havendo qualquer tipo de fundamento contrário que venha a inviabilizar sua utilização.

## **DAS CONDIÇÕES E DOS PARÂMETROS LEGAIS PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NA LEI Nº 14.133/2021 E O CASE DA REGULAÇÃO DO TEMA NO MUNICÍPIO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE.**

---

<sup>10</sup> PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. O sistema de registro de preços recepcionado e aperfeiçoado pela nova lei das licitações e contratações. – Belo Horizonte: Fórum, 2022.p.143 a145.

O legislador federal, na tentativa de uniformizar, diga-se de passagem, legitimamente, tendo em vista a ausência de uma normatização geral no âmbito da famigerada Lei nº 8.666/93, estabeleceu na Lei nº 14.133/2021, dispondo nos seguintes termos:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

d) por outros motivos justificados no processo;

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;

VI - as condições para alteração de preços registrados;

VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

O §5º do artigo 82 define as condições que, porventura, devem ser observadas para a adoção do SRP na contratação de bens e serviços, inclusive nas obras e serviços de engenharia:

ART.82, §5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:



- I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;
- II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;
- III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;
- IV - atualização periódica dos preços registrados;
- V - definição do período de validade do registro de preços;
- VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

No mesmo sentido, o Decreto Municipal nº 08, publicado no Diário Oficial do Município, no dia 11 de fevereiro de 2023, estabeleceu os seguintes requisitos para utilização do SRP no âmbito da Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes:

## **DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Art. 13. Os órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta do Jaboatão dos Guararapes poderão se utilizar do Sistema de Registro de Preços como instrumento auxiliar às contratações.

Art. 16. Se não participarem do procedimento previsto no *caput* do artigo anterior, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal do Jaboatão dos Guararapes poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21;

III – prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 1º. Poderão ainda, desde que cumpridos os requisitos indicados no *caput* e seus incisos, os órgãos e entidades da Administração Pública, aderirem, na condição de órgão não participante, a ata de registro de preços gerenciadas por órgãos do Governo Federal, de governos estaduais e do Distrito Federal, ficando vedada a participação em atas de registros de preços gerenciadas por governos municipais.

§ 2º. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a

50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

Art. 17. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais da Lei Federal nº 14.133/21 e deste Decreto Municipal, bem como deverá dispor sobre: (...)

Destarte, exercendo legitimamente sua competência constitucional, a referida Administração Pública Municipal regulamentou, no seu âmbito de atuação, a utilização do **SRP**. Sendo assim, vinculou todos os seus órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, devendo os agentes públicos municipais vincularem seus procedimentos licitatórios às respectivas normas específicas.

## **DO PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO E AS EVENTUAIS COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERATIVOS**

O federalismo teve suas primeiras origens nos Estados Unidos. Surgiu como resposta à necessidade de um governo eficiente em vasto território que, ao mesmo tempo, assegurasse os ideais republicanos que vingaram com a Revolução de 1776.<sup>11</sup>

Os antigos Estados soberanos confederados deixaram de ser soberanos, mas conservaram a sua autonomia, entregando a uma nova entidade, a União, poderes bastantes para exercer tarefas necessárias ao bem comum de todos os Estados reunidos. Passaram, por outro lado, a compor a vontade da União por meio de representantes do Poder Legislativo.<sup>12</sup>

Provisoriamente, a Federação, no Brasil, surgiu com o Decreto n. 1, de 15 de novembro de 1889, decreto esse instituidor, também, da forma republicana de governo. A consolidação veio com a primeira constituição republicana de 1891, que em seu art. 1º estabeleceu: *“A nação Brasileira adota como forma de governo, sob o regimento representativo, a República Federativa proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpetua e indissolúvel das suas antigas províncias, em Estados Unidos do Brazil”*.

---

<sup>11</sup> MENDES, Gilmar Ferreira, Branco, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. – 13. ed. rev. e atual. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

<sup>12</sup> Idem ibidem.

As Constituições posteriores mantiveram a forma federativa de Estado, porém, “não se pode deixar de registrar o entendimento de alguns, segundo o qual, nas Constituições de 1937 e de 1967, bem como durante a vigência da Emenda n. 1/69, tivemos no Brasil somente uma Federação de fachada”.<sup>13</sup>

Preceitua o art. 1º, *caput*, da Constituição Federal de 1988, que a **República Federativa do Brasil** é formada pela união **indissolúvel** dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito, sendo que o *caput* de seu art. 18 complementa, estabelecendo que “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a **União**, os **Estados**, o **Distrito Federal** e os **Municípios**, todos **autônomos**, nos termos desta Constituição”.

É a Carta Magna que explicitará a repartição de competências entre a ordem central e as parciais.

Como no Estado Federal há mais de uma ordem jurídica incidente sobre um mesmo território e sobre as mesmas pessoas, impõe-se a adoção de um mecanismo que favoreça a eficácia da ação estatal, evitando conflitos e desperdício de esforços e recursos. A repartição de competências entre as esferas do federalismo é o instrumento concebido para esse fim.

## **DO CONCEITO DOUTRINÁRIO REFERENTE ÀS NORMAS MATERIALMENTE GERAIS E MATERIALMENTE ESPECÍFICA**

Nesse ponto, é importante que se dê relevo ao que a doutrina afirma sobre os conteúdos possíveis de uma norma geral, seja sob um prisma positivo, ou seja, aquilo que efetivamente deve constar em uma lei nacional com normas gerais, seja sob um prisma negativo, pela orientação sobre o que não se pode considerar como norma geral.

Isso porque, como diz Fernanda Dias Menezes de Almeida:<sup>14</sup> **“de fato, existem, a propósito, conceituações para todos os gostos, construídas a partir da tentativa ora de identificar os elementos constitutivos das normas gerais, ora de caracterizá-las negativamente, dizendo o que elas não são ou não podem conter”**.

Assim, os estudos dogmáticos sobre o tema começam pela simples afirmação de que o que se entende por normas gerais é o delineamento fundamental sobre o tema versado. É o quanto entendia Pinto Ferreira, por

---

<sup>13</sup> LENZA, Pedro. Direito constitucional – 25. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

<sup>14</sup> ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Direito Constitucional. 5ª ed. atual. por Juliana Campos Horta. Belo Horizonte: Del Rey, 2010, p. 324.

exemplo, ao asseverar: “A União legisla disciplinando o direito que considera como fundamental, porém os Estados suprem as lacunas.”

O mesmo entendimento parece ser o corroborado por Roque Antônio Carraza<sup>15</sup>, quando afirma sobre o conteúdo das normas gerais: “**ora, estabelecer normas gerais é apontar as diretrizes, os lineamentos básicos; é operar por sínteses, indicando e resumindo. Nunca descendo a assuntos da economia interna, do peculiar interesse das pessoas políticas**”.

Acredita-se que, a partir dessa concepção, seja possível elaborar uma compreensão mais concretizante acerca do conceito de normas gerais para fins de exercício da competência concorrente da União.<sup>16</sup>

Pois bem, essa ideia de leis quadro foi bem trabalhada por **J. J. Gomes Canotilho**<sup>17</sup>, que entende como uma das funções da própria Constituição a de ser uma ordem-quadro, permitindo, dentro de balizas gerais, principiológicas, que o legislador infraconstitucional possa adequar a normatividade ao pluralismo social vigente e mutável.

Destarte, apropriando-se do pensamento do supracitado doutrinador sobre o tema, pode-se dizer que, no que tange às normas gerais, tem-se que as mesmas devem consubstanciar-se em normas de uma lei quadro, ou seja, de uma lei que vise tão somente fornecer os princípios que guiarão a atividade legislativa futura sobre a matéria. Trata-se, dessa forma, de lei sobre conteúdo de outras leis, criada pela União e dirigida à atividade jurídica legiferante dos demais entes federativos.

Coadunando com o supracitado entendimento, o Prof. José Afonso da Silva afirma em sua obra que tem sido uma questão tormentosa definir o que são ‘normas gerais’, para circunscrever devidamente o campo de atuação da União. Diremos que ‘normas gerais’ são normas de leis, ordinárias ou complementares, produzidas pelo legislador federal nas hipóteses previstas na Constituição, que estabelecem princípios e diretrizes da ação legislativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Por regra, elas não regulam diretamente situações fáticas, porque se limitam a definir uma normatividade genérica a ser obedecida pela legislação específica federal, estadual e municipal: direito sobre direito, normas que

---

<sup>15</sup> CARRAZA, Roque Antônio. Comentários à Constituição Brasileira. São Paulo: Saraiva, 1990, Vol. 2, p. 114.

<sup>16</sup> DRIGO, Leonardo Godoy. Competências legislativas concorrentes: o que são normas gerais?. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3620, 30 mai. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24557>. Acesso em: 13 mar. 2023.

<sup>17</sup> CANOTILHO, J. J. Gomes Canotilho. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 5ª ed., Coimbra: Almedina, 2002, p. 1418.

traçam diretrizes, balizas, quadros à atuação legislativa daquelas unidades da Federação.

Pode-se dizer, portanto, que normas gerais são princípios jurídicos voltados à atividade do legislador e que pautarão sua atuação na concretização, conforme a pluralidade dos interesses regionais ou locais envolvidos, dessas mesmas normas gerais, agora, descendo às minúcias fáticas da matéria legislada.

Não se estará diante de normas gerais, dessa forma, quando houver regulação expressa de fatos relacionados diretamente à matéria que se disciplina, pois tal tarefa cabe ao legislador regional ou local e até mesmo federal. Porém, nesse caso, também será submetido às mesmas normas gerais.

## **DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA ESTABELECEM NORMAS GERAIS RELACIONADAS AS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.**

De acordo com o inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação. Nesse sentido, podemos afirmar que compete aos outros **Entes Federativos**, editar normas específicas acerca da matéria.

Destarte, todos os entes federativos podem editar leis sobre licitação, embora devam respeitar as normas gerais traçadas pela União.

O respeito ao princípio federativo impõe que se garanta uma margem de autonomia ao ente da federação, o que leva a discussões sobre a constitucionalidade de alguns dispositivos que, claramente, estabelecem regramentos materialmente específicos.

O Prof. Ronny Charles, em sua obra<sup>18</sup>, afirma que de tal disposição constitucional pode-se extrair algumas premissas, dentre elas: se consideradas específicas, as regras existentes na legislação federal apenas vinculam a União, permitindo regramento diferente por Estados, Distrito Federal e Municípios; em outra diáspora, quando tratar sobre matéria geral, a legislação federal não pode restringir a sua normatização às relações jurídicas contratuais da União, tendo em vista que fraudaria a competência constitucionalmente estabelecida pelo Constituinte de 1988.

Caminha, também nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, na ADI 3059/RS, definindo que a competência legislativa do Estado-Membro para dispor sobre licitações e contratos administrativos

---

<sup>18</sup> TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. Salvador: JusPodivm, 2021. p. 44.

respalda a fixação, por lei, de preferência para a aquisição de softwares livre pela Administração Regional, sem que se configure usurpação da competência legislativa da união para fixar normas gerais relacionadas ao tema debatido.<sup>19</sup>

A Lei nº 14.133/2021 firma-se como norma geral de licitações e contratos, cumprindo a competência legislativa estabelecida pela Constituição Federal, em seu artigo 22. No entanto, requer salientar, que a referida Lei não possui regras de conteúdo apenas geral, mas também específico, o que repercutirá na amplitude de sua aplicação obrigatória pelos demais entes.

Segundo as lições do Prof. Ronny Charles<sup>20</sup>, a verificação de que um determinado dispositivo de uma lei federal de licitações possui caráter específico não impele necessariamente a uma interpretação de inconstitucionalidade do mesmo. O dispositivo terá validade constitucional, mas, no que tange ao regramento específico, sua disposição não afetará ou vinculará os outros entes federativos (Estados, Municípios e DF), mas apenas a União.

## **DA AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DOS MUNICÍPIOS E DA EVENTUAL LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DO ESTABELECIMENTO DE NORMAS MATERIALMENTE ESPECÍFICA.**

Desde a entrada em vigor dos preceitos normativos descritos na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, têm sido constantes os debates no âmbito acadêmico e dos órgãos públicos relacionados aos diversos Entes Federativos e demais Poderes existentes na república federativa do Brasil. Refere-se à obrigatoriedade de aplicação de diversas normas existentes na Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que diversos dispositivos adentram na competência dos Municípios para estabelecimento de normas materialmente específicas, relacionadas ao tema das contratações públicas municipais.

Apesar de ser um tema de altíssima relevância, com diversas discussões entre doutrinadores e agentes públicos, que porventura militam no âmbito das contratações públicas, ao examinar diversas bibliografias, percebe-se que os autores não tratam com a devida profundidade e complexidade que o tema requer, com exceção das obras publicadas pelo

---

<sup>19</sup> Idem, ibidem, p. 46.

<sup>20</sup> Idem, ibidem, p. 51.

Prof. Ronny Charles e por Marçal Justen Filho, as quais aprofunda o tema com as devidas minúcias necessárias.

O Prof. Marçal Justen Filho afirma, em sua obra<sup>21</sup>, que um dos princípios mais importantes da Constituição é a Federação, ressaltando, ainda, que as normas gerais não são instrumentos para restrição da autonomia federativa.

Em sua obra “Leis de Licitações Públicas Comentadas”, o Prof. Ronny Charles defende que o texto legal da Lei Federal nº 14.133/2021, de forma mais intensa do que outrora fora feito pela famigerada Lei Federal nº 8.666/93, avançou para definir regramentos específicos, detalhando procedimentos, indicando competências, entre outros pormenores.

Pode-se citar como exemplos diversos dispositivos tratados na nova lei de licitações e contratos que extrapolem a competência da União para estabelecer normas gerais, como: regras relativas ao formato de comissão, à denominação das comissões, à designação dos servidores envolvidos no procedimento, à definição de competências, aos regramentos específicos relativos aos procedimentos auxiliares das contratações. São normas que, claramente, não devem ser estabelecidas como de observância obrigatória por parte dos demais entes, cabendo a regulamentação de forma distinta sem que haja qualquer tipo de questionamento referente à constitucionalidade das referidas normas.

Deve-se ressaltar que, no âmbito da Lei nº 8.666/93, o legislador federal se utilizou do mesmo artifício, classificando todas as normas como sendo de sua competência material “geral”, tendo a jurisprudência e doutrina pátria realizado o exercício hermenêutico de interpretar, conforme a Constituição, os dispositivos da mencionada legislação.

## **DO INSTITUTO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO E DA INTERPRETAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 14.133/2021 CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

### **DO CONCEITO E DA NATUREZA JURÍDICA DA ADESÃO**

Segundo o Prof. Ronny Charles,<sup>22</sup> pode-se conceituar a adesão como sendo uma hipótese de dispensa licitatória, tendo em vista que o carona não participou do procedimento licitatório prévio. Sendo assim, pode-se afirmar

---

<sup>21</sup> JUSTEN FILHO, MARÇAL. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005. P.287.

<sup>22</sup> TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. Salvador: JusPodivm, 2021. p.507.

que a adesão tem natureza jurídica de uma hipótese anômala de dispensa.

O legislador federal, atento às polêmicas discussões a respeito do tema, resolveu afastar definitivamente as críticas existentes relativas à constitucionalidade do instituto da adesão, tendo sido estabelecidos os critérios no artigo 86, §2º, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

(...)

§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

Não resta dúvida de que o instituto da adesão, popularmente conhecido como “carona”, trata-se de um importante instrumento de efficientização e padronização das contratações públicas e que a sua utilização, nos casos adequados, deve ser vista pelos gestores públicos como uma medida de boas práticas de gestão.

## **DOS LIMITES LEGAIS FIXADOS PELA LEI 14.133/2021 E DA LEITURA DE SEU §3º DO ART. 86 COM A UTILIZAÇÃO DO INSTITUTO DA INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Inicialmente, cumpre esclarecer que, como nítida norma de caráter específico, o §3º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 estabelece ser vedada aos órgãos e às entidades da Administração Pública Municipal a adesão à ARP gerenciada por órgão ou entidade municipal. Não há novidade quanto a esse ponto, tendo em vista que, claramente ultrapassando os limites



constitucionais estabelecidos pelo Constituinte de 1988, a União, unilateralmente, adentra na autonomia administrativa dos demais Estados, Distrito Federal e Municípios, transmitindo para uma norma geral, dispositivos idênticos aos existentes no Decreto Federal nº 7.892/2013.

Nesse ponto, tem consolidado a doutrina majoritária no sentido que esta regra deve ser interpretada como uma norma materialmente específica, haja vista a ausência de justificativa legítima para tal restrição ao uso da adesão que, conforme mencionado anteriormente, possui natureza jurídica de contratação direta.

Partindo do referido método hermenêutico, o Município do Jaboatão dos Guararapes, utilizando-se da sua competência constitucional, regulamentou o procedimento de registro de preços e a adesão através do Decreto Municipal nº 08/2023, publicado no dia 11 de fevereiro de 2023, o qual legitima nos artigos 15 e 16, a adesão por parte de órgãos não participantes à ata de registro de preços formalizadas por órgãos pertencentes à Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

Sendo assim, não se vislumbra qualquer tipo de inconstitucionalidade ou ilegalidade em eventual procedimento de adesão a atas pertencentes ao Município do Jaboatão dos Guararapes, tendo em vista a previsão existente no normativo municipal.

## **CONCLUSÃO**

Abordamos no presente artigo a discussão central em torno da polêmica “vedação”, constante no parágrafo § 3º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que resultou na interpretação, por inteligência da expressa literalidade de tal dispositivo, da impossibilidade de ocorrer a contratação de obras, bens e serviços por meio do processo de adesão, como órgão não participante, a atas de registro de preços gerenciadas por órgãos e entidades municipais.

Nesse sentido, nos propusemos a apresentar algumas reflexões e eventuais dilemas que possam resultar na hipótese de que uma interpretação equivocada do pacto federativo brasileiro, bem como de sua conformidade com a Constituição Federal, e da referida norma por parte dos agentes públicos e órgãos de controle, poderá acarretar na gestão das contratações públicas municipais.

Para percorrer o caminho proposto na hipótese formulada, bem como responder os questionamentos problematizados, iniciamos nossa abordagem discorrendo sobre o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços,

macro tema central quem envolve nossa discussão, bem como realizando uma análise de uma discussão doutrinária das normas “gerais” estabelecidas na lei nº 14.133/2021.

Assim, trabalhamos o conceito e as características do Sistema de Registro de Preços na doutrina e na jurisprudência, bem como as condições e os parâmetros legais para sua utilização, as vantagens e da economicidade de sua utilização e, por fim, apresentamos o case da regulação do tema no Município do Jaboatão dos Guararapes – PE, por meio do seu Decreto Municipal nº 08/2023.

Passada a abordagem do nosso macro tema geral, o sistema de registro de preços, passamos a discutir uma temática reflexa que pauta nossas problematizações apresentas, o pacto federativo brasileiro e as eventuais competências dos entes federativos.

Para aprofundar a temática expusemos o conceito doutrinário referente às normas materialmente gerais e materialmente específicas, bem como a competência da União para estabelecer normas gerais relacionadas a licitações e contratos administrativos. Levantamos a temática da autonomia administrativa dos municípios e da eventual legitimidade constitucional do estabelecimento de normas materialmente específicas.

Abordado o macro tema central, bem como a temática transversal que perpassa o seio da fundamentação para atingir o objetivo das respostas às problemáticas levantadas, finalizamos nossa discussão teórica no quarto ponto deste artigo com análise do instituto de adesão à ata de registro e da interpretação conforme a Constituição dos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, precipuamente sob a ótica conceitual e da natureza jurídica do instituto da “adesão”, bem como dos limites legais fixados pela Lei 14.133/2021 e da utilização do instituto da interpretação conforme a Constituição do §3º do art. 86.

Assim, podemos depreender que chegamos às seguintes conclusões:

**a)** que caberá à lei federal o estabelecimento de regras com caráter nacional, aplicando-se a todos os entes da federação. No entanto, no que for matéria específica, estabelecendo as minúcias relacionadas aos procedimentos administrativos referentes aos demais entes federativos, caberá a estes, o estabelecimento de suas regras específicas, sob pena de quebra do pacto federativo;

**b)** que restou evidenciado, em diversos dispositivos da Lei 14.133/21, que não há apenas regras de conteúdo geral, mas também específico, o que repercutirá na amplitude de sua aplicação obrigatória, pelos demais entes;

**c)** que, ainda que se diga que o “legislador” buscou proibir a chamada “adesão verticalizada”, não há razão para vedar adesão de ARP municipal por parte de um outro órgão municipal. Em outras palavras: mesmo que se acredite na tese da proibição da adesão verticalizada, ela não seria aplicável a entes da mesma natureza (Município). Logo, o raciocínio tendente à proibição de adesão seria contraditório em vista de sua premissa central;

**d)** que, em termos substanciais, a norma do §3º do art. 86 da Lei nº 14.133/21 seria de cunho específico, não obstante, pois, que Estados, Distrito Federal e Municípios, em sua legítima competência normativa concorrente sobre a matéria, trate o assunto de maneira diversa em relação a suas respectivas estruturas organizacionais.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Direito Constitucional. 5ª ed. atual. por Juliana Campos Horta. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

AMORIM, Victor. Disponível em: [https://www.novaleilicitacao.com.br/AMORIM, Victor](https://www.novaleilicitacao.com.br/AMORIM,Victor). A adesão de ata de registro de preços municipais na nova Lei de Licitações: por uma necessária interpretação conforme à Constituição do §3º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

BITTENCOURT, Sidney. Contratando sem Licitação. São Paulo: Almedina, 2016. P.198.

CARRAZA, Roque Antônio. Comentários à Constituição Brasileira. São Paulo: Saraiva, 1990.

CANOTILHO, J. J. Gomes Canotilho. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 5ª ed., Coimbra: Almedina, 2002.

DRIGO, Leonardo Godoy. Competências legislativas concorrentes: o que são normas gerais? **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18,

n. 3620, 30 mai. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24557>. Acesso em: 13 mar. 2023.

HEINEN, Juliano. Comentários À Lei de Licitações e Contratos Administrativo. Salvador: JusPodivm, 2022.

JUND, Sérgio. Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2007.

LENZA, Pedro. Direito constitucional – 25. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MARÇAL, Justen Filho. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARÇAL, Thaís; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Estudo Sobre A Lei 14.133/2021- Nova Lei De Licitações E Contratos Administrativos/ coordenadores Rafael Carvalho Rezende Oliveira e Thaís Marçal - São Paulo: Editora Jus Podivm, 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira, Branco, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. – 13. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

NUNES, J.; LUCENA, R.L.; SILVA, O.G. Vantagens e desvantagens do pregão na gestão de compras no setor público: Brasília, abr./jun. 2007

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTI, Marinês Restelatto. O sistema de registro de preços recepcionado e aperfeiçoado pela nova lei das licitações e contratações. –Belo Horizonte: Fórum, 2022.

SILVA, José Afonso, Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Editora Malheiros, 2000.

TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. Salvador: Jus Podivm, 2021.

TCU. Acórdão 472/1999-Plenário, relator Ministro Valmir Campelo.

## CAPÍTULO 3

### **ENDIVIDAMENTO, MERCADO DE CRÉDITO E COVID-19: INFLUÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL NA MICROECONOMIA FAMILIAR**

**Ana Luísa Gordiano de Carvalho**

Graduada em Comércio Exterior pela UNIFACS  
Especialista em Gestão Empresarial e Gestão Estratégica de  
Negócios pela Faculdade Focus  
Graduanda em Administração pela UNIBF

---

#### **RESUMO**

O presente estudo aborda as influências que a política econômica é capaz de promover no âmbito da microeconomia familiar, em especial, no que diz respeito ao endividamento e inadimplência do consumidor no mercado de crédito. Diante disso, o que se propõe é avaliar a política econômica durante a pandemia e as previsões para a retomada, bem como realizar um breve levantamento de dados acerca da situação de endividamento das famílias e, ao final, verifica os fatores que podem contribuir para a derrocada financeira da microeconomia familiar. A pesquisa consiste em uma análise quantitativa dos fatores do endividamento a partir de fontes bibliográficas e documentais. Como resultados, o estudo verifica que a política econômica durante e posterior ao pico da pandemia tende a promover políticas sociais, no intuito de estimular o consumo. Além disso, os dados do inadimplemento se mantêm nos mesmos patamares de antes da pandemia, o que indica a continuidade de fatores contributivos, dentre estes fatores, estão o desemprego e a diminuição da renda dos brasileiros, o que deve ser avaliado sob o ponto de vista da recessão econômica e da política pós-pandemia.

**Palavras-chave:** Endividamento. Pandemia. Crédito. Microeconomia.

#### **INTRODUÇÃO**

A política econômica nacional é desenvolvida para estabelecer o modelo macroeconômico que deverá conduzir o crescimento da nação, por meio de políticas de intervenção e regulação do mercado. Não obstante, o

crescimento de uma nação não representa apenas o aumento de índices abstratos como o PIB e a Renda Per Capta, sendo fundamental garantir a qualidade de vida da população por meio de políticas sócias.

A proposta do atual governo brasileiro propunha uma adesão a políticas neoliberais que visassem uma maior envergadura da iniciativa privada e a contenção das políticas sociais, sob o argumento de que estas últimas são deficitárias para a máquina pública. Todavia, os planos da pauta neoliberal tiveram de ser adiados, com a desastrosa crise sanitária que atingiu o mundo inteiro: a pandemia de COVID-19.

Diante disso, a necessidade de restrição das atividades econômicas para garantir o isolamento social obrigou o governo a retomar uma agenda de políticas sociais no intuito de minimizar os impactos econômicos sobre as populações vulneráveis e os empregadores, como garantia de renda e trabalho.

Este estudo visa analisar o aspecto do comprometimento da microeconomia familiar no cenário pandêmico, tendo como referencial para análise os constructos endividamento e inadimplência. Para tanto, serão relacionados os aspectos dos constructos de pesquisa com o mercado de crédito, há muito considerado o maior causador do endividamento. Todavia, o estudo exige ainda que se relacione tais aspectos a outros elementos da macroeconomia como trabalho e renda.

Desta feita, o estudo terá como objetivos avaliar a política econômica durante a pandemia, bem como as medidas necessárias para a retomada econômica após a contenção da pandemia, considerando que a recessão econômica já era um problema que antecedia este cenário. Também é fundamental levantar os principais dados acerca da situação de endividamento e inadimplência na microestrutura das famílias e do trabalhador, a fim de propor base técnicas para os argumentos propostos. Por fim, se verificará a relação entre os fatores macroeconômicos que contribuem para o endividamento e inadimplência, indicando os principais rumos para a política econômica pós-pandemia neste aspecto.

## **A PANDEMIA DE COVID-19 E OS DIVERSOS CENÁRIOS DA POLÍTICA ECONÔMICO**

A escalada mundial da pandemia de COVID-19 impactou a economia dos países no âmbito interno e externo, considerando que a redução da atividade econômica em razão das políticas de isolamento social resultou na diminuição da produção e do consumo interno, o que

afeta a economia doméstica e as importações. Não obstante, o maior ou menor impacto da crise sanitária tem sua origem na estratégia adotada para a minimização de seus efeitos.

Segundo, Barbosa (2020) ante a ausência de uma vacina ou medicamento comprovadamente eficaz contra a COVID-19, no início da pandemia havia duas estratégias de enfrentamento da pandemia: a estratégia chinesa (que denomina C) e a estratégia sul-coreana (que denomina CS). A estratégia C consiste no confinamento social e gera altos custos econômicos imprevisíveis à economia, que pode chegar à percentuais acima de 10% de recessão econômica. Já a estratégia CS consiste no isolamento das pessoas infectadas apenas, que tem menor impacto na economia, todavia exige uma rápida estratégia de aplicação de testes, a fim de identificar os indivíduos infectados. No Brasil, optou-se pela estratégia tipo C, o que tem produzido forte impacto econômico, ainda sem uma previsão acertada.

Em maio de 2020, o Ministério da Economia publicou um estudo que informa os primeiros impactos econômicos da COVID-19 e a previsão para o segundo semestre de 2020 e 2021. O estudo pioneiro dividiu os impactos econômicos em três períodos, quais sejam, o Período 01 (fevereiro/março 2020), Período 02 (abril/julho 2020) e Período 03 (agosto 2020/2021).

De acordo com o estudo, os impactos no primeiro período se originaram externamente e internamente, de modo que a crise econômica na China e na Europa, em razão da rápida disseminação do vírus – que culminou com a adoção de estratégias tipo C –, provocaram quedas nas exportações, nos preços da commodities e no mercado financeiro, entre outros fatores. Ainda no Período 01 ocorre uma redução da atividade econômica, pelo fechamento temporário do comércio e da indústria, com base na política de isolamento social (estratégia C), que culminou com a derrocada de inúmeras empresas. Neste sentido,

A incerteza decorrente da pandemia de Covid-19, aliada ao fechamento de diversos estabelecimentos comerciais decretada pelos governos, gerou dois outros choques negativos, mas dessa vez pelo lado da demanda: a) investimentos foram postergados; e b) o consumo de diversos bens e serviços passou a ser menos procurado pela população, que buscava proteger-se de um possível contágio, ou tornou-se impossível pelas restrições aplicadas ao



funcionamento de determinados setores de atividade econômica. (Ministério da Economia, 2020, online).

Por sua vez, no Período 02, o estudo previa uma acentuada queda no emprego e renda do trabalhador, sopesada somente pelos altos custos de demissão ao empresário que evitaria a todo o custo a extinção dos contratos de trabalho, motivada pela somatória do impacto econômico no primeiro período. Não obstante, com as medidas restritivas às atividades econômicas, é possível que ocorra ainda a falência e liquidação de inúmeras empresas, especialmente às de menor porte. Haveria também queda na arrecadação tributária, fragilizando as finanças dos entes públicos. (Ministério da Economia, 2020, online). Portanto, o colapso econômico se somaria a uma crise social e das contas públicas, o que exigiria medidas urgentes dos governos para minimizar os impactos do segundo período, como explica:

Nesse sentido, em linha com a maioria dos países do mundo, o Governo Federal anunciou um conjunto robusto de medidas de estímulo fiscal, creditício e monetário, bem como diversas medidas de reforço à rede de assistência social, visando atenuar a crise econômica e social que se desenha no curto prazo (Ministério da Economia, 2020, online).

É o período da adesão à auxílios de complementação de renda a população vulnerável, flexibilização das relações de trabalho, liberação de crédito à reduzida taxa de juros para os pequenos e médios empresários, ampliação de prazos e possibilidade de negociação dos débitos fiscais, entre outras medidas com intuito de amenizar os efeitos da pandemia na ordem social e econômica.

Para o terceiro período a esperança seria uma retomada econômica, pois a previsão era de controle da crise sanitária e retorno da atividade econômica. Neste caso, a política econômica durante a pandemia deveria seguir um modelo transitório, cujas prioridades seriam, nesta ordem, salvar vidas e garantir emprego e renda, estas se desdobraram nas seguintes medidas:

- 1) transferência de recursos para a área de saúde;
- 2) ajuda à população carente;
- 3) preservação de empregos e empresas;
- 4) aumento da liquidez para irrigar o mercado de crédito; e
- 5) transferência de recursos a estados e municípios para que possam absorver a abrupta perda de receita pública. (Ministério da Economia, 2020, *online*).

Portanto, pode-se afirmar que as cinco grandes frentes que se propunha no período pós- crise são saúde, assistência social, economia e trabalho, mercado e finanças públicas. Neste caso, é importante mencionar que o investimento nestas frentes, no geral, é sempre deficitário ao Estado, embora seja necessário para superar alguns dilemas da crise.

Para Barbosa (2020), durante a pandemia a mitigação da crise socioeconômica deve ser a prioridade, contudo, na fase pós-pandemia, a retomada econômica deveria se ater em duas frentes: a) aumento da carga tributária, a fim de produzir superávit primário; b) promover o crescimento da economia entre 3-4%, por meio do investimento em infraestrutura e redução do custo Brasil. Segundo autor, tal medida deve também promover uma reação em relação à política de corte de gastos que já vinham sendo praticados no governo Temer/Bolsonaro e que não tiveram êxito em conter a recessão econômica.

Sob outro ponto de vista, Pinho (2021) defende que a recuperação econômica do Brasil depende de três medidas: a) extinção da Emenda Constitucional 95/2016; b) fortalecimento do setor agrícola; c) reforma tributária. Sobre a emenda do teto dos gastos públicos, o autor afirma que ela desconstitucionaliza direitos sociais que são promovidos por meio de auxílios e amparos do Governo à população vulnerável, considerando que tais medidas de distribuição de renda contribuem para a injeção de recursos na economia. Quanto ao setor agrícola, defende que se trata de um dos setores que sustenta fortemente a economia, sobretudo no âmbito das exportações. No sentido da reforma tributária, propõe a redução dos impostos sobre consumo e a introdução do imposto sobre grandes fortunas no intuito de promover a igualdade material e salvaguardar direitos sociais.

Díaz, Torres, Martins & Gamito (2020), na Tabela 01, comparam as possíveis medidas econômicas a serem adotadas pelo Estado em cenários de atuação sistêmica ou excepcional, considerando a continuidade ou não da política econômica pós-pandemia ou não.

**Tabela 01:** Medidas de Políticas Monetárias e Fiscais do Governo frente às abordagens Sistêmica e Excepcional.

Tipo de Política	Instrumento de política	Intervenção sistemática/ Heterodoxa	Intervenção Excepcional /Ortodoxa
------------------	-------------------------	--	-----------------------------------

<b>Política Monetária</b>	Corte de juros	Pouco eficiente em tempos de crise para gerar aumento de investimentos,mas diminui a dívida pública	Diminui a dívida pública e estimula o consumo
	Injeção de Liquidez	Ineficientes quando realizadas pelos instrumentos tradicionais do sistema bancário privado.	Protege o setor financeiro do contágio da crise.
<b>Política Fiscal</b>	Transferência de renda	Deve ser Permanente (Renda Básica Permanente)	Deve ser Temporal (Renda Básica Emergencia l)
	Crédito extraordinário ao SUS	Medida eficiente	Medida eficiente
	Antecipação de renda / Isenção, redução ou postergação de impostos	Protege o consumo das famílias	Protege o consumo das famílias.
	Complementação do seguro-desemprego	Permite uma queda salarial que descompensa o efeito positivo do seguro-desemprego	Protege as taxas de emprego e as empresas
	Transferência a Estados e Municípios	Condições extremamente restritivas evitam a sua efetiva utilização pelos entes federativos	Deve ser utilizada para compensar a perda de arrecadação
<b>Outros temas relevantes no debate econômico</b>	Teto de gastos	Deve ser eliminado, substituído ou reformado	Deve ser mantido para viabilizar uma consolidação fiscal gradual
	Reforma tributária	Priorizar igualdade e progressividade	Priorizar eficiência e iniciativa privada

Fonte: Díaz, Torres, Martins & Gamito (2020).

Segundo o levantamento dos autores, o que se percebe é que a Política Monetária de redução de juros e injeção de liquidez na economia se trona eficiente somente nas situações excepcionais, enquanto a política fiscal é uma grande esperança para a retomada econômica, ressaltando a implementação de direitos sociais, sobretudo a distribuição de renda. Novamente a reforma tributária e a eliminação do teto de gastos são mencionadas como medida que deve permanecer a longo prazo.

Não obstante, a política econômica anterior, durante e pós-pandemia apontarem medidas econômicas em nível macro para a recuperação do país da recessão, que já se pronunciava antes mesmo das medidas restritivas de contenção da crise sanitária, a proposta de adesão à políticas sociais de transferência e antecipação de renda, liquidez econômica, redução de juros e liberação de crédito devem também ser avaliadas do ponto de vista da microeconomia familiar, sobretudo a questão da inadimplência e endividamento do consumidor.

## **DADOS DO ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS EM TEMPOS DE COVID-19**

Antes de expor os dados coletados das principais pesquisas acerca da inadimplência e endividamento do consumidor, é fundamental distinguir estes dois constructos que, por vezes, são utilizados como sinônimos. Assim sendo, o endividamento é o comprometimento da renda ou a programação de grande parte dos rendimentos antes mesmo de estar disponível ao indivíduo (Silva, 2014). Já a inadimplência é uma consequência do endividamento, que leva a uma impossibilidade de solvência dos débitos.

O risco de desconsiderar as compras parceladas como parte do endividamento é justamente exagerar no consumo de longo prazo, fazendo uma série de dívidas que em pouco tempo podem levar o consumidor ao desastre nas finanças pessoais e à consequente inadimplência. (Serviço de Proteção ao Crédito, 2016, p. 2).

Desta feita, o endividamento e a inadimplência estão intimamente atrelados, de modo que o endividamento seria uma fase anterior à inadimplência, na qual o consumidor compromete sua renda, porém pode

superar este período e saldá-las, por meio de corte de gastos ou repactuação, ou cair na inadimplência.

No cenário de inadimplência anterior à pandemia de COVID-19, o Relatório Macroeconômico do Serasa Experian do 4º trimestre de 2019, anunciava um quadro de 68,3 milhões de inadimplentes em novembro de 2019, como uma média de 3,5 dívidas por consumidor, que somam em média da R\$ 4.014,00 (Serasa Experian, 2020a).

Outrossim, a Confederação Nacional do Comércio de Bens e Turismo na Pesquisa sobre Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) apontou que em dezembro de 2019 o percentual de famílias endividadas chegou a 65,6%, sendo que 24,5% das famílias se encontrava com contas em atraso e 10% não teriam condições de honrar seus compromissos (CNC, 2020a).

Em abril de 2020, na fase crítica da pandemia de COVID-19, os índices de inadimplência e endividamento tiveram um ligeiro aumento, de forma que na PEIC-abril/2020 indicou o percentual de 66,6% das famílias endividadas, sendo que 9,9% não teriam capacidade de adimplir as dívidas, como um percentual de 15,6% daqueles que se consideram muito endividados, aumento de mais de 1% em relação a dezembro de 2019. De acordo com a PEIC, o cartão de crédito é o principal tipo de dívida que gera a inadimplência, porém ultrapassou a faixa de 80% dos débitos em abril de 2020 (CNC, 2021b). Por sua vez, o Serasa Experian (2020b) no Relatório do 2º Trimestre de 2020 informou o total de 65,9 milhões de inadimplentes, o que demonstra uma redução em relação à 2019. Não obstante, em 2021 as pesquisas demonstram uma estabilidade, de modo que em abril a PEIC indicou 67,3% de famílias endividadas, 24,2% com dívidas ou contas em atraso e 10,4% sem condições de arcar com as dívidas.

Desse modo, não é possível auferir os riscos de inadimplência e endividamento apenas com base nas pesquisas referentes a estes índices, pois verifica-se uma situação estável e cíclica dos mesmos. Sobre este fato, os estudos anteriores a pandemia já destacavam

A sazonalidade de final de ano (o ingresso do 13º salário, contratações temporárias visando as vendas de Natal) favorecem este momento de estabilização da inadimplência dos consumidores, auxiliado pelos saques especiais do FGTS (Serasa Experian, 2020a, p. 7).

Ressalta-se que o estudo do final do ano de 2019 previa uma retomada econômica que reduziria a inadimplência, sobretudo após o primeiro trimestre, que é marcado pelo acúmulo de compromissos, tais como material escolar e impostos. Todavia, o que sucedeu foi a manutenção e um ligeiro aumento da inadimplência, em razão do pico da pandemia de COVID-19, que ocorreu entre março e abril.

Em 2021 não está sendo diferente, uma vez que se esperava a contenção da pandemia em 2020, porém ainda se está aguardando uma rápida solução para a crise sanitária, com esperança de que a vacinação da população possa erradicar a doença. Desse modo, a manutenção dos níveis de inadimplência representa que não há mudança no comportamento do consumidor, ressaltando que a inadimplência e o endividamento não são se dão a curto prazo, mas resultam de fatores que indicam um acúmulo de compromissos pelo consumidor.

Segundo o Banco Central do Brasil, o principal motivo para que a inadimplência se mantivesse nos mesmos patamares entre os biênios 2019-2021 se deve ao estímulo à renegociação de contratos como forma de garantir liquidez do mercado, logo após primeira onda de infecção em 2020 (O Globo, 2020). Assim sendo, é possível inferir um cenário desastroso que seria deixado nas finanças das famílias mais pobres logo após a crise sanitária. Neste caso, é importante mencionar o estudo do Banco Central do Brasil (2020) que demonstra o decréscimo da inadimplência à medida que se aumenta a renda dos tomadores de créditos, sendo que a inadimplência chega a 15,1% dos consumidores com faixa de renda entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil, enquanto chega ao patamar de 6,4% quando a renda ultrapassa os R\$ 10 mil.

Ademais, os produtos de crédito são os principais responsáveis pelo endividamento das famílias, como demonstra a Tabela 02:

Tabela 02: Principais dívidas que comprometem o orçamento familiar.

Tipo de Dívida	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cartão de crédito	70,9 %	72,7 %	73,6 %	75,2 %	75,3 %	76,1 %	77,1 %	76,7 %	76,9 %	78,7 %	78,0 %
Cheque especial	8,3 %	6,8 %	6,2 %	6,2 %	5,6 %	6,2 %	7,2 %	6,7 %	5,8 %	5,9 %	5,9 %
Cheque pré-datado	4,0 %	3,0 %	2,7 %	2,2 %	1,8 %	1,7 %	1,7 %	1,4 %	1,1 %	1,1 %	0,9 %
Crédito consignado	3,9 %	3,9 %	4,0 %	5,2 %	4,7 %	4,6 %	5,4 %	5,6 %	5,6 %	5,5 %	6,6 %

<b>Crédito pessoal</b>	11,3 %	10, 8%	11,3 %	10, 5%	9,5 %	9,0 %	10, 3%	10, 3%	9,4 %	8,2 %	8,5 %
<b>Carnês</b>	25,0 %	22, 0%	19,8 %	18, 7%	17, 0%	16, 9%	15, 4%	15, 7%	15, 4%	15, 3%	16, 8%
<b>Financiamento de carro</b>	10,3 %	10, 0%	11,5 %	12, 2%	13, 8%	13, 7%	11, 2%	10, 2%	10, 5%	9,9 %	10, 7%
<b>Financiamento de casa</b>	3,2 %	3,5 %	4,5 %	6,1 %	7,8 %	8,3 %	7,9 %	8,2 %	8,7 %	8,7 %	9,5 %
<b>Outras dívidas</b>	2,5 %	3,1 %	2,2 %	2,5 %	2,3 %	2,2 %	2,4 %	2,6 %	3,0 %	2,4 %	2,2 %
<b>Não sabe</b>	0,2 %	0,2 %	0,3 %	0,2 %	0,2 %	0,1 %	0,1 %	0,1 %	0,2 %	0,1 %	0,1 %
<b>Não respondeu</b>	0,3 %	0,5 %	0,3 %	0,3 %	0,3 %	0,1 %	0,1 %	0,1 %	0,1 %	0,2 %	0,2 %

Fonte: CNC, PEIC (2021a)

Assim sendo, as pesquisas demonstram uma tendência de manutenção níveis de endividamento e inadimplência, que se agravam com a pandemia de COVID-19, pois proporcionalmente têm ocorrido um aumento nestes níveis. Neste sentido, a PEIC Anual 2020 apontou um aumento médio no endividamento das famílias, com uma percepção de maior endividamento pelas famílias, embora se tenham adotado políticas de complementação de renda e redução de juros, no intuito de estimular o consumo. Diante disso, aproximadamente  $\frac{1}{4}$  do estoque de crédito a pessoas físicas (PFs) foi repactuado em razão da pandemia, sendo mais da metade do crédito repactuado referente ao financiamento imobiliário. Assim como no crédito a empresas, esse expressivo volume de repactuações pode estar postergando a materialização do risco de crédito para o final de 2020 e início de 2021, uma vez que parte dos tomadores pode não conseguir honrar os termos dos contratos repactuados. (Banco Central do Brasil, 2020, p. 7).

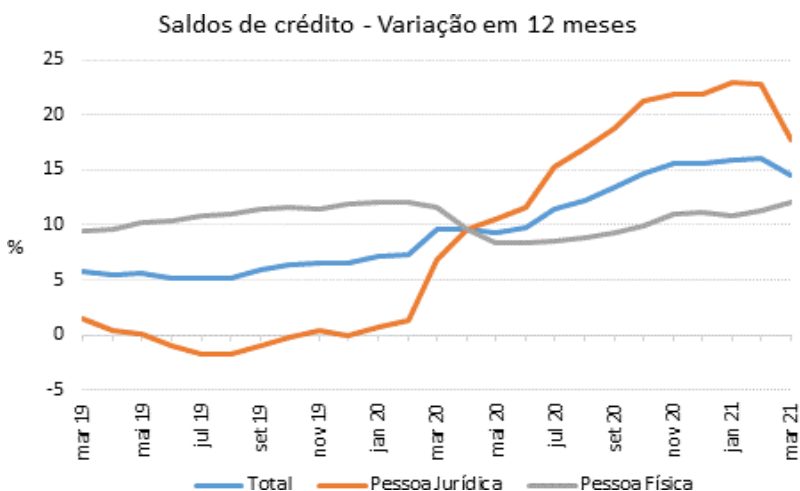
Portanto, a mera alusão as estatísticas de inadimplência não conduzem a um real quadro dos níveis de endividamento, uma vez que as medidas excepcionais durante a pandemia, tem mascarado alguns resultados. Dessa forma, a melhor previsão dependerá do estudo dos fatores de risco, seja na relação creditícia entre consumidor e instituições financeiras, seja no aspecto macroeconômico, como taxas de desemprego, avaliação da atividade econômica, política monetária, dentre outros.

## CRESCIMENTO DA OFERTA DE CRÉDITO E FATORES QUE CONTRIBUEM ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

O setor financeiro é um dos que mais se tem beneficiado da recessão econômica e da crise sanitária no país, pois segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2019 o setor cresceu mais de 30% em relação a 2018 e alcançou lucros que ultrapassaram os 108 bilhões de reais, somente para os 5 maiores bancos do país. Dentre os fatores para esse crescimento, a redução do quadro de trabalhadores em razão do uso mais massivo de canais digitais proporcionou não somente a redução de custos como a facilidade de realizar transações financeiras.

Não obstante, em 2020 houve crescimento de 15,8% do crédito ampliado para empresas e famílias, sobretudo nas operações de empréstimos e financiamentos (Santos, 2021). Para o Banco Central do Brasil (2020) o setor financeiro na modalidade crédito apresentou um crescimento a partir de meados de 2020 até o início de 2021, conforme a Figura 01. Outrossim, está ocorrendo um crescimento “V” no crédito para pessoas físicas, com queda durante o pico da pandemia e retomada, conforme a Figura 02.

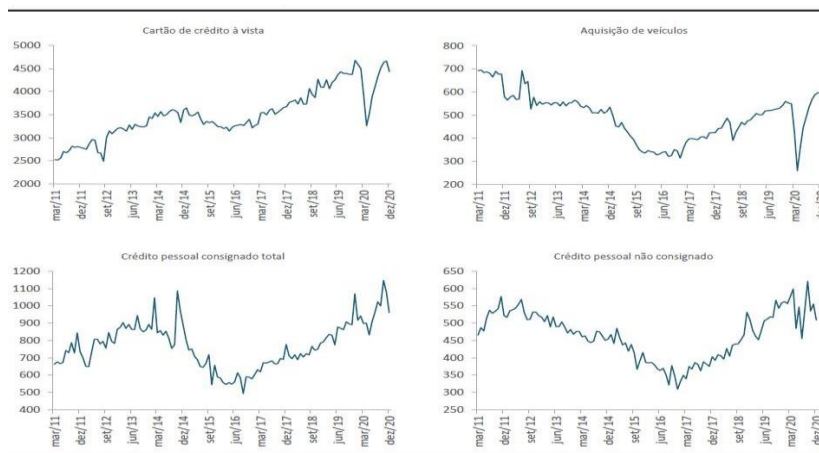
**Figura 01:** Evolução do saldo de crédito para pessoas físicas e jurídicas



Fonte: Banco Central do Brasil (2021).



**Figura 02:** Novas concessões com recursos livres para pessoas físicas: cartão de crédito à vista, veículo e crédito pessoal (consignado e não consignado)



Fonte: Santos (2021).

Neste sentido, o Banco Central do Brasil (2020, p. 1-2) enumera os principais fatores de risco para o endividamento no Sistema Financeiro de Nacional:

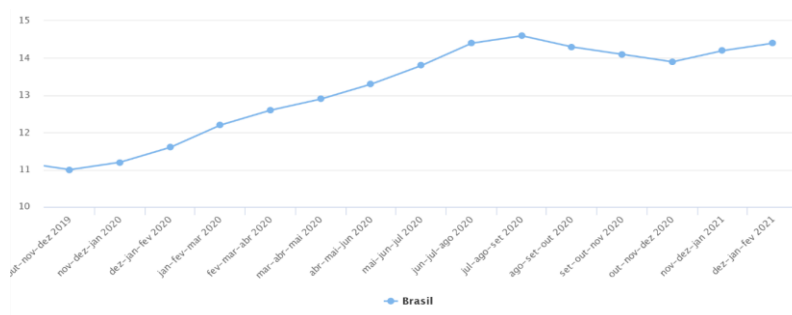
- i. inadimplemento de parcelas do crédito, isto é, atrasos superiores a 90 dias no cumprimento das obrigações creditícias;
- ii. comprometimento da renda mensal acima de 50% devido ao pagamento do serviço das dívidas;
- iii. exposição simultânea às seguintes modalidades de crédito: cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo (multimodalidades);
- iv. renda disponível (após o pagamento do serviço das dívidas) mensal abaixo da linha de pobreza.

Por outro lado, o endividamento não está associado apenas ao crescimento da oferta de crédito, de modo que outros fatores são determinantes para que venha ocorrer. Segundo pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC-Brasil) em 2019, os principais fatores são o desemprego, a diminuição da renda, o uso do crédito para terceiros e a falta de planejamento. Neste caso, em tempos de pandemia, deve-se atentar, sobretudo, aos dois primeiros fatores, considerando as restrições

para as atividades comerciais e indústrias que tem afetado a renda de empresas, trabalhadores autônomos e setor informal, podendo gerar desemprego e redução da renda.

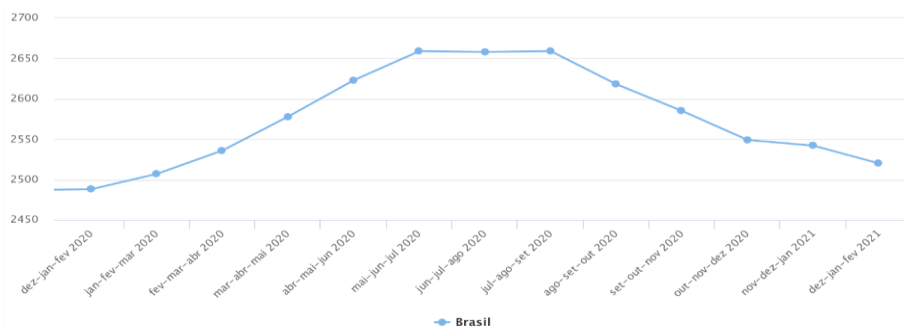
Neste sentido, o estudo recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou para a elevação da taxa de desemprego e redução da renda da população, entre 2020 e entre 2019 e 2021, conforme as Figuras 03 e 04.

**Figura 03:** Taxa de desocupação entre outubro de 2019 e fevereiro de 2021



Fonte: IBGE (2021)

**Figura 03:** Taxa de desocupação entre dezembro 2019 e fevereiro de 2021



Fonte: IBGE (2021)

Diante deste quadro de tendência de aumento de desemprego e redução da renda da população, principais fatores para o endividamento do consumidor, é fundamental que a política econômica aborde também estes fatores, a fim de promover uma política social que, além de aliviar os efeitos imediatos da pandemia, também seja capaz de garantir a saúde da microeconomia familiar, especialmente para as famílias de baixa renda.

Neste sentido, durante a pandemia o Governo Federal adotou o benefício emergencial para trabalhadores e o auxílio financeiro para a população vulnerável como garantia de emprego e renda, conforme indica Silva (2020). Assim, a medida mais urgente é garantir com que esses dois fatores não venham sucumbir após a período de grau máximo de isolamento.

Há quem aponte soluções jurídicas mais radicais, que envolvam a possibilidade de contenção ou minimização do endividamento, como a aprovação do Projeto de Lei nº 1.166/2020, que propõe a limitação da taxa anual dos juros a 20%, de modo que o Brasil acompanhe a tendência de outros países como o Chile (21,59%) e os Estados Unidos (24,99%), como defendem Santos Costa & Campolina (2020). Já Marques & Pfeiffer (2020) defendem a adesão ao Projeto de Lei nº 3.515/2015, que prevê a prevenção e o tratamento do superendividamento do consumidor.

Neste caso, a política econômica deve manter a garantia de emprego e renda enquanto perdurar o risco de contaminação em massa, a fim de evitar um colapso no sistema de saúde, contudo é fundamental montar estratégias para evitar um colapso econômico pós-pandemia, sobretudo para as camadas mais vulneráveis, como trabalhadores formais, autônomos e informais, de modo que a proteção social deve ser o mote da macroeconomia nacional, de modo a adiar os projetos neoliberais.

## **CONCLUSÃO**

O estudo realizado destacou a relevância de se pensar a política macroeconômica sem comprometer a microeconomia da população mais vulnerável, de modo a somar esforços para a garantia de direitos sociais, tendo em vista que o mercado necessita de consumidores para que a engrenagem da economia possa se movimentar.

Neste sentido, o estudo observou que boa parte da política nacional de minimização dos efeitos da pandemia deu maior atenção à ordem social, no intuito de garantir empregabilidade e renda, além de promover um contingente de consumo no mercado. Tais medidas vêm a calhar, em um momento de grave crise provocada pela pandemia, tendo em vista que o país já estava mergulhado em uma recessão econômica sem solução, que necessitava trilhar novos rumos para o crescimento econômico, sobretudo no âmbito da política fiscal.

Outrossim, o estudo verificou uma tendência de crescimento e estabilização dos níveis de endividamento e inadimplência desde a crise que se iniciou em 2016, o que denota uma tendência de manutenção de

padrões de consumo. Ressaltou-se ainda que o endividamento assola sobretudo as classes mais vulneráveis e está intimamente relacionada aos produtos de crédito, o que exige maior atenção.

Por fim, o estudo verifica ainda a necessidade de se avaliar o endividamento e inadimplência sob outros aspectos macroeconômicos, como o desemprego e a desigualdade de renda, que são apontados como principais fatores que conduzem ao endividamento dos consumidores. Desse modo, a continuidade da política social macroeconômica se mostra um importante instrumento para minimizar os efeitos desastrosos da pandemia de COVID-19.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Barbosa, F. (2020). Política econômica em tempos de pandemia. *Revista Conjuntura Econômica*, 74(4), 32-33. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/81590/77848>. Banco Central do Brasil (2020). *Endividamento de Risco no Brasil Conceito e indicadores*.

Série Cidadania Financeira. Brasília: Banco Central do Brasil. Recuperado de: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/serie\\_cidadania/serie\\_cidadania\\_financeira\\_6\\_endividamento\\_risco.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_6_endividamento_risco.pdf).

Banco Central do Brasil (2021). *Estatísticas monetárias e de crédito*. Notas para a imprensa. Recuperado de: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>.

CNC (2021a). *PEIC Anual: Perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2020*. Recuperado de <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/peic-anual-perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2020/321560>

Confederação Nacional do Comércio de Bens e Turismo – CNC (2021b). *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – abril de 2021*. Recuperado de <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2021/334206>.

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2020).

*Desempenho dos Bancos em 2019*. São Paulo: DIEESE. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2020/desempenhoDosBancos2020.html>

Díaz, R. R., Torres, C. A. R., Martins, M. L. A., & Gamito, G. H. S. (2020). As medidas econômicas frente à pandemia da Covid-19: mapeando o debate de política econômica no Brasil. *Research, Society and Development*, 9(9). doi: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.8177>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua*. Recuperado de [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=de-semprego](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=de-semprego)

Marques, C. L. & Pfeiffer, R. C.(2020). *Superendividamento dos consumidores: Vacina é o PL 3.515 de 2015*. Revista Eletrônica Consultor Jurídico. Recuperado de [http://www.escoladaajuris.org.br/observatorio/images/ConJur\\_-\\_Superendividamento\\_dos\\_consumidores\\_Vacina\\_%C3%A9\\_o\\_PL\\_3.515\\_de\\_2015.pdf](http://www.escoladaajuris.org.br/observatorio/images/ConJur_-_Superendividamento_dos_consumidores_Vacina_%C3%A9_o_PL_3.515_de_2015.pdf).

Ministério da Economia (2020). *Nota Informativa - Uma Análise da Crise gerada pela Covid- 19 e a Reação de Política Econômica*. Recuperado de <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota-uma-ana-lise-da-crise-gerada-pela-covid19.pdf/view#:~:text=A%20magnitude%20e%20a%20multiplicidade,j%C3%A1%20enfrentados%20pela%20sociedade%20brasileira>

O Globo (2020). Para Banco Central, renegociações de dívidas adiaram risco de aumento da inadimplência no país. Recuperado de

<https://oglobo.globo.com/economia/para-banco-central-renegociacoes-de-dividas-adiaram-risco-de-aumento-da-inadimplencia-no-pais-24693592>.

Pinho, C. Efeitos da COVID-19 no Brasil: pobreza, mercado de trabalho e recomendações de políticas públicas. In Martínez-Martínez, O., Zamudio-Lazarín, C. & Coutiño, B. (2021). *Policy Brief. Desafíos de América Latina ante el COVID-19. Desigualdad, pobreza y vulnerabilidad social*. Asociación de Universidades Confiadas a la Compañía de Jesús em América Latina. doi: 10.13140/RG.2.2.17830.96327.

Santos, F. (2021). Desempenho recente do mercado de crédito. *Carta de Conjuntura*, IPEA, 50 (11). Recuperado de [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210211\\_cc\\_50\\_nota\\_11\\_credito\\_e\\_juros.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210211_cc_50_nota_11_credito_e_juros.pdf)

Santos, P. M. R., Costa, F. G. C. P., & Campolina, R. M. (2020). Superendividamento do consumidor na pandemia: análise crítica do projeto de lei do senado sobre a limitação de juros do cartão de crédito e cheque especial. *Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC*. Recuperado de <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/8267>.

Serasa Experian (2020a). *Relatório Macroeconômico Serasa Experian – 4º Trimestre de 2019*. Recuperado de <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/relatorio-macroeconomico-serasa-experian-4o-trimestre-2019/>.

Serasa Experian (2020a). *Relatório Macroeconômico do 2º trimestre de 2020*. Recuperado de <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/relatorio-macroeconomico-do-2o-trimestre-de-2020/>.

Serviço de Proteção ao Crédito – SPC-Brasil (2016). *O conceito do endividamento e as consequências da inadimplência*. Recuperado de [https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st\\_imprensa/analise\\_educacao\\_financiera\\_dividas.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financiera_dividas.pdf).

Serviço de Proteção ao Crédito – SPC-Brasil (2019). *Origens comportamentais da inadimplência*. Recuperado de <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2019/09/SPC-Analise-38-2019-ORIGENS-COMPORTAMENTAIS-DA-INADIMPLENCIA-4.pdf>.

Silva, L. F. S. D. (2014). *Fatores determinantes do endividamento e da inadimplência associados à propensão da falência da pessoa física* (Master's thesis, Universidade Estadual de Maringá). Recuperado de <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3280>.

Silva, M. S. (2020). *Política econômica emergencial orientada para a redução dos impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil: medidas fiscais, de provisão de liquidez e de liberação de capital*. Texto para discussão. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10190>.

## CAPÍTULO 4

### CONTRIBUIÇÕES DO MARXISMO PARA A HISTORIOGRAFIA, HISTÓRIA SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

**José Janderson de Brito**

Professor do ensino fundamental da rede pública e privada, Mestrando em história pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e graduado em história pela Faculdade de filosofia ciências e letras de Caruaru (FAFICA).

---

#### RESUMO

Esse estudo tem como objetivo discutir brevemente sobre como a tradição marxista contribuiu para os estudos históricos, e mais precisamente no campo da história social, e aqui procuramos fazer menções importantes para o enriquecimento do debate científico e contribuição do saber. Vários textos que poderemos abordar aqui tem uma importância específica na área da teoria da história, pois os autores trabalhados têm algo que os aproximam no que tange a discussão historiográfica, autores como: Edward Thompson, Marcelo Badaró, Ricardo Antunes, Boris Fausto, Fernando Teixeira e outros contribuíram imensamente para o debate e a pesquisa acerca do trabalhismo que faz parte da grande área de concentração da história social assim como o estudo dos movimentos sociais para entender como ocorreu essa história social e como ela progrediu no Brasil ao longo dos anos. Pretendemos assim trazer esse panorama da tradição marxista na história para apresentar de forma sintética a contribuição dessa corrente da historiografia.

**Palavras-Chave:** Marxismo, história social, historicismo, historiografia.

#### INTRODUÇÃO

Claro que essas questões são de extrema importância e que levam um tempo maior para serem destrinchadas com mais fundamentação teórica e discursiva, mas o objetivo aqui é apenas apresentar algumas dessas discussões e mostrar algumas ideias pertinentes que foram trabalhadas durante a leitura de vários autores além dos que serão aqui trabalhados.



Esta pesquisa demonstrou ter importância na formação não só pessoal, mas acadêmica para qualquer historiador, pois sem sombra de dúvida ela contribuiu com suas principais propostas, que foram entender como ocorreu o início da história social derivando-se do pensamento marxista principalmente com a escola inglesa e no Brasil com campo da historiografia social local, também em discutir trabalhos nacionais clássicos que são referência para se entender esse campo, e a própria história nacional a partir dessa lente investigativa, outro ponto positivo discutido como essa visão do social, do trabalho ou como Thompson desenvolve essa “história vista de baixo”.

Mas para entender como ocorre essa história social e como nos ajuda a entendermos os problemas e contradições sociais partimos de uma primeira percepção que foi desenvolvida em seu início, as discussões sobre historiografia e como ela se desenvolve quanto ciência, pois apesar de ser uma ciência importante como as demais nem sempre ela foi entendida como tal, demorou um pouco para que ela fosse reconhecida nas academias e depois se desenvolvesse melhor com ferramentas e métodos próprios além da interdisciplinaridade, sobre isso José D´Assunção Barros (2017) nos diz:

Com a fundação da universidade de Berlim em 1810, que assegura um lugar para a história entre seus demais campos de saber, a escola histórica alemã desempenhará um papel fundamental nessa nova fase da história da historiografia. Além disso, ao lado da perspectiva historicista que começará a desenvolver a partir da escola alemã, também se afirmara como um segundo paradigma importante com influências significativas para o campo da história: o positivismo (D´Assunção Barros, José. 2017. p, 56).

Ou seja, a escola histórica alemã sistematiza o pensamento historiográfico e institui a história como uma disciplina ao lado de outras, sobre isso o grande nome dessa primeira escola de pensamento da história que surge é o alemão Leopold Von Ranke.

## **MARXISMO EM CONTRAPONTO AO HISTORICISMO**

Esse paradigma só é superado pouco tempo depois também por um alemão, Karl Marx (1818-1883), que desenvolve um novo olhar cada vez mais crítico a sua época e que tem influência em vários setores de movimentos populares e intelectuais. Apesar disso o grande boom da historiografia se

dará com a escola dos Annales sob a incumbência de Marc Bloch e Lucien Febvre, que instituem uma revista acadêmica para divulgação de trabalhos e pesquisas recentes na historiografia, popularizando assim ainda mais esse campo acadêmico recém-criado de acordo com Burke (2010).

Pouco a pouco os Annales converteram-se no centro de uma escola histórica. Foi entre 1930 e 1940 que Febvre escreveu a maioria de seus ataques aos especialistas canhestros e empiristas, além de seus manifestos e programas em defesa de “um novo tipo de história” associado aso Annales, postulando por pesquisa interdisciplinar, por uma história voltada para problemas, por uma história da sensibilidade etc. (Burke, Peter. 2010. p, 42).

Não há como negar a importância das contribuições dos Annales para a História como ciência acadêmica, pois as contribuições são muito variadas no sentido de divulgação, institucionalização e desenvolvimento das pesquisas, mas devemos ficar atentos a algumas contribuições anteriores que influenciaram não só o pensamento da escola francesa, mas principalmente a escola inglesa e seus pensadores bem antes dos franceses imaginarem em instituir uma revista exclusivamente de história apesar e também trazer artigos da sociologia, antropologia e outros. E aqui entendemos que a teoria marxista teve esse peso e contribuiu muito no desenvolvimento dessas duas escolas de pensamento na historiografia atual. De acordo com Carlos Aguirre Rojas (2017) há alguns pontos onde o pensamento marxista deu um início no que hoje entendemos como uma história científica e que pode ser que vejamos isso como um mérito exclusivo da escola dos Annales, claro que sem retirar o grande êxito dos franceses com a revista, mas vejamos o que nos diz Rojas a respeito do assunto abordado tempos antes dos Annales.

Quais são, então, as lições ainda vigentes que podemos extrair do marxismo original e fundador para a história crítica? A primeira delas, em nossa opinião, está ligada ao próprio estatuto da história, isto é, a necessidade de compreender que toda a atividade que desenvolvemos e todos os resultados que alcançamos estão claramente direcionados para a consolidação de um projeto de construção de uma ciência da história. (Aguirre Rojas, Carlos Antônio. 2017. p, 79).

Como podemos observar a “história ciência” é necessária para entender qualquer que seja o aspecto humano passível de pesquisa, ela é a base de onde se inicia as discussões e avanços da humanidade, assim Rojas segue seu pensamento sobre as contribuições do marxismo e demonstra que a história social tem a função de investigar não apenas as elites dos mais variados locais, mas os grupos sociais e econômicos que estão inseridos nessas estruturas. Nesse sentido entendemos também como surge essa “ciência história” através do que Rojas define como marxismo original, que iria de 1848 a meados 1870, e surge através desse período uma corrente que irá influenciar primeiramente setores fora das academias como a coalizão de trabalhadores, por exemplo: a “liga dos justos” entre outros. Para Rojas é inegável e impossível de entendermos o mundo como é hoje e como foi no século XX apesar de serem desenvolvidas outras correntes teóricas que buscam entender a realidade, porém até elas foram influenciadas pelo marxismo.

E não resta a menor dúvida de que sem a consideração do marxismo dificilmente poderíamos compreender o que são os estudos históricos do século XX e da atualidade. Apesar das visões desencantadas pós-modernas, da virada de opinião pública e, inclusive, da mudança de sensibilidade ocorrida em todo o mundo em que amplos setores da intelectualidade outrora críticos passaram de posições de esquerda, que tanta força e solidez tiveram nos anos de 1960 e de 1970 a posições conservadoras e de renúncia características nos anos de 1980 e de 1990, é notável a impossibilidade de entender os estudos históricos de hoje sem considerar a influência e os ecos que o marxismo teve sobre toda a história da historiografia desde 1848 até o presente (Rojas, Antônio Aguirre. 2017. p. 46-47).

Portanto como nos mostra Rojas, o marxismo foi muito mais além do que um método de investigação da história como é o materialismo histórico-dialético que pôs em xeque o método historicista e positivista que permanece ainda como referência inclusive a outras correntes. Mas o marxismo trouxe uma nova forma de visão que investiga a sociedade e que devido a alguns acontecimentos como os protestos de maio de 1968 ou a queda da União Soviética levou o mundo a algumas mudanças que poderíamos colocar como irreparáveis á exemplo como Rojas desenvolve “vários setores da intelectualidade passaram da esquerda para a direita” de uma posição crítica da história para uma solidez conservadora, reacionária, esdruxula, e que vai

fazendo uma série de mudanças na vida principalmente dos trabalhadores, podemos ter como referência as reformas de Margareth Thatcher e os conflitos de sua gestão com os trabalhadores a respeito da diminuição de direitos trabalhistas enquanto parte da crítica a ilustra como a “Dama de Ferro” que segurou a inflação e a crise do capitalismo inglês.

Outra forte contribuição que Rojas destaca é a importância do materialismo histórico dialético como olhar teórico para poder explicar os processos e produzir uma história crítica diferente da historiografia burguesa que vemos com a escola Rankeana que entende a história vista a partir dos grandes homens, grandes feitos e com uma visão estatal ou muitas vezes militar, Marx como podemos ver contribui e muito com o desenvolvimento do pensamento crítico, e vai sendo lido pelos mais variados pensadores da história conforme podemos compreender em Hobsbawm:

Sem dúvida alguma, a influência do marxismo foi, desde o início, muito considerável. Em termos gerais, a única outra escola ou corrente de pensamento, visando a reconstrução da história e dotada de influência no século XIX, era o positivismo. O positivismo, filho tardio do iluminismo do século XVIII, não conseguiria conquistar nossa admiração irrestrita no século XIX. Sua maior contribuição à história foi a introdução de conceitos, métodos e modelos das ciências naturais na investigação social, e a aplicação a história, conforme parecessem adequadas, das descobertas nas ciências naturais. Não foram realizações insignificantes, mas eram limitadas, ainda mais porque a coisa mais parecia com um modelo de mudança histórica, uma teoria da evolução nos moldes da biologia ou geologia, e extraindo tanto estímulo e exemplo do Darwinismo a partir de 1859, é apenas um guia muito tosco e inadequado para a história. (Hobsbawm, Eric. p. 203,204. 2013).

Influenciando assim um dos mais importantes nomes para a história social como Edward. P. Thompson. A contribuição de Thompson é sem dúvida muito importante não só no que diz respeito as suas pesquisas, mas também pelo seu engajamento político com os diversos trabalhadores e operários de sua época, pois segundo Thompson existe uma “importância no engajamento político dos movimentos operários, pois existe certo desprezo pela classe trabalhadora por parte de intelectuais” (Thompson 1981). Nesse mote é evidente a influência marxista do pensamento e no desenvolvimento de campos da história através de novos teóricos e novas pesquisas nesse campo que é a história social, pois de acordo com Badaró:

Claro está que não é apenas pelos temas específicos de análise e, certamente, não é pelo recorte espacial de seus estudos que Thompson alcançou essa influência “global”. São sua concepção de história, de um ponto de vista teórico e metodológico e, principalmente, sua prática de historiador, a forma como exerceu esse ofício que podem explicar o forte impacto de sua obra entre historiadores de outros países e, cada vez mais, de outras gerações. No entanto, é certo que, no que tange a história social do trabalho, por razões óbvias, sua influência internacional é mais decisiva. Também no caso brasileiro isso é perceptível e, por isso mesmo, ainda que não exclusivamente, é nesse campo de discussão que este capítulo concentra sua análise. (Badaró, Marcelo. p, 206. 2012).

Podemos citar também a pesquisa de Boris Fausto, pois ele utiliza muito a referência de Thompson para pensar a classe trabalhadora e seus conflitos e é perceptível a influência de Thompson nesse trabalho, pois ele vai buscar a leitura do texto “A formação da classe operária inglesa” ainda no idioma original porque ainda não havia tradução e conseqüentemente ele não era tão conhecido no Brasil. Esse foi um dos primeiros temas a serem trabalhados no Brasil partindo da história social, e sem dúvida foi a contribuição de Boris Fausto com seu “trabalho urbano e conflito social” de 1977 que ele aborda a luta dos trabalhadores de diversos setores e os mais importantes da época problematizando as lutas por melhores condições de trabalho através da união dos trabalhadores e do engajamento político, e em algumas vezes partidário, a exemplo dos jornais que circulavam na época para levantar questionamentos e denúncias dessas condições como ele cita a condição de crianças filhas de operários que não tinham as mesmas condições de estudo ou saúde quanto as de famílias mais abastardas.

Com relação ao trabalho infantil, as acusações contra os espancamentos, a denúncia de mutilações de crianças pelas máquinas quando adormecem em serviço, demonstram a repulsa a seu emprego. Lembre-se, contudo, que o trabalhador menor é com frequência proveniente da família operária, estabelecendo-se uma espécie de triste palco desigual entre adultos, na sua exploração. A imprensa anarquista recolhe alguns desses casos: um relato das condições de trabalho na fábrica de tecidos Cruzeiro, no Andaraí, refere-se à atividade das crianças ao lado dos pais que aparecem conformados com a brutalidade reinante; caso extremo,

na fábrica Carioca, uma menina é espancada pelo pai após ser esbofeteada e despedida pelo mestre, por ter perdido um gancho para tirar algodão dos cilindros. (Fausto, Boris. 1977. p, 116).

Como discutido acima por Boris, a situação da classe trabalhadora era precária e ainda reforçada muitas vezes pelos próprios trabalhadores que devido a alienação e falta de conhecimento contribuíam para a manutenção de um sistema de exploração cruel principalmente para os mais frágeis e oprimidos como mulheres, negros e crianças que sofriam a lógica do mercado para sobreviver, outro fator importante que podemos observar é o importante papel de uma organização intelectual em conjunto com a imprensa, e aqui demonstrado através do jornal anarquista que pretende divulgar e conscientizar cada vez mais os trabalhadores sobre melhores condições de trabalho e um maior engajamento político por parte dos operários.

De encontro dessa falta de engajamento político e ideológico podemos perceber exemplos de como é importante levar o conhecimento dos direitos e possibilidades que podem ser garantidas através de bastante luta, e isso pode modificar a qualidade de vida de trabalhadores, seus filhos e esposas, um bom exemplo disso é a forma como Fernando Teixeira (1999) relata em sua introdução do texto *“Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho”* como a união e o engajamento político-sindical e depois partidário trará mais força para as vozes dos trabalhadores que necessitavam de melhores condições de trabalho, mas também viam a necessidade de interferir em outras questões sociais e políticas que fugia da esfera de suas funções laborais, mas que os afetavam em sua condição de vida fora das fábricas e portos também.

No entanto, no ano seguinte, os portuários continuariam dispostos a interferir em temas que ultrapassavam o terreno de suas próprias reivindicações, moldando um perfil cada vez mais distante da imagem de uma categoria corporativa. Em outubro de 1959, os estivadores decidiram não exportar qualquer tipo de carne. Nas palavras do presidente do sindicato dos estivadores de santos, Laerte Silva, apenas o fariam se vissem “novamente nos açougues a carne a preços acessíveis”. Tratava-se mais de uma vez de colaborar com o governo na luta pela contenção do custo de vida. Assim, os sindicalistas da baixada santista, mobilizados sob a direção do fórum sindical de Debates (FSD), criaram a Comissão Municipal de Abastecimento e Preços (COMAP) com o objetivo de “apoiar a medida

adotada pelas principais autoridades, visando encontrar uma solução para o problema da falta de carne no país” (Da Silva, Fernando Teixeira. 1999. p, 65).

É explícito nas palavras de Fernando Teixeira a quanto é importante para a classe trabalhadora procurar cada vez mais se engajar em movimentos sociais e sindicatos, principalmente nos dias atuais (2022) onde há bastante exportação de carne para o exterior enquanto muitos trabalhadores não podem comprar a carne produzida no próprio país, por isso é importante percebermos nesses estudos históricos a importância da história social, não só para o desenvolvimento de uma disciplina ou esfera da mesma, mas para contribuir socialmente nos problemas enfrentados em tempos diversos e que através do tempo esses acontecimentos ficam apenas em arquivos ou memórias que necessitam serem ouvidas através da fonte oral, pois ela também é uma característica da história social, pois segundo Severino Cabral ela pode “ser democrática, proporciona uma maior experiência de valores, desejos entre outros vários sentimentos” (Cabral, Severino. 2003-2004). É importante destacar também aqui não só como já foi discutida a importância da fonte oral para a história social, mas também trazer uma definição do que seria a história oral que contribui e muito com a produção de uma história como Thompson nos diz “vista de baixo” outro aspecto nessa temporalidade é perceber como alguns dos acontecimentos já citados rompem com o pensamento marxista e como isso reverbera diretamente no modo de desenvolvimento social e todo o processo de declínio de conquistas a exemplo dos acontecimentos de maio de 1968 de acordo com Rojas:

Pois se antes de 1968 era praticamente consenso a ideia de que o sujeito social revolucionário por excelência era a classe trabalhadora, depois deste ano, em contraste e não por causalidade, ganharam vitalidade os debates sobre o papel dos novos sujeitos e atores sociais, que hoje não aceitariam de modo algum o papel de simples “aliados” da classe trabalhadora e que inclusive reclamam muitas vezes um protagonismo e um papel de vanguarda inimagináveis antes dessa ruptura radical de 1968 (Rojas, Antônio Aguirre. 2017. p, 71.)

Então observamos que não só nas teorias acadêmicas, mas também na prática social foi perceptível as mudanças sociais principalmente da classe trabalhadora com o rompimento do marxismo como forma essencial de compreensão do mundo através de uma ótica mais progressista, mais

humana e sensível as necessidades por todos aqueles que produzem, e de como isso também influenciará no conservadorismo, mas também é perceptível não apenas esses resultados no pós 1968 mas o Brasil já dava os primeiros passos nessa linha com o conservadorismo como a instauração de um regime militar através de um golpe de estado em 1964 e com isso o retrocesso dos direitos conquistados pelos trabalhadores logo após a ascensão dos militares no poder como descreve Teixeira:

Após 1964, o governo implementou integralmente as reformas defendidas pelos discursos do congestionamento. Em 1965, foram anulados todos os direitos firmados entre a Federação Nacional dos Portuários e o ministério do trabalho, sob o pretexto de que Companhia das docas não havia feito, parte dos contratos coletivos. Em 1966, foram considerados vencidos todos os acordos estabelecidos há mais de dois anos. Os doqueiros perderam, entre outros direitos, o “salário-chuva” e taxas de 25% em diversos serviços perigosos e insalubres; o salário-família sofreu redução; foram extintos os extraordinários remunerados a base de 70% a 290%; em prejuízo de sua saúde, os trabalhadores passaram a ter de operar em dois turnos de trabalho (um durante o dia e outro à noite, com revezamento semanal); houve corte na cubagem para os serviços pagos por produção, o que representou uma diminuição salarial de cerca de 50%; foi reduzido ainda o número de homens em cada “terno” de serviço (Teixeira, Fernando. 1999. p, 79).

A história vista com criticidade é bem diferente das narrativas saudosistas de tempos passados, como os tempos do período militar, como podemos constatar através do estudo social de Teixeira podemos ver que aqui no Brasil a direita já vinha se organizando antes do período dos acontecimentos de maio de 1968, mas também se intensificou após ele já que vinham dando esses claros sinais de conservadorismo e reacionarismo local e rompendo com os ideais marxistas, e após 1968 com os anos de chumbo foi onde o podemos perceber a real face reacionária do pensamento conservador brasileiro, e convergindo com o que afirmamos segundo Rojas sobre o rompimento com o marxismo e seus resultados teóricos e práticos, e ainda sobre a necessidade de se utilizar o marxismo nos campos teóricos e práticos Rojas ainda nos diz explicitamente que o caminho é através dele, pois de acordo com rojas:



Pois quando tentamos, de uma forma consciente, realizar uma análise histórica realmente científica e verdadeiramente explicativa e abrangente das realidades sob investigação, somos obrigados a nos inscrever dentro do horizonte global do pensamento crítico atual e, assim, dentro de uma linha de filiação intelectual que é simplesmente incompreensível sem essa raiz fundadora e estruturante que é a perspectiva crítica do marxismo original (Rojas, Antônio Aguirre. 2017. p, 76).

Por tanto agora fica mais fácil de compreender a importância do marxismo para a humanidade não só apenas com campo teórico e prático mas também na facilidade de se colocar como sujeito histórico e do quão importante essa corrente teórica de investigação continua espantosamente atualíssima para explicar os fenômenos sociais, econômicos, históricos e até filosóficos, sua contribuição é desse ponto de vista imensurável e dificilmente superável, no entanto não se trata aqui de mitificar uma ideia ou de praticar um certo “proselitismo” teórico, pois temos que ter sempre em mente que o pensamento marxista e o materialismo histórico podem sim ser criticados e também fazem parte do jogo do campo acadêmico e conseqüentemente sujeito as regras do jogo, Thompson aborda um essa discussão de maneira sucinta, explicando que o materialismo histórico é uma ciência e que enriquece o debate e o trabalho do historiador mas que também deve estar ciente de possíveis críticas.

O materialismo histórico distingue-se de outros sistemas interpretativos pela sua obstinação teimosa (teimosia que foi por vezes doutrinária) em elaborar essas categorias, e em articulá-las numa totalidade conceitual. Essa totalidade não é uma “verdade” teórica acabada (ou teoria); mas também não é um “modelo” fictício, é um conhecimento em desenvolvimento, muito embora provisório e aproximado, com muitos silêncios e impurezas. O desenvolvimento desse conhecimento se dá tanto na teoria quanto na prática: surge de um diálogo e seu discurso de demonstração é conduzido nos termos da lógica histórica as operações efetivas dessa lógica não são visíveis, passo a passo, em cada página do trabalho de um historiador. Se o fossem, os livros de história esgotariam qualquer paciência (Thompson, Edward. P. 2009. p, 72-73).

Ou seja, de acordo com Thompson e convergindo com o que foi posto anteriormente o materialismo tem um sentido prático e teórico na forma de analisar os fatos históricos e sociais de uma determinada época ou até do

presente, e pode influenciar nas visões de mundo e como se enxerga as estruturas que regem determinado local, mas Thompson também afirma que o materialismo histórico ainda não é acabado e está sempre produzindo perspectivas em diferentes esferas não só da história, mas em outras áreas do conhecimento. Thompson segue com suas críticas sobre essa mitificação do marxismo a que ele dá o nome de tradição marxista com um conjunto de intelectuais de diversas correntes oriundas da influência de Marx como o stalinismo e o antistalinismo, e a isso ele chega ao pensamento de que não é possível essas duas coexistências entre outras e que cada uma vai buscar sua “autorização” no pensamento marxista seja metafísico ou materialista.

E minha crítica implícita de outros marxismos correlatos, que já não podemos atribuir nenhum significado teórico a noção de uma tradição comum. O fosso que se abriu não foi entre diferentes ênfases aos vocabulários de conceitos, entre esta analogia e aquela categoria, mas entre modos de pensar idealista e materialista, entre o marxismo como um fechamento e como uma tradição, derivada de Marx, de investigação e críticas abertas. O primeiro é uma tradição de teologia. O segundo é uma tradição de razão ativa. Ambos podem buscar uma certa autorização em Marx, embora o segundo tenha credenciais imensamente melhores quanto a sua linhagem (Thompson, Edward. P. 2009. p, 258).

Fica evidente de acordo com Thompson que até mesmo entre uma tradição de esquerda, científica e de vertentes que se ramificam de acordo com novos objetos, novos estudos e novos pensamentos o pensamento marxista é muito amplo e diverso, e cada uma ramificação tem sua parcela de contribuição a comunidade científica assim como na mesma proporção muitas vezes embates e divergências “canônicas” dessa tradição que fragmenta a teoria marxista em campos diversos de investigação e compreensão social. A título de exemplo a “história vista de baixo” por Thompson que ele desenvolveu em uma determinada época e que foi bastante criticado pelos seus pares sobre as inovações em utilização de fontes como a literatura.

Vale ponderar também que não só como o Fernando Teixeira demonstrou muito bem como podemos utilizar a história social através de jornais como principais fontes, mas também devemos ficar atentos a fonte oral como uma poderosa e rica fonte para investigarmos, por exemplo, esses acontecimentos durante a Ditadura brasileira pessoas que forma vencidas, torturadas, humilhadas ou sujeitos que pertenceram ao regime e tem uma

visão saudosista daqueles tempos ditatoriais de “ordem e progresso” e a isto é importante entender como se define a história oral para entendermos como ela contribui para a história social.

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê planejamento das gravações, com indicação dos locais, tempo de duração e demais fatores textuais, bem como o tratamento a ser dado (Sebe, José Carlos. 2021. p, 27).

Através de uma problematização sobre conflitos sociais no Brasil e com o diálogo desses teóricos brasileiros com Thompson, como essa que acabamos de discutir, fica mais fácil de entender forma de se trabalhar com esse campo da história e suas abordagens, os exemplos que trazemos sobre a história do Brasil através de estudos históricos sociais nos mostra a grandeza não só de Thompson e seu desenvolvimento nos estudos da história social, mas é uma boa identificação de como o marxismo pode interferir e ajudar no desenvolvimento de outros olhares mais específicos e atentos em determinadas esferas da sociedade através de novas fontes, recursos tecnológicos e abordagens que com o passar do tempo se potencializam através do pensamento crítico de Marx.

Outro ponto importante que tenhamos de entender acerca dos trabalhadores e os estudos produzidos com essa temática são a produção de cultura popular, memória e identidades que estão influenciadas pela classe dominante, pois ela tem poder em várias esferas seja a nacional ou uma história local, entender como os usos na fabricação da memória e de um discurso legitimador podem decidir o destino de várias práticas culturais e exercer um papel de controle social em algumas práticas, por isso ainda trazendo a discussão Pollak (1992) ele acredita que a memória e a identidade quando muito bem trabalhadas fica quase intransponível de se romper tal discurso através dos questionamentos e debates que podem surgir em qualquer instância ou período histórico, mesmo que essas questões de identidade trabalhadas acima tentem exemplificar a formação e a prática da identidade desenvolvida pelas elites, ainda é preciso falar sobre os excluídos, as vivências e memórias não oficiais, pois a “única forma da classe trabalhadora transmitir seus costumes, histórias e memórias são através da oralidade, através de costumes e tradições “estáticas” ou seja, tradições que se conservam as inovações” (Thompson, p. 16. 1998) o que foge totalmente do mito e do discurso fundador de um país ou uma cidade, pois os grandes

feitos e os grandes homens do estado é quem detêm quase sempre os créditos de uma conquista ou feito que necessite de apreço em uma comunidade. Por tanto se faz necessário entendermos essas produções e memórias desenvolvidas pela classe trabalhadora.

## **CONCLUSÃO**

Portanto é possível identificarmos vários elementos citados na história social como suporte não só para os acadêmicos, mas para uma sociedade em geral que muitas vezes necessita da ajuda de especialistas da esfera social para resolver problemas que podem ter sido perpetuados por anos e se transformado em costumes ou algo do tipo em que as pessoas com senso comum não as percebem com o olhar crítico-social em suas diversas instâncias e recorte temporal.

As contribuições do marxismo expostas aqui deve nos dar uma boa ideia de sua importância não apenas no mundo acadêmico, mas também do social, assim como a discussão sobre o início da historiografia e seus desafios enquanto ciência acadêmica, nesse sentido chegamos à conclusão de que essa nossa reflexão de teoria e história social brasileira conseguiu sim obter êxito naquilo que se propôs em desenvolver e de abordar pontos específicos da historiografia, em primeiro momento num plano mais abrangente e geral e depois em um plano nacional, discutindo e elucidando cada vez mais assim as importantes contribuições da historiografia brasileira que também tem sua importância e contribuição não só em um plano regional, nacional mas também para a América latina como um todo.

## **REFERÊNCIAS**

BARROS, José D'assunção. **Teoria e formação do historiador**. 2017. Petrópolis, RJ. Vozes.

BURKE, Peter. **A escola dos *Annales* 1929-1989: a evolução da historiografia**. 2010. São Paulo. 2ed. UNESP.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Edward P. Thompson: e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. 2012. Rio de Janeiro. UFRJ.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. **A historiografia no século XX: história e historiadores entre 1848 e... 2025?**. 2017. São Paulo EDUSP.

FILHO, Severino Cabral. Mundos do trabalho mundos da vida: A experiência de padeiros artesanais. **Tempos históricos. Marechal Rondon. v. 05/06, p. 131-157**. 2003/2004

SEBE, José Carlos. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. Contexto, São Paulo. 2021

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, p. 200-212**, outubro 1992. ISSN 2178-1494. 1992.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e conflito social**. 1977. Rio de Janeiro.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. 2013. Companhia das Letras. São Paulo.

TEIXEIRA, Fernando. In **Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho**. 1999. Campinas SP. UNICAMP

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.

THOMPSON, E. P. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**. 2009. Rio de Janeiro. Edições Jorge Zahar. 2009.

THOMPSON, E. P. **Miséria da teoria ou um planetário de erros, Uma crítica ao pensamento de Althusser**. 1981. Rio de Janeiro. Edições Jorge Zahar.

## CAPÍTULO 5

### O PODER DA INFLUÊNCIA DO USO DAS REDES SOCIAIS NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DO GUIA DE TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE

#### **Daniel Frederico Fagundes de Lima Andrade**

Bacharel em Direito (UNP); Guia de Turismo (SENAC-RN); Licenciatura em História (EDUCAMAI); Aluno Especial de Mestrado em Turismo/UFRN 2023.1; Técnico em Gerenciamento de Crise nas Redes Sociais pelo SENAC-SC.  
E-mail: danfrefalian@hotmail.com

#### **Fernando Cassiano de Medeiros**

Licenciatura em Letras Português-Inglês (FCH); Guia de Turismo (SENAC-RN); Aluno Especial de Mestrado em Turismo/UFRN 2022.2.  
E-mail: Fernando-cassiano@live.com

---

### RESUMO

Este artigo discorre sobre o Poder da Influência do Uso das Redes Sociais nas Atividades Profissionais do Guia de Turismo no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte com a utilização da Análise de Conteúdo, no que se refere à análise de dados em pesquisas de campo, utilizando como aporte teórico as lições de Bardin (2016). Por meio da pesquisa de campo e entrevistas com Guias de Turismo Regionais e análise das respostas para verificar se as redes sociais influenciam em suas atividades profissionais.

**Palavras-chave:** Redes Sociais. Turismo. Guia de Turismo. Instagram. Facebook. Whatsapp. Marketing. Visibilidade.

### INTRODUÇÃO

O marketing se tornou uma grande ferramenta de influência, se tornando uma estratégia de divulgação em várias atividades profissionais, e nas atividades profissionais do turismo não poderia ser diferente.

Nesta nova era, que trouxe a popularidade das tecnologias e aplicativos móveis para os diversos níveis da população, o uso das

Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) vem abrindo uma série de novas ferramentas para a indústria do turismo.

Neste artigo iremos avaliar as tecnologias das redes sociais presentes e utilizadas pelo ramo profissional dos Guias de Turismo, em especial no território do Rio Grande do Norte.

Sabemos que a maioria da população mundial utiliza as redes sociais, principalmente com fins de recreação e busca de informações, e nesta busca está o ponto de quem as produz, que no caso deste artigo serão sobre a produção de conteúdo pelos Guias de Turismo Potiguares.

Buscaremos através de entrevistas presenciais e remotas, respostas para a influência do uso das redes sociais nas atividades profissionais dos Guias de Turismo, bem como, de quais são as mais utilizadas por eles.

E após a coleta de dados em pesquisa de campo, promoveremos a análise destes dados utilizando os parâmetros as lições de Bardin (2016), apropriando-se do conceito de que a *“análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos”* de Rafael Cardoso Sampaio e Diógenes Lycarião (2021).

Desta maneira, esse artigo tem como objetivo principal demonstrar a influência do uso das redes sociais na atividade profissional dos Guias de Turismo, sobre suas vantagens e desvantagens, bem como, qual rede social está sendo mais utilizada atualmente na região do Estado do Rio Grande do Norte.

Do ponto de vista teórico, podemos salientar que o presente estudo deve contribuir para uma melhor compreensão dos recentes desenvolvimentos e tendências em tecnologias móveis e aplicações no turismo, em especial na atividade profissional dos Guias de Turismo e demais operadores deste ramo.

Os resultados deste trabalho devem ser interessantes para os diversos profissionais autônomos do ramo, que buscam uma visão geral dos meios de promover seu trabalho diante das principais descobertas e tendências em tecnologias e aplicativos móveis.

As análises aqui expostas e propostas poderão ajudar os profissionais autônomos do turismo a lidar com os desafios atuais da competição em nível global e obter vantagens competitivas.

## **O GUIA DE TURISMO**

A origem da profissão de Guia de Turismo é bem antiga, sendo sua origem devido a uma necessidade do homem em se deslocar. Uma vez que os humanos se deslocavam para locais desconhecidos, era necessário muitas vezes a figura de pessoas que conheciam esses locais, ou seja, precisaram de guias, de orientadores.

O termo guia, de acordo com Sales (2012, p. 18), *“significa o que dá orientação, encaminhamento, norteamento, luz, direção, mostra rumos a serem seguidos”*.

A profissão do Guia de Turismo foi regulamentada no Brasil através da Lei Federal 8.623/93, existindo, ainda, legislação estadual e municipal em alguns Entes da Federação, como no caso do Município de São José de Mipibu que regulamentou a profissão por meio da Lei Municipal 1.278/2022 de proposição do Vereador Kericlis Alves Ribeiro Junior e sancionada pelo Prefeito Zé Figueiredo.

Entretanto, antes mesmo da regulamentação, veio a criação oficial dos Cursos Técnicos de Formação de Guias de Turismo, iniciando no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-SP) em 1965, o qual começou a ofertar o curso que tinha duração de quatro meses e carga horária de 180 horas. A exigência para realizar o curso era o aluno ter concluído o ensino fundamental, não havendo necessidade de formação em nível técnico para exercer a profissão.

No decorrer do curso, as disciplinas incluídas na grade escolar eram de Relações Humanas; Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros; Geografia e História Turística; Folclore, Tradição e Costumes; Noções de Arte e Estética e Excursões (Celeste Filho, 2002).

Ao final do curso, devido a regulamentação da profissão, o interessado deverá dirigir-se ao Cadastur (Sistema de Cadastro das pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo), localizado normalmente dentro das Secretarias Estaduais de Turismo, para solicitar o seu registro e a credencial de Guia de Turismo.

O cadastro é um sistema é organizado pelo Ministério do Turismo em parceria com os órgãos oficiais de Turismo presentes em todos os Estados do Brasil e no Distrito Federal, sendo uma das condições de exercício da profissão, a utilização do crachá emitido pelo Cadastur, com validade média de 05 (cinco) anos.

Atualmente, no Estado do RN, existem algumas instituições oferecendo o curso, como SENAC, IFRN e algumas particulares. E ao



concluir o curso e cadastramento, o profissional poderá ter atuação em até 03 (três) categorias: guia regional, guia especializado em atrativos naturais, guia nacional e guia internacional.

E por estarmos em um Estado Turístico, ou podemos dizer, com vários Destinos Turísticos, o mercado de trabalho oferece várias oportunidades em hotéis, cruzeiros, agências de viagem, empresas aéreas, eventos, museus, parques, ecoturismo, turismo para prática de esportes radicais e consultoria.

Além claro, de acompanhamento em viagens interestaduais e internacionais.

E vivendo sob a égide deste mercado dinâmico, nada melhor do que promover seu produto por meio das redes sociais, sendo este o objeto de trabalho deste artigo.

## **AS REDES SOCIAIS ON-LINE**

No mundo atual a utilização de redes sociais é muito propagada em todos os ramos de profissão, sendo os mais utilizados segundo o Blog de notícias de tecnologia TecMundo, as 07 (sete) principais em 2023 são: WhatsApp, Youtube, Instagram, Facebook, Tiktok, LinkedIn e Facebook Messenger.

E podemos afirmar que o conceito original das redes sociais foi formado há milhares de anos, praticamente desde que o homem começou a se relacionar e a formar grupos na sociedade.

Atualmente, esse conceito é erroneamente utilizado para explicar o que são os sites como o Facebook, Instagram, Twitter, entre outros. Isto porque esses sites seriam, na verdade, os canais pelos quais estaríamos nos relacionando com outras pessoas. Basicamente, o que os de redes sociais fazem é conectar pessoas através das suas plataformas ou soft wares.

E diante desta conceituação e após a análise das respostas feitas no Estudo Piloto, foram escolhidas as 03 (redes) sociais mais utilizadas pelos Guias de Turismo na Região do Rio Grande do Norte, partindo desta para análise neste artigo, que seriam: o WhatsApp, o Instagram e o Facebook.

Outras redes sociais foram citadas, porém, em menor número, ficando este artigo limitado a observação dos números nessas 03 (três) redes sociais acima.

Sobre essas principais redes sociais adotadas pelos Guias de Turismo no Rio Grande do Norte, podemos descrever:

## **O WHATSAPP**

O WhatsApp é atualmente a plataforma de comunicação mais popular do planeta, tendo substituído com muito mais recursos e facilidade de uso as mensagens por SMS, forma anteriormente mais comum de contato por texto entre dois usuários de celulares.

E a mais famosa das redes sociais ganhou um apelido no Brasil, muitas pessoas o chamam de "Zap Zap", estando a ocupar o topo do ranking das redes sociais mais usadas no Brasil, somando nada menos que 169 milhões de usuários no país.

Para se ter uma ideia da dimensão de usuários, estima-se que 93% dos brasileiros com acesso à internet possuem uma conta na rede social do WhatsApp. Seja para fins pessoais ou para fins profissionais, ou apenas trocar mensagens com amigos e conhecidos.

O WhatsApp deste modo, pode ser considerado uma ferramenta completa para comunicação, permitindo troca de mensagens por texto, conferências por vídeos e até mesmo chamadas por voz com os contatos que também possuem o aplicativo.

Por tais razões, o benefício de utilização ilimitado do WhatsApp vem sendo explorado pelas operadoras de telefonia.

Atualmente, um de seus mais novos recursos, é o chamado "status", no qual o usuário pode compartilhar um vídeo ou imagem por até 24 (vinte e quatro) horas.

## **O INSTAGRAM**

Segundo Oliveira (2014), a mídia social Instagram é um aplicativo móvel para celulares e smartphones, criado em 6 de outubro de 2010, por um norte-americano, chamado Kevin Systrom, e por um engenheiro de software e empresário brasileiro, Mike Krieger.

É uma mídia social que permite aos seus usuários a possibilidade de compartilhar suas experiências através da publicação de fotos-vídeos, e mensagens, e estas experiências produzidas e publicadas por Digital Influencers será um dos alvos do presente estudo.

Sabemos que atualmente o Brasil é o país que ocupa a segunda posição no ranking de usuários do Instagram.

Hoje são mais de 50 milhões de brasileiros (2017) cadastrados na ferramenta, e com todo esse público, os Operadores do Turismo encontraram

nesta ferramenta uma forma mais eficaz de promover os seus Destinos Turísticos.

Os criadores do Instagram também usaram o diferencial oferecido pelo app para buscar inspiração para o nome. "Insta" vem de "Instant Camera", que significa câmera instantânea, em livre tradução. Já "Gram" foi tirado de "telegram", ou seja, telegrama — forma mais rápida de enviar uma mensagem via correio, antigamente.

O Instagram é uma rede social interativa. Nela, existe a possibilidade de compartilhamento de imagens e vídeos de curta duração diretamente do aplicativo de celular ou pelo site.

No App é possível seguir usuários, curtir, comentar e compartilhar as publicações, expondo suas atividades do dia a dia através de Post Fixo no Feed ou Post temporário nos stories, sendo esse último o mais utilizado, principalmente para a realização de trabalhos.

Diante do que rapidamente foi explanado, é que o Instagram se tornou um dos aplicativos mais queridos e populares do Brasil e do mundo, e segundo o Sprout Social (2019), hoje são mais de 1 bilhão de usuários ativos com números impressionantes de engajamento: 15 vezes mais que em outras plataformas.

Se para os usuários essa mídia é o local favorito para curtir e compartilhar fotos e vídeos, para os Guias de Turismo é o local onde podem dar maior visibilidade aos seus serviços e atrativos turísticos com o qual trabalham.

## **O FACEBOOK**

O Facebook é uma rede social lançada em 2004, criada por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, estudantes da Universidade Harvard.

O significado do nome escolhido para esta rede social é composto por face (que significa cara em português) e book (que significa livro), que traduzindo de forma mais literal, pode ser compreendido como "livro de caras".

Nos primeiros anos de utilização, a adesão ao Facebook era limitada apenas para estudantes da Universidade Harvard, e logo foi a muitas universidades individuais.

O Facebook é gratuito para os usuários e tem seus lucros advindos de publicidade, incluindo banners e grupos patrocinados.

Os usuários criam perfis que contêm fotos e listas de interesses pessoais, onde podem trocar mensagens privadas e públicas entre si e quando se tornam participantes de grupos de amigos.

O Facebook é uma rede social que possui inúmeras ferramentas, tais como o mural, que é um espaço na página de perfil do usuário que permite aos amigos postar mensagens para ele ver. Ele é visível para qualquer pessoa com permissão para ver o perfil completo, e posts diferentes no mural aparecem separados no "Feed de Notícias".

Uma das ferramentas mais lembradas pelos usuários são os "lembretes de aniversários", que salva muitas pessoas que esquecem datas.

O "Face", como é mais conhecido, possui também aplicativos, com os mais diversos assuntos, e eventos, onde a pessoa pode convidar todos seus amigos para um determinado evento. Existem versões diferentes do Facebook para telefones celulares e smartphones, que facilitam a visualização e acessibilidade dos usuários.

E nesta versão para smartphones é que popularizou seu uso entre os profissionais de Guia de Turismo, que costumam compartilhar suas atividades nesta rede social.

Nesta rede social eles podem ser amigos de seus clientes, marcá-los nas fotos e demonstrar como são seus trabalhos de guiamento pelas cidades do Rio Grande do Norte.

É dita por muitos como uma rede social obrigatória para todos terem, pois é a mais comum de todas elas.

## **O MARKETING NAS REDES SOCIAIS**

Antes de tudo, devemos salientar que a vantagem da internet é a possibilidade de mensurar e monitorar praticamente tudo. Então, aproveite e monitore as imagens que seus clientes estão compartilhando, os comentários que estão produzindo e perceba quais são as tendências ou assuntos mais comentados e visualizados.

Sendo assim, o Marketing nas redes sociais é uma necessidade para todos os profissionais e empresas do mundo atual, logo, incluindo os Guias de Turismo no Estado do Rio Grande do Norte.

Como dito anteriormente, não há como ficar de fora dos canais mais usados pelas pessoas para interagir com o mundo.

Estar sem rede social atualmente é quase se sentir um "peixe fora d'água", logo, é preciso conhecer todas as plataformas de mídias sociais

existentes, estudá-las e criar a melhor estratégia para usá-las como sabedoria e ter melhores resultados.

Por isso, fazer marketing nas redes sociais é indispensável. Os profissionais que querem se comunicar e se relacionar com os seus clientes, seu público, devem escolher as melhores que se adequam ao seu público.

É impossível estar em todas ao mesmo tempo e dar o devido apoio a todas elas, pois, ter uma rede social e deixá-la parada no esquecimento é deixar de ganhar e até perder clientes.

Neste sentido, deve lembrar que cada rede social tem suas particularidades, seus públicos, seus formatos e suas linguagens, oferecendo diferentes possibilidades de atuação para os profissionais.

Deve ser salientado, que existem mais de 4,62 bilhões de usuários de redes sociais no mundo inteiro, dados estimados em 2022, o que representa quase metade de população mundial.

E no Brasil, são 140 milhões de usuários nas redes sociais, equivalente a 66% da população brasileira.

Já pensou o alcance que você pode ter nesses canais? Os clientes que podem ser conquistados? **A influência que as redes sociais têm em conseguir maior sucesso profissional?**

Os números bombásticos de uso das redes sociais mostram que um dos principais motivos para os profissionais entrarem e se manterem nas redes sociais é de serem conhecidas por mais pessoas.

O que leva a consequência de maiores contratos, trabalhos e clientes. Sendo o motivo de pesquisa do presente artigo.

## **METODOLOGIA**

No presente artigo, adotou-se como metodologia de pesquisa a Análise de Conteúdo, a qual é uma técnica de análise de dados qualitativos muito utilizada.

Esta técnica é citada na obra de Laurence Bardin chamada de Análise de Conteúdo.

De acordo com Bardin (2011, p. 47): “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

No quesito da interpretação dos resultados obtidos, aplicamos a técnica da inferência, que é um tipo de interpretação controlada. Para Bardin

(1977, p. 133), a inferência poderá “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor”.

E deste modo iniciamos a pesquisa com a elaboração de um questionário com total de 11 (onze) perguntas sobre a temática do artigo, destinados aos Guias de Turismo que atuam no Estado do Rio Grande do Norte.

No primeiro momento foi realizado um Estudo Piloto com 08 (oito) Guias de Turismo Regional RN por meio de aplicação de questionário enviado por Google Forms, dentro um grupo formado em aplicativo de comunicação chamado WhatsApp.

Após apresentação dos primeiros resultados ao Professor Luiz Mendes Filho, foi orientado uma nova elaboração de perguntas, sendo as mesmas aplicadas no período de 12 até 30 de julho de 2023, com mais 20 (vinte) Guias de Turismo, contactados por meio de WhatsApp e pessoalmente.

A coleta de dados constituiu-se ao final de 20 (vinte) questionários totalmente respondidos e avaliados.

## ANALISANDO OS DADOS

Pela análise dos dados fornecidos pela pesquisa, podemos observar que diante das inúmeras redes sociais à disposição dos Guias de Turismo a busca e utilização se deu em maior número pelo Instagram e WhatsApp, tendo sido citadas respectivamente por 53,3% e 26,7%, o que já demonstra um grande engajamento na utilização da rede social Instagram.

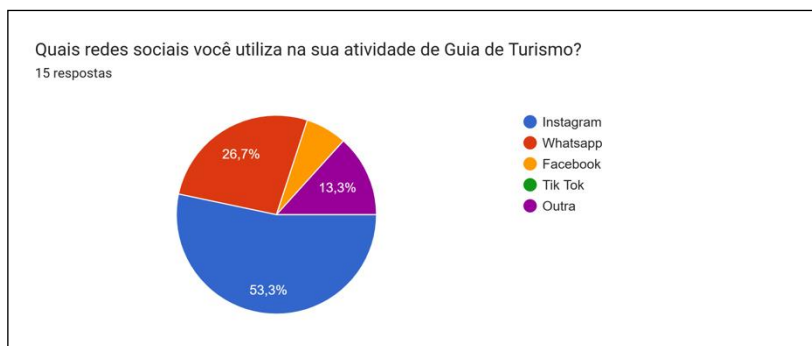


Figura 1

Nas respostas de outras redes sociais utilizadas, citadas por 13,3% dos entrevistados, podemos observar que houve um retorno a citações de Instagram e WhatsApp, percebendo que dentre outras redes sociais, as mais citadas são citadas novamente.

E continuando com a análise, as respostas recebidas da motivação a que leva a usar as redes sociais em sua atuação profissional, percebemos que a acessibilidade, celeridade e visibilidade foram as mais citadas.

O reconhecimento de que dentre as redes sociais existentes, as mais usadas são as que possuem as características de acessibilidade aos turistas, de celeridade na troca de informações e de visibilidade ao mundo, pois estando presente na internet, todos do planeta tem acesso aos perfis dos Guias de Turismo.

E no ponto dos perfis, a coleta de dados perguntou sobre que tipo de perfil é utilizado pelos Guias de Turismo, se o pessoal ou se criam um profissional, tendo sido mais citado o perfil profissional com 66,7%, muito embora em ambos os perfis exista procura pelos serviços profissionais deles.

Em outro momento, alguns entrevistados informaram que não há apenas vantagens no uso das redes sociais, em especial Instagram, nas suas atividades profissionais, pois como tudo na vida há o lado bom e o lado ruim.

Dentre dos motivos mais citados, podemos observar as que falam em “fake News” e a concorrência desleal.

No quesito do “fake news”, ou seja, as informações erradas publicadas, salientamos que essa situação ocorre em todos os ramos de trabalho e até na política, como estamos vendo nos últimos anos, podendo ser destacado um dos comentários:

*“A quantidade de posts feito por profissionais e não profissionais, acaba enchendo a pessoa de informações e nem sempre mostra os detalhes técnicos e de estrutura dos lugares. Então acontece da pessoa achar que já conhece melhor que o profissional, porque assistiu inúmeros vídeos. Isso dificulta o entendimento das explicações.”*

A informação errada dada por um único profissional atrapalha todo o seu segmento, pois empodera de maneira errada o cliente, criando obstáculos para ambos os lados durante a atividade.

Podemos ter como conclusão da análise, que muito embora o uso das redes sociais tenha vantagens e desvantagens, uma delas preponderou que foi o fato da maior visibilidade do profissional no mercado do trabalho.

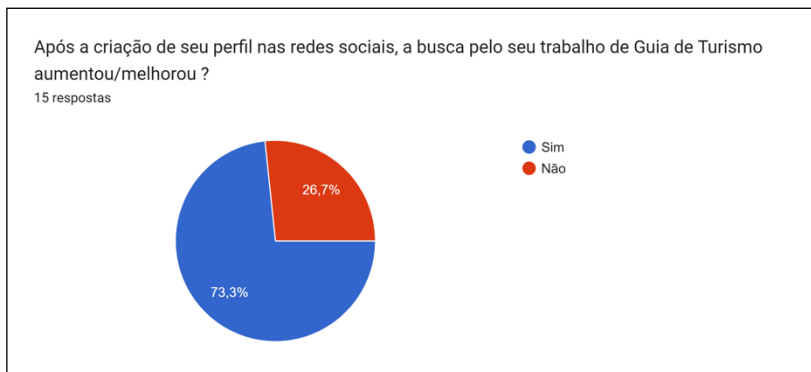


Figura 2

A grande maioria dos entrevistados informaram que sua atividade profissional teve maior visibilidade com o uso das redes sociais, e com isso maiores oportunidades de trabalho, demonstrando que o uso das redes sociais em nosso mundo atual é uma grande fonte de prospecção de clientes.

Assim sendo podemos perceber que as redes sociais estão presentes para ajudar as atividades profissionais, e para profissionais autônomos como são os Guias de Turismo é uma forma acessível e de grande visibilidade que pode ser utilizada sem muitos equipamentos ou instrumentos.

De posse de um celular na mão, digo smartphone, qualquer pessoa pode fazer de seu perfil em redes sociais uma maneira de auto se promover e de promoção de seu trabalho, atraindo clientes.

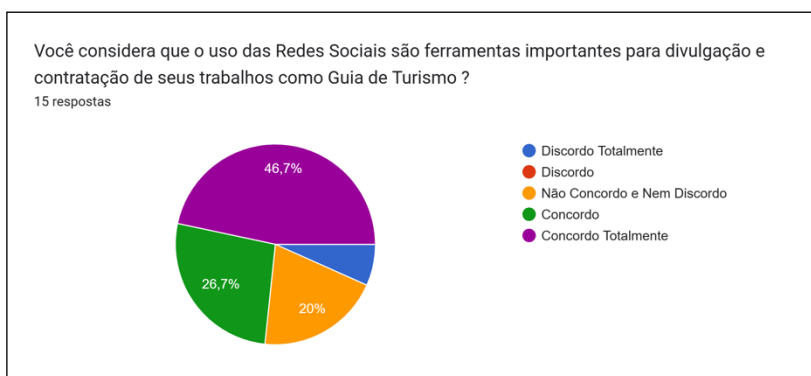


Figura3



Esse entendimento foi o que os próprios Guias de Turismo chegaram ao final, quando se perguntou sobre a rede social como ferramenta de promoção de seu trabalho, como podemos ver no gráfico acima, figura 3.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo tem como finalidade a demonstração por pesquisa de campo se as redes sociais auxiliam ou não na atividade profissional dos Guias de Turismo no Rio Grande do Norte.

Observou que os Guias de Turismo Potiguares utilizam sempre as redes sociais para promoção de suas atividades profissionais, seja por meio de perfis profissionais ou pessoais, e por eles realizam contratos de prestação de serviços com seus clientes.

As mídias sociais demonstraram ser vitais para criar e compartilhar informações, seja de cunho profissional ou pessoal, mas no caso deste artigo foi para o lado profissional.

E durante a coleta de dados ficou evidenciado que há uma predileção por algumas redes sociais, em específico o Instagram e WhatsApp, sendo o artigo mais focado nestes dois.

Apesar de vantagens e desvantagens citadas durante a coleta de dados, as vantagens se sobrepuseram pelas respostas dos Guias de Turismo, que ao final reconheceram que seu uso é essencial no mundo atual.

Uma boa rede social, completa de imagens e informações, auxilia e promove positivamente qualquer atividade profissional, e em sendo de Guias de Turismo cuja finalidade é mostrar o que “há de bom” em determinados locais, a imagem vale mais do que mil palavras.

Assim sendo, fica demonstrado os Guias de Turismo sobre influência positiva para a utilização de redes sociais nas suas atividades profissionais, sendo dentre todas as redes sociais existentes as de maior uso o Instagram e WhatsApp, pela sua celeridade e acessibilidade de informações.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARDIN, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

PATEL, Nell. O Que É Instagram: Tudo Que Você Deve Saber Sobre a Rede Social. Disponível em: <https://neilpatel.com/br/blog/instagram-o-que->



<https://resultadosdigitais.com.br/blog/marketing-de-guerrilha/>. Acesso em: 26/07/2023.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

## CAPÍTULO 6

### EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM DIREITO ESSENCIAL AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

#### **Lucas Minuzzi Covaleski**

O autor é acadêmico do 2º semestre do curso de Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de Santiago.

#### **Fabiana Barcelos da Silva Cardoso**

Graduação em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Santiago (2007);  
Especialização em Direito Civil e Processo Civil (2009);  
Mestre em Direito;  
Professora titular e Coordenadora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Santiago.

---

### RESUMO

Direito à educação no Brasil é fundamental para o pleno exercício da cidadania, promovendo a inclusão social, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pessoal. A Constituição Brasileira de 1988 garante esse direito a todos os cidadãos, e é importante que seja assegurado para que haja processo e equidade na sociedade. Isso significa que todas as pessoas têm o direito de acesso à educação, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, de forma gratuita e igualitária. O Estado tem a responsabilidade de promover políticas públicas que assegurem esse direito, visando à qualidade de ensino, à inclusão das pessoas com deficiência e à erradicação do analfabetismo.

**Palavras-chave:** Educação; Cidadania; Direito.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O direito à educação é assegurado pela CF/88 e elevado a status de garantia fundamental de responsabilidade inerente à família e ao Estado,

cabendo a esse oferecer condições para que a lei seja de fato efetivada, visando a formação integral do indivíduo, sua capacidade para o exercício de uma cidadania participativa e consciente.

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal)

Esse artigo define a educação como um direito de todos, uma responsabilidade tanto do Estado quanto da família, promovendo a igualdade, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, o saber, e destaca seus objetivos, incluindo desenvolvimento da pessoa, preparação para a cidadania e a qualificação para o trabalho. A educação deve ser oferecida de forma integrada, abrangendo os aspectos cognitivos éticos e sociais.

Seguindo essa mesma linha o artigo 206 versa, sobre os princípios que devem nortear o ensino no Brasil. Estes princípios exigem a necessidade de uma educação inclusiva, diversificada e democrática.

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

Dentro do presente tema, este estudo tem como objetivo responder à seguinte pergunta: Educação no Brasil: O direito à educação no Brasil é um direito essencial ao exercício da cidadania?

Para tanto, o estudo foi realizado a partir do método de abordagem dedutivo, partindo de uma premissa geral e, em seguida, aplicando essas premissas para obter conclusões específicas. Uma vez que trata da criança

na sociedade e seus direitos fundamentais, com leis, doutrinas, jurisprudências e autores da área, e construindo suposições sobre o tema. O método de procedimento utilizado foi o dissertativo argumentativo sobre o assunto estudado, a fim de persuadir o leitor da validade da tese por meio de argumentos bem fundamentados, de maneira ordenada e lógica. Finalizando a metodologia, a técnica de pesquisa aplicada, será a de abordagem dedutiva que terá como fonte livros, artigos científicos, sites relacionados ao tema e a legislação pertinente, começando com premissas gerais e, em seguida, conduzindo a pesquisa para validar ou refutar a hipótese inicial.

Desta forma tem como objetivo geral a apresentação de conceitos e leis que tratam as normas da educação, sempre pensando sobre a proteção da criança enquanto sujeito de direitos, a vida e a proteção integral. E objetivos específicos a apresentação de artigos constitucionais sobre a educação, análise de jurisprudências que trata do direito à educação para todos e a desigualdade social como entrave para o acesso e a permanência na escola.

No que se refere à justificativa do presente trabalho, para a instituição de ensino e profissionais, servirá como um instrumento de pesquisa claro e objetivo. Para a sociedade, como um documento de fácil compreensão para um maior entendimento sobre o assunto. Para o acadêmico, se justifica por estar inserido dentro de um trabalho baseado em normas e pesquisas, aprimorando seus conhecimentos.

## **DIREITO À EDUCAÇÃO: UM EXERCÍCIO DE CIDADANIA**

A conexão entre o direito à educação e o princípio da dignidade da pessoa humana é fundamental e amplamente reconhecida.

O princípio da dignidade da pessoa humana é uma pedra angular dos direitos humanos e está consagrado em muitas constituições e documentos. A dignidade humana implica que cada indivíduo deve ser tratado com respeito, igualdade e consideração, independentemente de sua origem, status social, raça, gênero, ou outras características.

Seguindo este raciocínio, torna-se indispensável elencar que a educação está intrinsecamente ligada à dignidade humana, pois proporciona às pessoas as ferramentas necessárias para desenvolver suas habilidades, conhecimentos e potenciais. Ela capacita os indivíduos a participarem plenamente na sociedade, a buscar oportunidades de emprego, a ter voz nas decisões que afetam suas vidas e a contribuir para o desenvolvimento social e econômico de suas comunidades e nações.

Seguindo nosso estudo dentro deste paradigma, temos autores como Mario Sergio Cortella (2010), o qual defende a necessidade de educar para a cidadania desde a infância, principalmente para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, argumentando que isso pode ajudar a reduzir a exclusão social e a violência.

Quando alguém é privado do acesso à educação adequada, sua dignidade é comprometida. Isso pode resultar em limitações significativas em suas perspectivas de vida, oportunidades de emprego e participação ativa na sociedade. Portanto, garantir o direito à educação é essencial para preservar e promover a dignidade da pessoa humana. Além de associar com a dignidade humana, a educação identifica-se com o conceito de direitos fundamentais. Para tanto, diz Alexandre de Moraes:

Eles são verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do estado Democrático, pelo artigo 1º, IV da Constituição Federal. (MORAES, 2007 p.428).

Em muitos países ao redor do mundo, incluindo o Brasil, a educação é considerada um direito fundamental de todos os cidadãos e é garantida pela Constituição. O acesso à educação básica de qualidade é crucial para o desenvolvimento individual e para o progresso da sociedade como um todo.

Nesse sentido nos ensina Gabriel Chalita:

[...] a educação é direito de todos – ricos e pobres, negros e brancos, mulheres e homens, índios e filhos de estrangeiros, habitantes da cidade ou da zona rural. O Estado brasileiro, que se atribuiu essa obrigatoriedade, é também o responsável por fazê-la valer. A colaboração da sociedade tem o sentido de assegurar que o ensino seja compartilhado, que os projetos educacionais sejam desenvolvidos de forma consensual e participativa. (CHALITA, 2004, p.104-105)

Além disso, a legislação brasileira estabelece que a Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, deve ser oferecida de forma gratuita e obrigatória, garantindo o acesso e a permanência na escola.

Nesta lógica a qualidade da educação é um ponto fundamental, e têm leis e regulamentos que buscam garantir um padrão mínimo de qualidade na

educação pública, visando proporcionar um ensino eficaz e que prepare os cidadãos para os desafios de suas vidas pessoais e profissionais. Este padrão de qualidade pode envolver critérios como infraestrutura adequada, qualificação dos professores, currículo educacional relevante e atualizado, entre outros aspectos.

Em consonância com o exposto até o momento a escola, é a principal instituição de educação formal, é o ambiente central onde o processo de aprendizagem ocorre e proporciona uma estrutura organizada para o aprendizado, fornecendo o conhecimento científico necessário para que o aluno compreenda o mundo ao seu redor e se prepare para futuras atividades profissionais.

Importante asseverar que a cidadania prevista como no artigo 1º da Constituição Federal fundamento da República Federativa do Brasil não abrange apenas o exercício dos direitos políticos, abarcando de forma ampla todas as vertentes atinentes ao desempenho de práticas que devem ser exercidas por todos dentro da sociedade, conectando-se, nesse aspecto, com a dignidade da pessoa humana, soberania popular, liberdades públicas, direito à educação, dentre outros. (BULOS, 2014, p. 511)

O direito à educação é fundamental nesse contexto, pois representa um pilar essencial para o pleno desenvolvimento dos indivíduos, capacitando-os a compreender e participar ativamente da vida em sociedade. Além disso, a educação de qualidade contribui para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades, fortalecendo assim os princípios democráticos e alicerçando uma sociedade mais justa e igualitária.

Além do conhecimento, a escola ajuda a desenvolver habilidades e competências essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação eficaz, trabalho em equipe e convívio social. É um ambiente onde os alunos interagem com colegas de diferentes origens e perspectivas, promovendo a socialização e o entendimento da diversidade cultural e social.

## **EVASÃO ESCOLAR: CONSEQUÊNCIAS PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE E PARA AS FAMÍLIAS**

Em alguns países, existem leis que impõem obrigações de frequência escolar, e os pais ou responsáveis podem ser punidos com multas ou penalidades legais caso seus filhos não frequentem a escola regularmente. As sanções geralmente são aplicadas aos pais ou responsáveis, não diretamente às crianças ou adolescentes.

No Brasil a obrigatoriedade da frequência escolar para crianças e



adolescentes é dos 4 aos 17 anos e os pais ou responsáveis são legalmente obrigados a garantir que seus filhos estejam matriculados em uma escola e frequentem as aulas regularmente.

Neste sentido a evasão escolar, que se refere à ausência ou abandono da escola sem justificativa, é um problema social sério que afeta a educação de crianças e jovens. No entanto, é importante esclarecer que a evasão escolar tem consequências sociais e educacionais negativas. A legislação varia de país para país, e as consequências legais relacionadas à evasão escolar também podem variar

Assim sendo, a não frequência à escola, seja por evasão ou por qualquer outra razão, pode acarretar várias desvantagens para os indivíduos e a sociedade em geral.

Nesse sentido, é possível elencar inúmeros prejuízos para a criança ou adolescente que abandona a escola:

- A falta de educação formal pode restringir as opções de emprego e reduzir o potencial de ganhos ao longo da vida, pois muitas ocupações exigem certos níveis de educação.
- A escola oferece um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e de relacionamento, que são fundamentais para a interação bem-sucedida com outras pessoas na vida adulta.
- Indivíduos que não frequentam a escola podem enfrentar maior concorrência e desvantagem no mercado de trabalho em comparação com seus colegas que têm educação formal.
- Algumas profissões exigem certificações ou diplomas educacionais específicos, e a falta de frequência escolar pode excluir os indivíduos dessas oportunidades de carreira.
- A educação formal contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, habilidades de resolução de problemas, raciocínio lógico e outras competências cognitivas essenciais.
- A educação é vital para uma participação informada e ativa na vida cívica e política de uma nação. A falta de educação pode limitar o entendimento sobre questões sociais e políticas.
- A educação ajuda os indivíduos a entender e planejar seu futuro, definindo metas e adquirindo habilidades para alcançá-las. A falta de educação pode resultar em incertezas sobre o futuro.
- Indivíduos com educação limitada podem enfrentar desafios ao criar seus próprios filhos, devido à falta de conhecimentos e

habilidades necessárias para proporcionar um ambiente educacional enriquecedor.

- A educação ajuda a entender direitos e responsabilidades, cidadania e contribuições para a sociedade. A falta de educação pode levar à ignorância sobre essas questões.
- A falta de educação pode perpetuar a pobreza e a desigualdade social, criando um ciclo que se repete de geração em geração.

É fundamental reconhecer a importância da educação para o desenvolvimento pessoal, social e econômico e buscar maneiras de garantir que todos os indivíduos tenham acesso e participem ativamente do sistema educacional, como muito bem Rousseau define o educar como sendo o processo por meio do qual o homem adquire as habilidades e capacitações necessárias para o desenvolvimento das atividades a serem desempenhadas no curso de nossas vidas. Reconhecendo que “nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos quando adultos, é nos dado pela educação”.

Dentro deste contexto, a não frequência à escola por parte de um menor pode acarretar várias desvantagens para as famílias. Aqui estão algumas das desvantagens mais comuns associadas a esse cenário:

- Em muitos países, a ausência escolar pode resultar em ações legais contra os pais ou responsáveis, incluindo multas e penalidades financeiras, o que pode impactar adversamente a situação econômica da família.
- A falta de educação formal pode limitar as oportunidades de emprego e, conseqüentemente, afetar a renda do menor quando se tornar adulto, o que pode sobrecarregar a família.
- A falta de educação em uma geração pode perpetuar um ciclo de falta de educação em gerações futuras, criando um padrão de desvantagem e pobreza ao longo do tempo.
- A não frequência à escola pode levar a pressões sociais e estigma social em relação à família e ao menor, o que pode afetar negativamente a reputação e o bem-estar emocional da família.
- A criança que não frequenta a escola pode se sentir excluída socialmente e ter dificuldade em integrar-se à comunidade, o que pode criar isolamento e tensões familiares.
- A não frequência à escola pode dificultar o acesso da família

a certos serviços sociais e benefícios, pois a educação é muitas vezes um critério para a elegibilidade de alguns programas de apoio.

- A falta de educação pode dificultar a criação de um futuro promissor para a criança, tornando mais difícil para os pais garantirem uma vida melhor e mais estável para seus filhos.
- A criança que não está na escola pode ter maior probabilidade de se envolver em atividades prejudiciais, como envolvimento com gangues, uso de drogas ou outros comportamentos de risco.
- A tensão e o conflito podem surgir dentro da família devido às preocupações com a não frequência à escola, o que pode afetar negativamente os relacionamentos familiares e a estabilidade do lar.

É fundamental para as famílias reconhecerem a importância da educação na vida de seus filhos e buscarem maneiras de garantir o acesso à educação e o apoio necessário para o desenvolvimento educacional e pessoal dos mesmos.

## **FUNDAMENTOS LEGAIS DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/1996 é uma das leis brasileiras que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ela aborda diversos aspectos da educação, incluindo a frequência escolar, que é um elemento fundamental para garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola.

A frequência escolar está relacionada à presença regular dos estudantes nas atividades escolares, visando o cumprimento da carga horária estabelecida para cada etapa de ensino. A LDB estabelece que a frequência mínima exigida para aprovação nas séries ou anos do ensino fundamental e médio é de, no mínimo, 75% do total de horas letivas.

Além disso, a LDB também destaca a importância da participação efetiva dos pais ou responsáveis na vida escolar dos alunos, sendo de sua responsabilidade garantir a frequência dos filhos à escola. Caso a frequência mínima não seja alcançada, a legislação prevê a necessidade de recuperação e oferecimento de atividades pedagógicas complementares para que o aluno possa regularizar sua situação e avançar nos estudos.

A LDB é uma legislação fundamental para a organização e o funcionamento do sistema educacional brasileiro, promovendo princípios e diretrizes que visam uma educação de qualidade, inclusiva e que atenda às

necessidades da sociedade.

Com este mesmo entendimento temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069/1990 fazendo parte da legislação brasileira que dispõe sobre os direitos das crianças e adolescentes. Em relação à frequência escolar, o ECA estabelece medidas que visam garantir o acesso à educação e a frequência regular dos estudantes.

Além disso, o ECA estabelece a obrigação dos pais ou responsáveis de matricular as crianças na rede regular de ensino e acompanhar a frequência e o rendimento escolar dos filhos, garantindo a permanência na escola até a conclusão do ensino fundamental. A evasão escolar é considerada uma forma de negligência por parte dos responsáveis e pode resultar em medidas de proteção à criança ou adolescente, como o acolhimento institucional ou a aplicação de outras medidas socioeducativas.

Em resumo, o ECA reforça a importância da frequência escolar como um direito fundamental das crianças e adolescentes, buscando garantir seu acesso à educação e seu pleno desenvolvimento.

Seguindo nesta linha jurídica, temos o Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014: O PNE é uma lei que estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país ao longo de um período específico (10 anos). Contém diretrizes para a educação básica, incluindo metas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e redução das desigualdades educacionais.

Essas leis e normas estabelecem os direitos das crianças e adolescentes no contexto educacional, visando garantir uma educação inclusiva, de qualidade e que respeite a diversidade, promovendo o desenvolvimento pleno de cada estudante. É fundamental conhecer e aplicar essas leis para garantir o cumprimento adequado dos direitos e deveres dos estudantes no ambiente escolar.

A jurisprudência brasileira, por sua vez, tem reiteradamente reconhecido o direito à educação como um direito fundamental, garantindo que o Estado e a sociedade devem assegurar o acesso à educação de qualidade a todos os cidadãos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os tribunais brasileiros frequentemente julgam casos relacionados ao direito à educação. Estes julgamentos reafirmam a importância da educação como pilar fundamental para a construção de uma sociedade justa e democrática.

Abaixo, apresento uma decisão judicial relevante sobre a negligência escolar no Brasil:

**APELAÇÃO REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Infração administrativa do art. 249 do ECA. Procedência do feito. Multa equivalente a 3 salários de referência. Pretensão de reforma. Descabimento. Revelia configurada, corroborando a desconsideração para com destino da prole. Descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar. Abandono escolar da menor. Situação inalterada, mesmo após intervenções pela diretoria da escola e pelo conselho tutelar. Conduta omissiva e desidiosa da genitora. Ocorrência. Ofensa ao art. 22 do E.C.A., configurada. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP; Apelação nº 0009761-24.2014.8.26.0565; Rel. Des. Dora Aparecida Martins; Câmara Especial; j. 25.06.2018).

Essas jurisprudências destacam a relevância do combate à evasão escolar, a responsabilidade dos pais na frequência escolar dos filhos e a atuação do Estado para garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola. Assegurando o pleno exercício do direito à educação e contribuindo para a formação integral e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Visto ser uma infração administrativa relacionada a violação do artigo 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata de deveres dos pais ou responsáveis quanto à educação dos filhos. A sanção aplicada pela infração administrativa, indica que a mãe (ou responsável legal) teve uma conduta negligente e desinteressada em relação à educação da criança, o que contribuiu para o abandono escolar e que a sentença foi mantida.

Contextualizando, houve a descrição de um processo judicial em que o Ministério Público representa uma infração administrativa relacionada ao abandono escolar de uma menor, com a imposição de uma multa. A genitora foi considerada negligente e alega-se que a situação da menor permaneceu inalterada, apesar das intervenções da escola e do conselho tutelar. O recurso de apelação não foi aceito, mantendo a decisão anterior.

Vale ressaltar que cada sistema de ensino (municipal, estadual ou federal) pode ter regulamentações específicas sobre a frequência escolar, desde que estejam em conformidade com as diretrizes gerais estabelecidas pela LDB.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a Constituição de 1988 e a promulgação da LDB 9.394/1996, rompeu-se com o então histórico de exclusão da Educação Fundamental no Brasil, de restrição de oferta e não atendimento de toda a população brasileira. É reconhecida a utilização desse direito como um dentre outros mecanismos para promover e assegurar a inclusão social daqueles que economicamente se encontravam distantes do Poder, hipossuficientes e incapazes de obter educação por seus próprios recursos.

Com a promulgação da LDB em 1996, fora inaugurada uma nova perspectiva acerca da proteção e da promoção da Educação. Reforçou-se a necessidade de se promover a imediata erradicação do analfabetismo mediante a adoção de uma universalização consecutiva da Educação Fundamental, e a progressiva e gradual do ensino médio.

Sendo assim, o direito à educação no Brasil é como um pilar fundamental para o pleno exercício da cidadania e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Reconhece-se que, embora tenham ocorrido avanços na área da educação, ainda existem desafios persistentes que exigem uma ação contínua e coordenada do Estado e da sociedade.

A garantia de uma educação de qualidade é essencial, pois ela capacita os indivíduos, proporcionando-lhes ferramentas necessárias para o desenvolvimento de suas habilidades, competências e potenciais. Contribuindo assim, para o empoderamento dos cidadãos, permitindo-lhes tomar decisões informadas, participar ativamente na vida política, econômica e social do país, e promover mudanças positivas em suas comunidades.

É fundamental que o Estado invista de maneira substancial na melhoria da infraestrutura educacional, na formação adequada dos profissionais da educação, no desenvolvimento de currículos relevantes e inclusivos, na promoção da igualdade de acesso e na implementação de políticas educacionais que atendam às diversidades culturais e sociais presentes no Brasil.

Além disso, a sociedade tem um papel crucial na promoção da educação de qualidade, seja por meio do engajamento ativo, da exigência por políticas educacionais mais eficazes, da participação em fóruns e debates sobre o tema, ou do apoio a organizações e iniciativas que visam fortalecer o sistema educacional e garantir o acesso à educação a todos os brasileiros, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica.

De acordo Gadotti:

articular o saber, o conhecimento, a vivência, a escola comunidade, o meio ambiente, etc., nos últimos anos se tornou o objetivo da interdisciplinaridade que se traduz, na prática, por um trabalho coletivo e solidário na organização da escola. (GADOTTI, 2000. p. 223, 224)

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br > ccivil\\_03 > leis](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis). Acesso em: 05 de out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br > ccivil\\_03 > leis](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis). Acesso em: 04 de out. 2023.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. 1. ed. São Paulo: Gente, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MORAES, A. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 7. ed. São Paulo: Jurídico Atlas. Atualizada até a EC 55/07, 2007.

ROUSSEAU, Jean Jacques. tradução de MILLIET, Sérgio. *Emílio ou da educação*. 3ª edição, DIFEL: Rio de Janeiro – São Paulo, 1979.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Disponível em: <https://www.stj.jus.br>. Acesso em 04 de out. 2023.

**VADE MECUM JUSPODIM**. 13.ed.rev.atuale ampl.-Sao Paulo:juspodim, 2023.

## CAPÍTULO 7

### **A RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E SOCIEDADE E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A FORMAÇÃO ESCOLAR: ESCOLA E SOCIEDADE NA ACEITAÇÃO INCLUSIVA**

**Fernando Pereira dos Santos Barbosa**

Licenciado em Pedagogia - Unicesumar

Bacharel em Psicopedagogia - Unicesumar

Licenciado em Educação Especial - Unifaveni

Licenciado em Letras Português/ Inglês - Unifaveni

Especialista em Psicologia Comportamental e Cognitiva - DOM

ALBERTO, Psicologia Escolar e Educacional - FAVENI,

Psicomotricidade e Desenvolvimento Humano - DOM ALBERTO,

Neurociência Aplicada a Aprendizagem - FAVENI, Neurolinguística -

FAVENI.

---

#### **RESUMO**

O acesso à educação e o direito à aprendizagem são garantias constitucionais universais, ou seja, previstas a todos os brasileiros como dever do Estado e da família. A diversidade de experiências, habilidades, contextos e capacidades entre estudantes é uma realidade que deve ser celebrada através de práticas educacionais inclusivas. O compromisso de uma educação que se propõe universal deve ser o de incluir a diversidade, fugindo de modelos padronizados, que não respeitam as realidades dos estudantes e de suas famílias e promovem cenários de exclusão e fracasso escolar. Historicamente, pessoas com deficiência tiveram o acesso à educação negado ou muito restringido. Apesar dos avanços nas últimas décadas e do aumento progressivo de matrículas, a exclusão escolar ainda atinge desproporcionalmente as crianças e jovens com deficiência a psicologia educacional e escolar surge como um escape de ajuda para mudar essa realidade social no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Aprendizagem, Inclusão, Família, Deficiência, Psicologia.



## **INTRODUÇÃO**

A família e a escola devem manter sempre um bom diálogo, demonstrar companheirismo e interesse pelos mesmos objetivos, que visam garantir uma melhor aprendizagem ao aluno, seja ela na sua formação pessoal e/ou social, comprometendo alcançar o sucesso na aprendizagem e na formação do indivíduo. O papel do psicólogo educacional e a sua relação prática com os alunos, família e sociedade diante das tarefas e a importância da escola e dos professores diante dos problemas de aprendizagem e assim promover a inclusão na educação especial.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A Inclusão Escolar não é mais um tema considerado novo, muito pelo contrário, tem sido amplamente discutido e debatido por meio das políticas públicas em forma de seminários, conferências, cursos, palestras, entre outras. Em janeiro de 2008, a nova “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva” da Secretaria de Educação Especial (SEESP/MEC) é publicada, passando a orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade do sistema de ensino.

Essa política resgata o sentido da Educação Especial expresso na Constituição Federal de 1988, que interpreta esta modalidade não substitutiva da escolarização comum e define a oferta do atendimento educacional especializado – AEE em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente no atendimento à rede pública de ensino. Uma parceria saudável: Pais e escola. O papel dos pais é estimular o comportamento dos estudantes nos filhos mostrando interesse no que eles aprendem a ensinar a educação básica e preparar os filhos para a vida. Já a escola complementa isso, oferecendo conteúdo e formação educacional. Faltam professores capacitados, escolas bem estruturadas para atender essas crianças, materiais didáticos necessários e, em muitos casos, há falta de interação entre família e escola. Os pais devem ser entendidos como mediadores no processo de inclusão escolar, não visando apenas ao entrosamento social dos seus filhos, mas pensando no desenvolvimento educacional do mesmo.

A Constituição de 1988 (2016) — a constituição cidadã —, em seu artigo 6º, no capítulo referente aos direitos sociais, nos fala: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o

transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (p. 16). E no seu artigo 205, no terceiro capítulo, referente à educação, cultura e desporto, elenca o seguinte: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (p. 123). Nestes dois artigos podemos perceber que está garantido o direito à educação pelo Estado, e mais especificamente, no artigo 205, que é um direito, que deve ser garantido pelo Estado e pela família. No entanto, esta garantia deve se dar de que forma? Qual seria o papel da família, e qual seria o papel do Estado, nesta garantia? Desta forma, percebendo o Estado como garantidor da inserção dos indivíduos nas relações sócio/econômicas, através de políticas públicas, o espaço escolar pode ser considerado, segundo a Constituição, um local de debate, no intuito de se criar e aprimorar as práticas que devem acontecer neste espaço. Desta forma, a família se torna uma importante instituição na formação deste espaço, não no sentido de direcionamento moral, mas sim de ampliação das possibilidades, levando-se em consideração a pluralidade de sujeitos, de culturas e defazeres educacionais. Para Sousa (2003, p. 197) “A presença dos pais na escola deve ser vista como possibilidade de maior conhecimento dos alunos e das características que transportam consigo, para potencializar um melhor ensino /aprendizagem”.

Segundo Sassaki:

Conceitua-se a Inclusão Social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (1997, p. 3).

O envolvimento da família no processo educacional da criança é uma necessidade e de muita importância. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma interação maior com a criança. Também é fundamental que a família incentive a prática de tudo que a criança assimila.

Para Antunes (2008, p. 32), “[...] aprender é um processo que se inicia a partir do confronto entre a realidade objetiva e os diferentes significados que cada pessoa constrói acerca dessa realidade considerando as experiências individuais e as regras sociais existentes”. Compreende-se que as relações sociais são principais ferramentas para aquisição de saberes, desenvolvimento e prática de ações individuais e coletivas.

O direito do aluno com necessidades educativas especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

A diversidade deve ser respeitada e valorizada entre os alunos. Daí a importância do papel da escola em definir atividades e procedimentos de relações, que envolvam alunos, funcionários, corpo docente e gestores, para que possibilite espaços inclusivos, de acessibilidade, para que todos possam fazer parte de um todo, isto é, que as atividades extraclasse nunca deixam de atender os alunos com deficiência.

O atendimento aos alunos com deficiência deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica. De acordo com o artigo 4º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, a educação especial considera as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pauta em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar. Nas escolas inclusivas as pessoas se apoiam mutuamente e suas necessidades específicas são atendidas por seus pares, sejam colegas de classe, de escola ou profissionais de áreas. A pretensão dessas escolas é a superação de todos os obstáculos que as impedem de avançar no sentido de garantir um ensino de qualidade. Conforme Mader (1997), é necessário construir uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva. Há um emergente consenso de que as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas nos planos educativos feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e desvantagens severas.

Ainda nos dias atuais a inclusão é vista como um desafio, causando

angústias e expectativas em grande parte dos profissionais da educação. Porém, mais amenas que em tempos passados, pelo fato de que, ao ser devidamente aceita pela escola, desencadeia um compromisso com as práticas pedagógicas que favorecem todos os alunos, ou seja, uma verdadeira mudança na concepção de ensino, visando uma aprendizagem significativa, inclusiva e de qualidade.

Não há mais sentido em preservar modelos de ensino tradicional, desrespeitar as diferenças, mantendo uma escola excludente. O artigo 208 Constituição Federal, § 1º reza que “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo”. Ainda no artigo 208 descreve que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, deve ser preferencialmente na rede regular de ensino.

Segundo Sasaki (1997), a igualdade entre as pessoas é o valor fundamental quando tratamos de escolas para todos. Podemos encará-los de vários ângulos, mas em todo o sentido da igualdade não se esgota no indivíduo, expandindo as considerações para aspectos da natureza política, social, econômica. Para Delours (1998), a igualdade não está em desacordo com o respeito às diferenças entre as pessoas, mas sim na valorização na capacidade de cada ser humano em suas realizações. A observância deste princípio é limitada por predisposições que nos levam a responder situações ou a outras pessoas de modo desfavorável, tendo em vista um dado valor. No caso da igualdade entre pessoas, as barreiras se materializam na recusa em reconhecer e defender este valor, por meio de comportamentos, reações, emoções e palavras. A inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, inclui também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade fortalecendo o combate à intolerância e às barreiras atitudinais, bem como a compreensão da diversidade no desenvolvimento infantil. A criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura. Assim, a qualidade da estimulação no lar e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais.

Os pais e familiares de crianças com deficiência necessitam de informações sobre natureza e extensão da excepcionalidade; quanto aos recursos e serviços existentes para assistência, tratamento e educação, e quanto ao futuro que se reserva ao portador de necessidades especiais. O objetivo principal é ajudar pessoas a lidar mais adequadamente com os problemas decorrentes das deficiências, e no aconselhamento alguns

pontos são importantes: ouvir as dúvidas e questionamentos, utilizar termos mais fáceis e que facilitem a compreensão, promover maior aceitação do problema, aconselhar a família inteira, trabalhar os sentimentos e atitudes, e facilitar a interação social do portador de necessidades especiais. A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano.

De acordo com Paulo Freire (2001) a construção de uma prática inclusiva nos leva a refletir de como vamos realizá-la, pois muitos educadores apresentam uma resistência à mudança, a escola precisa começar a pensar de forma mais flexível nesse momento histórico que atravessamos, pois como a educação somos seres em constante transformação e conhecimento. Segundo o autor, para os acomodados não há o que fazer além de excluir todos que fogem dos padrões existentes. Para concluir, segundo Sasaki (1999):

A educação inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que o todos os estudantes comecem a aprender que o "pertencer" é um direito, não um status privilegiado que deva ser conquistado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O presente trabalho tem como tema Inclusão Escolar, com ênfase na relação família- escola segundo a psicologia escolar e educacional. A opção pelo assunto resulta dos questionamentos sobre as contribuições da relação família-escola no processo de inclusão escolar.

Com a alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a Lei nº 12.796/2013, aborda uma nova perspectiva sobre o processo inclusivo, como proposto no art. 58: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2013, s/p).

É de conhecimento que a Educação Especial e a Educação Inclusiva caminham juntas para um processo mobilizador, o qual insere pessoas com necessidades especiais educativas na rede regular de ensino. Contudo, a primeira se refere a uma modalidade de ensino e a segunda é um atendimento especializado ofertado para pessoas com necessidades

especiais, que estejam inseridas em diferentes níveis da educação básica ou ensino superior.

Analisada essa diferenciação, a alteração na LDB de 1996, criou denominações para cada limitação ou ausência cognitiva do estudante, sendo atendido conforme sua individualidade e peculiaridade, e não como um ser denominado portador de necessidades especiais.

Assim, lê-se no antigo art. 58 da LDB 9394/96 que “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (BRASIL, 1996, s/p).

Estas e outras alterações vieram para radicalizar a educação, proporcionando um ensino de qualidade e para que seja acessível a todos. Abordar a educação inclusiva nos diferentes níveis de ensino requer uma série de quesitos para que ocorra com qualidade.

## **CONCLUSÃO**

As relações entre família escola e sociedade no processo de formação escolar exercem um papel fundamental no desenvolvimento educacional do estudante segundo a psicologia escolar e educacional, demonstra que o efetivo acompanhamento dos pais e responsáveis favorece o sucesso escolar desde a educação básica até o ensino superior, resultando na eficiência no desempenho profissional. A família e a instituição escolar compartilham a mesma função educacional, embora uma não possa fazer o papel da outra.

Nos tempos atuais, as responsabilidades dos pais são alvo de discussões entre escola e demais setores da sociedade. Alguns itens são elencados com referência aos modelos de ensino e aprendizagem, o acompanhamento e sustentação emocional da criança ou adolescente apresentam a falta de maturidade para enfrentar as dificuldades sem a presença e os limites colocados pelo adulto. A dificuldade de aprendizagem de uma criança, ou um adolescente, pode representar sintomas e manifestação da falta e precariedade dos vínculos familiares. Educar não é uma tarefa tão simples e requer meios de integração e socialização no convívio escolar, como também se faz necessário auxiliar e realizar ações que possam influenciar a família no processo de aprendizagem.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANTUNES, Celso. Professores e Professauros: Reflexões sobre a aula e prática Pedagógicadiversas. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DELORS, Jaques (org) Educação um Tesouro a descobrir – relatório para a comissão internacionalpara o século XXI. São Paulo, Cortez,1998.

DO BRASIL, Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.Recuperado de <http://www.ritmodeestudos.com.br>, 2010.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para oAtendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) >  
Acesso em 12 março.2014.

FREIRE, Paulo. Algumas reflexões em torno da utopia. In: FREIRE, Ana Maria de Araújo (org.)Pedagogia dos Sonhos Possíveis. São Paulo: UNESP, 2001 b.

MACHADO, Nilson José. Pensando e fazendo Educação de qualidade. São Paulo. Moderna, 2001 MADER, Gabrielle. Integração da Pessoa Portadora de Deficiência: a vivência de um novoParadigma. São Paulo, Memnon-1997.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér, Inclusão escolar: São Paulo: Moderna 2003  
SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma Sociedade para todos. Rio de Janeiro, 3 Ed. RJ:WVA, 1999, 174 p.

SOUSA, F.H (2003), A participação dos pais na escola, povos e culturas (8), 185-198.

## CAPÍTULO 8

### **CAPACIDADE FUNCIONAL DE PACIENTES DA INTERNAÇÃO PSQUIÁTRICA ATRAVÉS DO TESTE *SHORT PHYSICAL PERFORMANCE BATTERY* (SPPB)**

**Éder Tiago de Pauli**

Residente Multiprofissional do Programa de Saúde Mental do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

**Gisele Battistelli**

Preceptora do núcleo de Educação Física do Programa de Saúde Mental do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

---

#### **RESUMO**

**Introdução:** São grandes as dificuldades e os problemas sociais enfrentados pelas pessoas com sofrimento mental, causando exílio e exclusão. Por isso, a internação psiquiátrica, quando necessária, deve ser realizada com respeito e garantia dos direitos dos pacientes (DEL'OLMO; CERVI, 2017). O SPPB é composto por 3 etapas que avaliam equilíbrio estático, velocidade de marcha (caminhada em velocidade habitual) e força muscular de membros inferiores (PATRIZIO *et al.*, 2021). **Metodologia:** Este estudo é observacional de caráter quantitativo, descritivo com delineamento transversal. A amostra foi composta por 118 pacientes internados na unidade de internação psiquiátrica do HCPA durante o período de 6 meses. O instrumento e protocolo utilizado para avaliar a capacidade funcional dos pacientes foi o SPPB (NAKANO, 2007). **Resultados:** Os resultados são apresentados em média e desvio padrão. Foram avaliados 118 pacientes (60 masculinos) com média de idade de  $40,30 \pm 16,35$  anos. Os diagnósticos encontrados foram: Transtorno ou Episódio Depressivo (n=49), Transtorno Afetivo Bipolar (n=31), Esquizofrenia (n=17) e Outros Transtornos (n=21). O resultado do SPPB teve média de  $10,69 \pm 1,67$  pontos. Os resultados foram: Boa Capacidade (n=97), Capacidade Moderada (n=17), Baixa Capacidade (n=3) e Capacidade Ruim (n=1). **Discussão:** De acordo com os resultados, os pacientes internados na Unidade de Internação Psiquiátrica apresentam capacidade funcional adequada para realização de tarefas simples e de autocuidado. **Conclusão:** A avaliação dos pacientes, a identificação e classificação da capacidade funcional permite abordagens mais eficientes da equipe assistencial.



**Palavras-chave:** Aptidão Física, Sedentarismo, Transtornos Mentais, Assistência à Saúde Mental.

## **INTRODUÇÃO**

A internação psiquiátrica deve ser considerada como última opção no tratamento, sendo necessária em momentos de exacerbação dos sintomas, maior vulnerabilidade ou quando identificado risco de vida a si ou a outros. A internação é indicada quando os recursos extra-hospitalares são insuficientes para promover o cuidado e recuperação (ZANARDO *et al.*, 2017).

De acordo com o DSM-5, transtorno mental é uma síndrome ocasionada por um distúrbio significativo na cognição, regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo, refletindo em uma perturbação nos processos biológicos, psicológicos ou de desenvolvimento do funcionamento mental. São frequentemente associados a sofrimento ou incapacidade significativos, afetando de forma negativa aspectos sociais, profissionais ou outras atividades importantes (ASSOCIATION APA, 2014).

O sedentarismo é um problema que ocorre em grande parte das pessoas acometidas por transtornos mentais, gerando diversos problemas de saúde, como doenças cardiovasculares e metabólicas. O exercício pode trazer muitas mudanças fisiológicas que resultam em melhora no estado de humor, na autoestima e na redução dos níveis de estresse e ansiedade (MIKKELSEN *et al.*, 2017).

Pessoas em sofrimento mental têm um risco de duas a três vezes maior de morte prematura e redução de 10 a 20 anos da expectativa de vida que a população em geral (WALKER; MCGEE; DRUSS, 2015). A Organização Mundial da Saúde identificou a esquizofrenia como uma das 10 principais causas globais de incapacidade (MURRAY *et al.*, 2012). Aspectos cognitivos prejudicados, mau estado de saúde física e a deterioração da mobilidade funcional estão associados a sintomas negativos mais graves, distúrbios metabólicos e habilidades cognitivas mais prejudicadas (CUOCO *et al.*, 2022).

O tratamento multidisciplinar de pessoas com transtornos mentais deve incluir um foco na melhoria da aptidão física para reduzir a morbidade e mortalidade por todas as causas (VANCAMPFORT *et al.*, 2017). Uma boa capacidade funcional permite uma qualidade de vida mais satisfatória, um melhor desempenho das atividades de vida diária e uma redução da

mortalidade (CLARKE; GEORGE, 2005).

O *Short Physical Performance Battery* (SPPB) é um instrumento de avaliação da capacidade funcional de forma integral, com a aplicabilidade preditora em eventos adversos à saúde, como o comprometimento das atividades de vida diária, autocuidado e morte em idosos (FORTES-FILHO *et al.*, 2020); (PERRACINI *et al.*, 2020). O SPPB é composto por 3 etapas que avaliam equilíbrio estático, velocidade de marcha (caminhada em velocidade habitual) e força muscular de membros inferiores. Esses resultados não estão apenas ligados à mobilidade funcional e força, mas estão relacionados às condições clínicas crônicas das pessoas avaliadas (PATRIZIO *et al.*, 2021).

Entretanto, muitas são as dúvidas sobre as reais condições físicas e de saúde das pessoas com transtornos mentais. Uma adequada capacidade funcional é importante para desempenhar as atividades diárias e de autocuidado de maneira independente e segura. Pessoas em sofrimento mental, também, apresentam grandes dificuldades de convivência e interação na sociedade. Normalmente, os pacientes que necessitam de internação estão com sintomas psiquiátricos exacerbados e as demais condições de saúde prejudicadas.

Este estudo buscou associar a capacidade funcional dos pacientes da Unidade de Internação Psiquiátrica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Através dos resultados obtidos, buscamos compreender o impacto dos transtornos mentais na capacidade dos pacientes em realizar atividades de vida diária, autocuidado, qualidade de vida e realizar suas rotinas de maneira adequada, tanto na vida pessoal, social ou profissional. A avaliação da capacidade funcional permite que a equipe assistencial entenda as reais condições dos pacientes e que possa planejar novas abordagens e metodologias para o tratamento terapêutico na internação. Sempre respeitando e valorizando a individualidade e potencialidades de cada paciente.

## **REFORMA PSIQUIÁTRICA**

A Reforma Psiquiátrica é um processo político e social complexo, composto de atores, instituições, com a participação das três esferas do governos, das universidades, dos conselhos profissionais, nas associações de pessoas com transtornos mentais e nos movimentos sociais (MINISTÉRIO DA SAÚDE; BRASIL, 2005).

A partir da Lei nº 10.216/2001 e a institucionalização da Reforma

Psiquiátrica Brasileira, muitos foram os avanços em relação aos cuidados com as pessoas em sofrimento mental. Os processos de desospitalização, serviços extra-hospitalares e Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) são importantes vitórias para o avanço da Luta Antimanicomial. Contrária à perspectiva biomédica e hospitalocêntrica, a atenção psicossocial busca outras estratégias de cuidado, com base na criação e fortalecimento de vínculos e na produção de saúde (ABÍLIO DA COSTA-ROSA, 2013).

A Lei Federal 10.216 redireciona a assistência em saúde mental, priorizando o tratamento em serviços de base comunitária (SANTOS; PASSOS, 2022). A Lei 10.216 garante a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais (MINISTÉRIO DA SAÚDE; BRASIL, 2005).

O modelo de atenção à saúde estruturado em ações curativas, centrado no cuidado médico e com serviços dimensionados a partir da oferta, tem se mostrado insuficiente. O perfil epidemiológico atual é caracterizado por uma tripla carga de doenças. A tripla carga de doenças é formada por: doenças crônicas e seus fatores de risco (sedentarismo, obesidade, tabagismo e alimentação inadequada); doenças parasitárias, infecciosas e desnutrição; e o crescimento das causas externas em decorrência do aumento da violência e dos acidentes de trânsito. Esse contexto traz a necessidade de ampliação na atenção do cuidado às condições crônicas, concomitantemente às condições agudas. Um grande problema da crise dos modelos de atenção à saúde consiste no enfrentamento das doenças crônicas da mesma maneira que as condições agudas (PORTARIA Nº 4.279, 2010).

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi criada como proposta organizativa dos serviços de saúde mental no país, integrando o cuidado a partir da articulação de serviços de base territorial nos diversos níveis e pontos de atenção do SUS. Considera a responsabilização compartilhada e interdisciplinar dos casos, influenciando os padrões hierarquizados e promovendo fluxos contínuos de cuidado nos espaços tecnológicos adequados (SAMPAIO; BISPO JÚNIOR, 2021).

A internação psiquiátrica é considerada como um recurso necessário e estratégico, capaz de oferecer o cuidado em momentos de maior vulnerabilidade do paciente, quando identificado risco de vida a si ou a outros. A internação é indicada quando os recursos extra-hospitalares são insuficientes para promover o cuidado e recuperação (ZANARDO *et al.*, 2017).

A internação psiquiátrica ocorre em setores como emergências e enfermarias de hospital geral, instituições especializadas públicas e privadas

e no Centro de Atenção Psicossocial III. É possível que o tratamento dos sintomas psiquiátricos acarrete efeitos adversos, que incluem tontura, tremores e sonolência e ampliam o risco de queda. Quando ocorrem incidentes que causam danos ao paciente, são denominados de Eventos Adversos. O paciente psiquiátrico pode manifestar agressividade em situações de urgências e emergências psiquiátricas. Nessas situações, ocorre um distúrbio de pensamento que implica em risco de morte ou injúria para o paciente ou para terceiros. Por isso, é necessária a intervenção terapêutica imediata por uma equipe multiprofissional treinada e qualificada (TAVARES; PERES; SILVA, 2022).

A internação, comumente, é o primeiro acesso aos cuidados em saúde mental. Essa porta de entrada pode estar relacionada com a cultura acerca da internação como o tratamento tradicional para os transtornos mentais, prevalecendo a lógica hospitalocêntrica. O desconhecimento sobre os demais serviços da rede, a pouca disponibilidade de recursos extra-hospitalares dificultam o acesso à rede (ZANARDO *et al.*, 2017).

## **SAÚDE MENTAL E EXERCÍCIOS FÍSICOS**

A atividade física regular é um fator chave de proteção para prevenção e o controle das doenças não transmissíveis, como as doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2. A atividade física também beneficia a saúde mental, incluindo prevenção do declínio cognitivo e sintomas de depressão e ansiedade. A atividade física pode contribuir para a manutenção do peso saudável e do bem-estar geral (BULL *et al.*, 2020).

Até agora, não há provas conclusivas que impliquem um único mecanismo ou grupo de mecanismos que afetam de forma confiável a relação exercício-humor, nem que a natureza do exercício, aeróbico ou anaeróbico, seja um fator significativo. Ambas as formas de exercício podem trazer uma melhora na saúde mental. Parece que os benefícios do exercício vêm de inúmeras mudanças fisiológicas ou psicológicas. Os efeitos fisiológicos do exercício podem incluir um aumento nos níveis de endorfina, função mitocondrial e mitocôndriogênese. Promove, também, um aumento na sinalização da mTor (mammalian-target of rapamycin), produção de neurotransmissores e atenuação da resposta do eixo hipotálamo hipófise-adrenal (HPA) ao estresse. Enquanto os efeitos psicológicos podem incluir uma distração de sentimentos de depressão e ansiedade e sentimentos positivos associados com domínio e autoeficácia (MIKKELSEN *et al.*, 2017).

Evidências confirmam a importância de participar de atividades físicas regulares para obter benefícios para a saúde em todas as idades. Além disso, pouca atividade física é melhor do que nenhuma e um volume maior reflete melhores resultados de saúde. Mais especificamente, todos os adultos devem realizar atividade física regular e devem ter como objetivo atingir pelo menos 150 minutos de atividade física aeróbica de intensidade moderada ou 75 minutos de atividade física aeróbica de intensidade vigorosa por semana. Pode ser realizada uma combinação equivalente de intensidade moderada e vigorosa. O fortalecimento muscular é recomendado numa intensidade moderada ou vigorosa, que trabalhe os grandes grupos musculares com frequência de duas ou mais vezes na semana (BULL *et al.*, 2020).

A atividade física reduz os sintomas depressivos entre pessoas com doença psiquiátrica, entretanto a modalidade ideal de exercício, volume e intensidade ainda precisam ser determinados (ROSENBAUM *et al.*, 2014). O processo de melhora da qualidade de vida ou a manutenção de um estado satisfatório está relacionado às capacidades da aptidão física (resistência física, força muscular, flexibilidade e equilíbrio). As recomendações de atividade física enfatizam atividades aeróbicas e atividade de fortalecimento muscular, redução do comportamento sedentário e gerenciamento de riscos à saúde (BULL *et al.*, 2020).

Portanto, o exercício físico pode trazer muitas mudanças fisiológicas que resultam em uma melhora no estado de humor, autoestima e redução de estresse e ansiedade. Espaços de saúde associados a tratamento em saúde mental precisam realizar o engajamento dos pacientes às práticas corporais e aos exercícios físicos, melhorando a aptidão física e, conseqüente, a redução nos sintomas de depressão e ansiedade (ROSENBAUM *et al.*, 2014).

## **TRANSTORNO MENTAL E PROBLEMAS DE SAÚDE**

O excesso de mortalidade em pessoas com transtornos psicóticos é um grande problema de saúde pública, mas pouco se sabe sobre os fatores de risco clínicos e sociais que podem predizer esta desigualdade na saúde e ajudar a informar estratégias preventivas (REININGHAUS *et al.*, 2015).

Pessoas com doença mental grave têm um risco de duas a três vezes maior de morte prematura que a população em geral. Doenças cardiovasculares reduzem de 10 a 20 anos a expectativa de vida das pessoas com esse diagnóstico. Diversos são os fatores que podem influenciar no surgimento das doenças cardiovasculares, tais como fatores genéticos, estilo de vida sedentário e hábitos pouco saudáveis. Para mortalidade por todas as

causas, o risco relativo combinado de mortalidade entre aqueles com transtornos mentais (de 148 estudos) foi de 2,22 (IC 95%, 2,12-2,33). Destes, 135 estudos revelaram que a mortalidade foi significativamente maior entre pessoas com transtornos mentais do que entre a população de comparação. Um total de 67,3% das mortes entre as pessoas com transtornos mentais foi por causas naturais, 17,5% por causas não naturais e o restante por outras causas ou causas desconhecidas (WALKER; MCGEE; DRUSS, 2015).

A Organização Mundial da Saúde identificou a esquizofrenia como uma das 10 principais causas globais de incapacidade (MURRAY *et al.*, 2012). As consequências da esquizofrenia são afetadas por outros aspectos, como a saúde física precária e as comorbidades, como a Síndrome Metabólica (HENNEKENS *et al.*, 2005).

De acordo com estudo realizado durante 20 anos, pacientes com esquizofrenia tiveram aumento significativo no IMC (Índice de Massa Corporal). O estudo demonstrou que o IMC, o estado de saúde geral e as limitações de mobilidade influenciam no desfecho cognitivo e funcional da esquizofrenia. Além disso, a esquizofrenia muitas vezes leva a um estilo de vida pouco saudável, caracterizado por exercício mínimo ou nenhum e comportamento sedentário acentuado (STRASSNIG *et al.*, 2017).

O sedentarismo é um problema que ocorre em grande parte das pessoas acometidas por transtornos mentais, gerando diversos problemas de saúde, como doenças cardiovasculares e metabólicas. O exercício pode trazer muitas mudanças fisiológicas que resultam em melhora no estado de humor, na autoestima e na redução dos níveis de estresse e ansiedade (MIKKELSEN *et al.*, 2017). As intervenções de exercício são eficazes na melhoria da aptidão cardiorrespiratória e, portanto, são um componente chave na prevenção e tratamento de doenças cardiovasculares e na redução da mortalidade (LEE *et al.*, 2010).

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), descreve a capacidade ou incapacidade funcional relacionada às condições de saúde/doença como o que uma pessoa pode ou não pode fazer na sua rotina de vida diária. Para isso, deve-se levar em consideração as funções dos sistemas e das estruturas do corpo, as limitações de atividades e da participação social do ambiente dessa pessoa (FARIAS; BUCHALLA, 2005).

De acordo com a OMS, a CID-10 e a CIF são complementares: a informação sobre o diagnóstico acrescido da funcionalidade fornece um quadro mais amplo sobre a saúde do indivíduo ou populações. O modelo da CIF pode ser utilizado sob aspectos positivos ou negativos, em uma

abordagem biopsicossocial. A condição funcional de um indivíduo não pode ser baseada apenas num modelo biomédico de saúde e doença, mas também sob o aspecto psicológico, social, do ambiente e da disponibilidade dos serviços de saúde.

A CIF pode ser utilizada nas práticas clínicas, pois atende a um modelo de atendimento multidisciplinar. Pode ser usado, também, após transtornos agudos, condições traumáticas, condições crônicas e na geriatria (FARIAS; BUCHALLA, 2005).

## **MENSURAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL**

A observação e mensuração de testes físicos permite a coleta objetiva de dados importantes. A avaliação e identificação dos indivíduos em risco oportuniza a criação de novas abordagens e protocolos que podem ser planejados com maior eficiência, clareza e segurança (MARCHON; CORDEIRO; NAKANO, 2010).

Avaliações das capacidades funcionais podem ser realizadas de maneira direta (testes de desempenho) ou indireta (questionários). Os resultados de avaliações indiretas podem apresentar vieses de autoavaliação e de interpretação do entrevistado. Portanto, as mensurações diretas realizadas através de testes funcionais, podem apresentar resultados mais fidedignos quando comparados aos dados de avaliações indiretas (RICCI; KUBOTA; CORDEIRO, 2005). Entretanto, avaliações funcionais realizadas de maneira direta são pouco utilizadas em tratamentos clínicos, possivelmente devido a percepção incorreta que exija muito espaço e tempo, equipamentos especiais, ou ainda pelo desconhecimento dos próprios benefícios (ONDER *et al.*, 2005).

A aptidão física de um indivíduo corresponde à capacidade de mecanismos fisiológicos realizarem ações coordenadas com o objetivo de alcançarem uma condição física. Pode ser representado pela capacidade física de realizar tarefas, como por exemplo, caminhar ou levantar de uma cadeira (FREIBERGER *et al.*, 2012).

Uma boa capacidade funcional permite uma qualidade de vida mais satisfatória, um melhor desempenho das atividades de vida diária e uma redução da mortalidade, uma vez que os efeitos da funcionalidade dos membros inferiores demonstram ser preditivos de incapacidades e morte (CLARKE; GEORGE, 2005). Trata-se de uma perda progressiva do equilíbrio da homeostase, com influências importantes de doenças crônicas (FRIED *et al.*, 2001). Essa incapacidade funcional, além de uma maior incidência de

mortalidade e morbidade, gera prejuízos psicológicos, sociais e de convivência com outras pessoas.

O Short Physical Performance Battery (SPPB) é um método de avaliação da capacidade funcional que tem demonstrado marcadores da saúde e qualidade de vida geral. Esses marcadores não estão apenas ligados à mobilidade funcional e força, mas estão relacionados às condições clínicas crônicas das pessoas avaliadas (PATRIZIO *et al.*, 2021).

## **SHORT PHYSICAL PERFORMANCE BATTERY (SPPB)**

O Short Physical Performance Battery (SPPB) é um teste desenvolvido por Jack M. Guralnik e colaboradores em 1994, com o apoio do National Institute on Aging for the Established Populations for Epidemiologic Studies of the Elderly (EPESE) nos EUA. É composto por 3 etapas que avaliam equilíbrio estático, velocidade de marcha (caminhada em velocidade habitual) e força muscular de membros inferiores. A pontuação em cada etapa varia de 0 (pior desempenho) a quatro pontos (melhor desempenho). A classificação final do SPPB é obtida com a soma das pontuações de cada etapa, variando de 0 a 3 pontos (incapacidade ou capacidade ruim); de 4 a 6 pontos (baixa capacidade); de 7 a 9 pontos (capacidade moderada); e de 10 a 12 pontos (boa capacidade) (NAKANO, 2007).

O SPPB é um instrumento de avaliação da capacidade funcional de forma integral, com a aplicabilidade preditora em eventos adversos à saúde, como o comprometimento das atividades de vida diária, autocuidado e morte em idosos (FORTES-FILHO *et al.*, 2020; (PERRACINI *et al.*, 2020), inclusive relacionando-o ao declínio cognitivo e funcional decorrente de senescência e senilidade (NAKANO, 2007). Os resultados do SPPB, também, são utilizados como parâmetros para a sarcopenia. O European Working Group on Sarcopenia in Older People recomenda a utilização do SPPB para identificar o declínio da capacidade física, considerando um escore igual ou inferior a 8 pontos, como complemento no diagnóstico de sarcopenia grave (CRUZ-JENTOFT *et al.*, 2019).

Os 3 componentes do teste SPPB estão relacionados com as capacidades físicas, principalmente de pessoas idosas. A primeira etapa testada é o equilíbrio, que reduz progressivamente com a idade, resultando em uma redução da habilidade de manter o equilíbrio homeostático e de responder de maneira adequada às influências do ambiente. Um dos mecanismos, possivelmente, responsáveis é a redução das respostas neuromotoras e da capacidade de contração muscular associadas ao



processo de envelhecimento (BUSHATSKY *et al.*, 2019).

O segundo componente avaliado é a marcha, que é uma valência física importante para as atividades de vida diária e uma medida de avaliação geriátrica. A velocidade de marcha reduz com a idade, sendo que uma velocidade de marcha de 0,8 metros por segundo se configura como um indicador de resultados clínicos negativos, tais como incapacidade, declínio cognitivo, quedas e óbito (SILVA, 2021).

O terceiro componente é a força. A força muscular e a potência muscular têm sido observadas como ponto fundamental nas medidas de desempenho físico relacionadas ao envelhecimento, com ênfase para as medidas de membros inferiores (NAKANO, 2007). Portanto, uma atividade funcional pode ser limitada pela velocidade de execução, qualidade do movimento e habilidade de completar uma tarefa (LAMB; KEENE, 2017). A força avaliada no SPPB associa uma melhor performance no teste com um tempo de execução reduzido para completar a tarefa (NAKANO, 2007).

O SPPB foi traduzido e adaptado ao Brasil por Márcia Mariko Nakano (2007), sendo demonstrada boa confiabilidade na avaliação do desempenho físico, com consistência interna ( $\alpha=0,725$ ), coeficiente alfa de Cronbach; interobservador (ICC=0,996) e valores de teste- reteste (ICC=0,876) (PAVASINI *et al.*, 2016). A partir disso, associações entre os desfechos de saúde e os resultados de desempenho físico vêm sendo utilizados como um instrumento padronizado e sensível às mudanças apresentadas pela população idosa (PATRIZIO *et al.*, 2021).

Portanto, o Short Physical Performance Battery (SPPB) é uma ferramenta de avaliação amplamente utilizada para medir a capacidade funcional em adultos mais velhos ou em pessoas com condições médicas que afetam a mobilidade e a função física. É comumente aplicado em idosos, pessoas com doenças crônicas, condições ortopédicas e neurológicas.

## **MÉTODOS**

Esta pesquisa consiste em um estudo observacional de caráter quantitativo descritivo com delineamento transversal. O presente estudo foi realizado na Unidade de Internação Psiquiátrica Adulto do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. A unidade de internação psiquiátrica adulto do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), localiza-se na ala norte do quarto andar e atende situações psiquiátricas agudas graves. É composta por 36 leitos, sendo 26 conveniados pelo SUS e 10 direcionados para uso de convênios privados ou internações particulares. A equipe multiprofissional

trabalha de maneira interdisciplinar, sempre com objetivo de realizar um atendimento humanizado aos pacientes.

O espaço físico da unidade de internação destinada ao Sistema Único de Saúde (SUS) é composto por dois quartos masculinos e dois quartos femininos, com seis leitos em cada. A unidade possui também um quarto com dois leitos que podem ser tanto masculinos quanto femininos. O setor destinado aos convênios e internações particulares possui cinco quartos no total, sendo quatro quartos com dois leitos em cada e um quarto privativo. A unidade de internação possui um quarto de observação para ser utilizado quando houver necessidade e em situações adversas. A unidade de internação dispõe, também, de refeitório, sala de televisão, copa, sala de procedimentos, salas de aula, sala de visitas e consultórios.

O Serviço de Educação Física e Terapia Ocupacional (SEFTO) oferece diversas atividades para os pacientes internados na unidade. As atividades desenvolvidas ocorrem em dois turnos, sendo no período da manhã das 7 horas às 12 horas e no período da tarde das 13 horas às 17 horas e 10 minutos. O Serviço de Educação Física e Terapia Ocupacional (SEFTO) dispõe de um espaço físico denominado Espaço Livre, onde são realizadas atividades e oficinas terapêuticas como parte integral do tratamento. O serviço, também possui uma academia onde são realizados os treinamentos físicos, sempre buscando o bem-estar físico e mental dos pacientes. As atividades são planejadas e direcionadas a cada paciente conforme as suas necessidades.

O serviço de educação física realiza avaliações físicas nos pacientes ao ingressarem na unidade. A avaliação física é realizada após liberação médica, sendo composta por: anamnese e testes de mobilidade e capacidade funcional, dentre eles o teste Short Physical Performance Battery (SPPB). Os dados do teste são evoluídos nos prontuários dos pacientes através de scores assistenciais.

## **PROCEDIMENTOS**

Realizada a baixa hospitalar pela equipe assistencial, o paciente recebe o acolhimento e a unidade de internação é apresentada. Somente após essa ambientação, o Serviço de Educação Física realiza qualquer intervenção. A avaliação física é realizada pela equipe assistencial do SEFTO do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. No presente estudo serão utilizados os dados do teste Short Physical Performance Battery (SPPB).

Durante a realização do teste para verificar a aptidão funcional não é

necessária a presença médica, porém o profissional responsável pela aplicação do instrumento deverá ser treinado em técnicas de ressuscitação, como, por exemplo, o Suporte Básico de Vida (BLS). Além disso, o local de realização da avaliação é na unidade de internação do hospital e de fácil acesso a serviços de emergência. O teste pode ser interrompido imediatamente, caso o paciente apresente dor torácica, dispneia intolerável, sudorese, palidez, tontura e/ou câimbras.

Não foi realizado o teste de capacidade funcional nas seguintes ocasiões:

- Pacientes com condições clínicas que impossibilitem a realização do teste.
- Pacientes que apresentarem risco físico e de agressão à equipe multiprofissional.
- Pacientes que apresentarem seu estado de saúde mental comprometido ao ponto de não compreender as explicações para realização do teste.

A amostra foi composta por 118 pacientes internados na unidade de internação psiquiátrica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre durante o período de 6 meses (março a agosto de 2023).

O critério de inclusão são todos os pacientes internados na unidade psiquiátrica adulta que realizaram a avaliação física durante o período do estudo. Os testes realizados fazem parte da rotina assistencial dos profissionais de educação física e os dados são evoluídos nos prontuários dos pacientes. Como critério de exclusão, não foram utilizados os prontuários que não continham as informações necessárias para o preenchimento das variáveis selecionadas para o estudo.

Os equipamentos necessários para o teste de aptidão física são: cronômetro, cadeira (altura do assento entre 44 e 47 cm e sem apoio para os braços), planilha para anotação dos dados e cones para delimitação do circuito.

Para a mensuração da capacidade funcional dos pacientes foi utilizado o protocolo: Nakano MM. Versão brasileira da Short Physical Performance Battery SPPB: adaptação cultural e estudo da confiabilidade. 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

A escala de classificação final do SPPB foi realizada com a soma das pontuações de cada etapa dos testes: de 0 a 3 pontos (incapacidade ou

capacidade ruim); de 4 a 6 pontos (baixa capacidade); de 7 a 9 pontos (capacidade moderada); e de 10 a 12 pontos (boa capacidade).

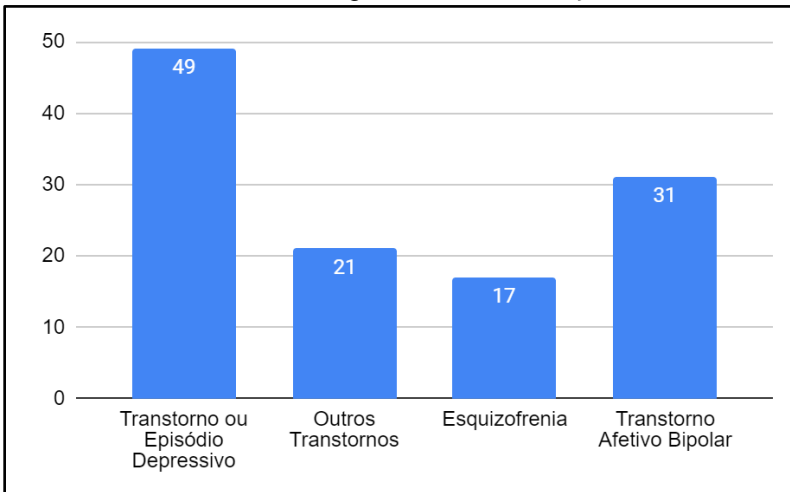
Todos os dados coletados fazem parte da rotina assistencial. As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para a realização do presente estudo.

## RESULTADOS

Os resultados são apresentados em média e desvio padrão. Foram avaliados 118 pacientes (60 masculinos e 58 femininos) com média de idade de  $40,30 \pm 16,35$  anos. Os diagnósticos (Gráfico 1) encontrados foram: Transtorno ou Episódio Depressivo ( $n=49$ ), Transtorno Afetivo Bipolar ( $n=31$ ), Esquizofrenia ( $n=17$ ) e Outros Transtornos ( $n=21$ ).

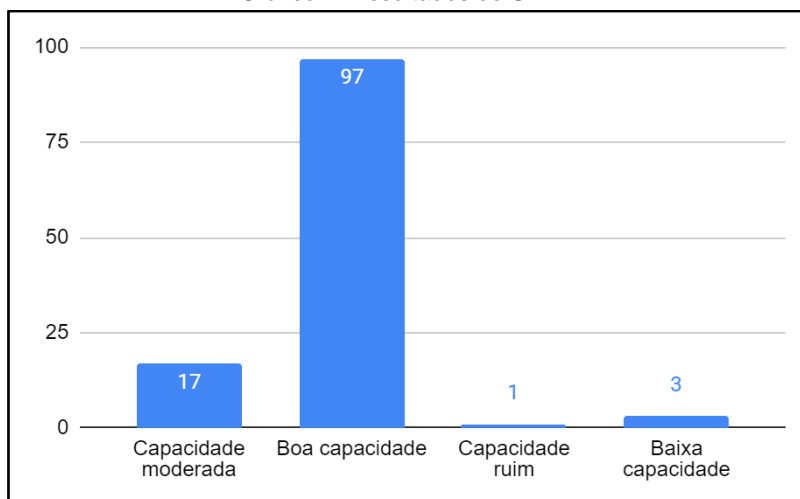
O resultado do SPPB (Gráfico 2) teve média de  $10,69 \pm 1,67$  pontos. Os resultados foram: Boa Capacidade ( $n=97$ ), Capacidade Moderada ( $n=17$ ), Baixa Capacidade ( $n=3$ ) e Capacidade Ruim ( $n=1$ ).

Gráfico 1: Diagnósticos na internação.



Fonte: Própria (2023)

Gráfico 2: Resultados do SPPB.



Fonte: Própria (2023)

## DISCUSSÃO

De acordo com os resultados, os pacientes internados na Unidade de Internação Psiquiátrica Adulta apresentam capacidade funcional adequada para realização de tarefas simples da rotina diária, de autocuidado e qualidade de vida. 82,2% dos pacientes internados apresentaram boa capacidade funcional para independência física, independente do transtorno diagnosticado. Apenas 14,4% dos pacientes avaliados apresentaram capacidade funcional moderada para independência física.

Em outro estudo utilizando o SPPB para avaliar a capacidade funcional em pacientes internados, foi demonstrada relação entre “baixa capacidade” funcional com a idade, com taxas superiores a 50% em pacientes acima de 85 anos (COVINSKY *et al.*, 2003). Nossos resultados demonstraram o oposto, provavelmente devido à amostra ser composta por pacientes com idade média de  $40,30 \pm 16,35$  anos.

A capacidade funcional e a performance em atividades físicas diminuem com a progressão da idade. Algumas hipóteses são a redução de síntese proteica, sedentarismo ou doenças crônicas, ocasionando perdas significativas nas valências físicas, restrições e aumento no risco de incapacidades e morte, principalmente em idosos (IKEGAMI *et al.*, 2020).

A perda da capacidade funcional tem início perceptível em atividades mais complexas e progride até interferir na execução de atividades mais simples. O comprometimento dos sistemas funcionais pode gerar um nível de dependência completa, como instabilidade postural, imobilidade e até incapacidade comunicativa (SILVA *et al.*, 2018). A capacidade funcional, também, é caracterizada pela habilidade individual de tomada de decisão e comando das ações (FERNANDES *et al.*, 2019). Levando-se em consideração esses dados, é possível que por se tratar de uma avaliação de baixa complexidade e com uma população mais jovem possam ter gerado resultados positivos.

Outra pesquisa avaliou o valor preditivo do SPPB após a internação e observaram a relação entre o escore do SPPB na alta e o risco de subsequente perda da capacidade funcional, reinternação e óbito, sendo os pacientes com menor escore os de maior risco. Quando o escore SPPB foi analisado como variável contínua, um aumento de 1 ponto no escore SPPB na alta foi associado a uma redução de 14% no risco de morte ou reinternação (VOLPATO *et al.*, 2011).

Esses resultados remetem às condições de realizar atividades de vida diária simples e de baixa complexidade, que são importantes e imprescindíveis para a qualidade de vida, bem estar e autonomia. Entretanto, aspectos clínicos e de condição física voltada à saúde, como por exemplo condição cardiovascular e endotelial, sarcopenia e controle neuromuscular, podem apresentar condições desfavoráveis e não puderam ser avaliados nesse estudo.

A atividade física beneficia a saúde mental, incluindo prevenção do declínio cognitivo e sintomas de depressão e ansiedade (BULL *et al.*, 2020). Um paciente que tenha uma boa capacidade funcional pode receber intervenções mais adequadas às suas capacidades. Atividades de lazer, recreativas, psicoeducativas, de melhora das aptidões físicas e redução dos riscos de desenvolvimento de doenças crônicas (hipertensão, dislipidemias e diabetes) podem ser intervenções muito positivas para o tratamento. Já um paciente com maior comprometimento físico e cognitivo, poderá precisar de maiores atenções na recuperação das aptidões físicas e em aspectos que podem ser mais críticos à qualidade de vida.

A ocorrência de internações psiquiátricas frequentes, também chamadas de *revolving door* ou “porta giratória”, caracteriza que o funcionamento ou a eficiência da RAPS pode não ser suficiente. Reinternações frequentes podem influenciar negativamente a saúde e a qualidade de vida dos usuários, com deterioração cognitiva e cronicidade da

doença (ZANARDO *et al.*, 2017). Um paciente que apresenta comprometimento cognitivo e de funcionalidade pode apresentar um agravamento da saúde física e psicológica. Uma avaliação da capacidade funcional correlacionando com aspectos cognitivos dos pacientes podem direcionar de maneira mais eficiente as intervenções multiprofissionais. É importante que o paciente receba um tratamento que ocasione melhora funcional, para que após sua alta hospitalar possa ter uma rotina mais saudável, melhor autonomia, autocuidado e convivência social.

Neste estudo utilizamos apenas o SPPB para avaliar a capacidade funcional dos pacientes. Entretanto, na unidade de internação psiquiátrica utilizamos três testes para avaliar e correlacionar os dados com outros parâmetros, tais como: Índice de Massa Corporal (IMC), Relação Cintura-Quadril (RCQ), Relação Cintura-Estatura (RCE), dentre outros. Salientamos da necessidade de sempre buscarmos o máximo de informações para planejar e implementar as ações assistenciais.

## **CONCLUSÃO**

A avaliação dos pacientes, a identificação e classificação da capacidade funcional permite abordagens mais eficientes da equipe assistencial. Intervenções durante a internação e orientações pós-alta hospitalar permitem não só uma qualidade de vida diária melhor, como, também, redução dos riscos de desenvolvimentos e/ou agravamento de doenças (hipertensão, problemas cardíacos, dislipidemias, diabetes, dentre outros).

Espaços de saúde associados a tratamento em saúde mental precisam realizar o engajamento dos pacientes às práticas corporais e aos exercícios físicos, melhorando a aptidão física e, conseqüente, a redução nos sintomas de depressão e ansiedade (ROSENBAUM *et al.*, 2014).

Pacientes internados podem apresentar perda motora durante a internação, maiores riscos de quedas e eventos adversos. Intervenções que possibilitem a manutenção e a melhora da condição física são imprescindíveis. As atividades físicas também devem ser utilizadas para auxiliar na socialização entre os pacientes internados. Interações positivas entre os pacientes e a equipe assistencial são importantes vínculos que propiciam um melhor suporte emocional. Ações psicoeducativas sobre a importância de um estilo de vida mais saudável e a prática de exercícios físicos regulares são indispensáveis.

Portanto, o exercício físico pode trazer muitas mudanças fisiológicas

que resultam em uma melhora na saúde física, no estado de humor, autoestima e redução de estresse e ansiedade. Achados sugerem que o SPPB pode ser uma medida objetiva especialmente importante para a equipe assistencial, que acompanha o progresso físico e mental dos pacientes em condições crônicas de saúde.

Entretanto, são necessários outros estudos para reforçar os achados e esclarecer melhor a relação entre os resultados, a capacidade funcional e os transtornos psiquiátricos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABÍLIO DA COSTA-ROSA. **Atenção psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ASSOCIATION (APA), A. P. **DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. [S. l.]: Artmed Editora, 2014.

BULL, F. C. *et al.* World Health Organization 2020 guidelines on physical activity and sedentary behaviour. **British Journal of Sports Medicine**, [s. l.], v. 54, n. 24, p. 1451–1462, 2020.

BUSHATSKY, A. *et al.* Fatores associados às alterações de equilíbrio em idosos residentes no município de São Paulo em 2006: evidências do Estudo Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento (SABE). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s. l.], v. 21, p. e180016, 2019.

CLARKE, P.; GEORGE, L. K. The Role of the Built Environment in the Disablement Process. **American Journal of Public Health**, [s. l.], v. 95, n. 11, p. 1933–1939, 2005.

COVINSKY, K. E. *et al.* Loss of Independence in Activities of Daily Living in



Older Adults Hospitalized with Medical Illnesses: Increased Vulnerability with Age. **Journal of the American Geriatrics Society**, [s. l.], v. 51, n. 4, p. 451–458, 2003.

CRUZ-JENTOFT, A. J. *et al.* Sarcopenia: revised European consensus on definition and diagnosis. **Age and Ageing**, [s. l.], v. 48, n. 1, p. 16–31, 2019.

CUOCO, F. *et al.* Get up! Functional mobility and metabolic syndrome in chronic schizophrenia: Effects on cognition and quality of life. **Schizophrenia Research: Cognition**, [s. l.], v. 28, p. 100245, 2022.

DEL'OLMO, F. D. S.; CERVI, T. M. D. Sofrimento mental e dignidade da pessoa humana: os desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, [s. l.], v. 38, n. 77, p. 197–220, 2017.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 187–193, 2005.

FERNANDES, D. D. S. *et al.* Functional capacity assessment of long-lived older adults from Amazonas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s. l.], v. 72, n. suppl 2, p. 49–55, 2019.

FORTES-FILHO, S. Q. *et al.* Role of Gait Speed, Strength, and Balance in Predicting Adverse Outcomes of Acutely Ill Older Outpatients. **The Journal of Nutrition, Health & Aging**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 113–118, 2020.

FREIBERGER, E. *et al.* Performance-based physical function in older community-dwelling persons: a systematic review of instruments. **Age and**

**Ageing**, [s. l.], v. 41, n. 6, p. 712–721, 2012.

FRIED, L. P. *et al.* Frailty in older adults: evidence for a phenotype. **The Journals of Gerontology. Series A, Biological Sciences and Medical Sciences**, [s. l.], v. 56, n. 3, p. M146-156, 2001.

HENNEKENS, C. H. *et al.* Schizophrenia and increased risks of cardiovascular disease. **American Heart Journal**, [s. l.], v. 150, n. 6, p. 1115–1121, 2005.

IKEGAMI, É. M. *et al.* Functional capacity and physical performance of community-dwelling elderly: a longitudinal study. **Ciencia & Saude Coletiva**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 1083–1090, 2020.

LAMB, S. E.; KEENE, D. J. Measuring physical capacity and performance in older people. **Best Practice & Research Clinical Rheumatology**, [s. l.], v. 31, n. 2, Ageing and musculoskeletal health, p. 243–254, 2017.

LEE, D. *et al.* Mortality trends in the general population: the importance of cardiorespiratory fitness. **Journal of Psychopharmacology (Oxford, England)**, [s. l.], v. 24, n. 4\_supplement, p. 27–35, 2010.

LEI 10.216. [S. l.], 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm). Acesso em: 22 set. 2022.

MARCHON, R. M.; CORDEIRO, R. C.; NAKANO, M. M. Capacidade Funcional: estudo prospectivo em idosos residentes em uma instituição de longa permanência. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 203–214, 2010.

MIKKELSEN, K. *et al.* Exercise and mental health. **Maturitas**, [s. l.], v. 106, p. 48–56, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; BRASIL. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas.** Brasil: [s. n.], 2005.

MURRAY, C. J. L. *et al.* Disability-adjusted life years (DALYs) for 291 diseases and injuries in 21 regions, 1990–2010: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2010. **The Lancet**, [s. l.], v. 380, n. 9859, p. 2197–2223, 2012.

NAKANO, M. M. Versão Brasileira da Short Physical Performance Battery – Sppb: Adaptação Cultural e Estudo da Confiabilidade. 2007. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Campinas, SP. [s. l.], 2007.

ONDER, G. *et al.* Measures of physical performance and risk for progressive and catastrophic disability: results from the Women’s Health and Aging Study. **The Journals of Gerontology. Series A, Biological Sciences and Medical Sciences**, [s. l.], v. 60, n. 1, p. 74–79, 2005.

PATRIZIO, E. *et al.* Physical Functional Assessment in Older Adults. **The Journal of Frailty & Aging**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 141–149, 2021.

PAVASINI, R. *et al.* Short Physical Performance Battery and all-cause mortality: systematic review and meta-analysis. **BMC medicine**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 215, 2016.

PERRACINI, M. R. *et al.* Diagnostic Accuracy of the Short Physical Performance Battery for Detecting Frailty in Older People. **Physical Therapy**, [s. l.], v. 100, n. 1, p. 90–98, 2020.

PORTARIA Nº 4.279. [S. l.], 2010. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279\\_30\\_12\\_2010.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html). Acesso em: 22 set. 2022.

REININGHAUS, U. *et al.* Mortality in Schizophrenia and Other Psychoses: A 10-Year Follow-up of the AESOP First-Episode Cohort. **Schizophrenia Bulletin**, [s. l.], v. 41, n. 3, p. 664–673, 2015.

RICCI, N. A.; KUBOTA, M. T.; CORDEIRO, R. C. Concordância de observações sobre a capacidade funcional de idosos em assistência domiciliar. **Revista de Saúde Pública**, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 655–662, 2005.

ROSENBAUM, S. *et al.* Physical activity interventions for people with mental illness: A systematic review and meta-analysis. **Journal of Science and Medicine in Sport**, [s. l.], v. 18, p. e150, 2014.

SAMPAIO, M. L.; BISPO JÚNIOR, J. P. Rede de Atenção Psicossocial: avaliação da estrutura e do processo de articulação do cuidado em saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. e00042620, 2021.

SILVA, C. S. D. O. E. *et al.* Family health strategy: relevance to the functional capacity of older people. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s. l.], v. 71, n. suppl 2, p. 740–746, 2018.

SILVA, C. de F. R. **Short physical performance battery como preditora de**

**mortalidade em idosos da comunidade Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciências da Saúde - PPGCS da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP como requisito para a obtenção do título de mestra em Ciências da Saúde.** 2021. [s. l.], 2021.

STRASSNIG, M. *et al.* Health status and mobility limitations are associated with residential and employment status in schizophrenia and bipolar disorder. **Journal of Psychiatric Research**, [s. l.], v. 94, p. 180–185, 2017.

TAVARES, I. de G. A. M.; PERES, M. A. de A.; SILVA, R. C. da. Eventos adversos em uma unidade de internação psiquiátrica. **Escola Anna Nery**, [s. l.], v. 26, p. e20210385, 2022.

VANCAMPFORT, D. *et al.* Cardiorespiratory Fitness in Severe Mental Illness: A Systematic Review and Meta-analysis. **Sports Medicine**, [s. l.], v. 47, n. 2, p. 343–352, 2017.

VOLPATO, S. *et al.* Predictive Value of the Short Physical Performance Battery Following Hospitalization in Older Patients. **The Journals of Gerontology Series A: Biological Sciences and Medical Sciences**, [s. l.], v. 66A, n. 1, p. 89–96, 2011.

WALKER, E. R.; MCGEE, R. E.; DRUSS, B. G. Mortality in Mental Disorders and Global Disease Burden Implications: A Systematic Review and Meta-analysis. **JAMA Psychiatry**, [s. l.], v. 72, n. 4, p. 334, 2015.

WHO. **Controlling the global obesity epidemic**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.who.int/activities/controlling-the-global-obesity-epidemic>. Acesso em: 9 out. 2022.

ZANARDO, G. L. de P. *et al.* Internações e reinternações psiquiátricas em um hospital geral de Porto Alegre: características sociodemográficas, clínicas e do uso da Rede de Atenção Psicossocial. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 460–474, 2017.

## CAPÍTULO 9

### CALIDAD DE VIDA DESPUÉS DE 18 MESES DE LA ABDOMINOPLASTIA EN PACIENTE CON INDICE DE MASA CORPORAL DEBAJO DEL 25

**João Rodrigues Cordeiro Marques**

Orcid:0000-0001-8221-9150

**Yuri Matheus Rodrigues Neckel**

Orcid:0009-0007-7172-5489

**Vanusa Ribeiro Macedo**

Orcid:0009-0004-7491-5083

**Jennifer Cadoná Lunardi**

Orcid:0000-0003-3200-8667

**Lily Anne Câmara Tabosa**

Orcid:0000-0002-8724-9209

**Matheus Felipe Macedo Teixeira**

Orcid:0000-0002-6691-5073

**Carolyne Guedes de Sena**

Orcid:0009-0004-6251-7483

**Cleiane Santana Pinheiro de Moraes**

Orcid:0000-0001-5752-7768

**Daniel Felipe Scaramello Gonçalves**

Orcid:0009-0006-7299-3242

**Gabriella Patricia Rodrigues de Oliveira**

Orcid:0000-0001-7838-5906

---

## RESUMO

**Introducción:** El presente trabajo relata la mejora de la calidad de vida del paciente sometido a cirugía de abdominoplastia con el índice de masa corporal en 25 **Objetivo:** El trabajo respectivo tuvo como finalidad medir e informar los principales puntos de mejora en su vida después del abordaje

quirúrgico **Metodología:** como criterio de inclusión fue cedido por el paciente junto al médico responsable el acompañamiento quirúrgico y postoperatorio de su cirugía estética, siendo aplicado a ficha de calidad de vida -SF36 antes de la cirugía y después de 18 meses. **Resultados:** después del período de 18 meses el paciente presentó mejoras en cuanto a puntos como físicos y sociales **Conclusión:** Fue relatada la mejora general en el paciente comparado a análisis anterior, siendo destacadas las mejoras en cuanto estado de salud, en realizar todas las actividades que le gustaría, sus dolores musculares entre otros aspectos.

**Palabras clave:** abdominoplastia, mejora de la calidad de vida, SF-36, mejora física, índice de masa corporal.

## INTRODUCCIÓN

La demanda de abdominoplastia ha aumentado significativamente en los últimos años, volviéndose más común especialmente para pacientes que buscan procedimientos de contorno corporal después de la pérdida de peso<sup>1,2</sup>. En la literatura podemos encontrar varios tipos de complicaciones que puede experimentar un paciente sometido a este tipo de procedimiento, y una de ellas es con la cicatrización<sup>2</sup>. El uso de factores de crecimiento puede ser una forma muy efectiva de evitar este tipo de problemas, considerando que su uso ha mostrado resultados positivos en la cicatrización de heridas<sup>3,4,5,6,7</sup>.

El sobre peso y en especial la carga psicológica de los pacientes indicados a abdominoplástia es un factor en el que interfiere directamente en la calidad de vida de estos pacientes. Esto se debe a una percepción estética negativa de estos que, en los que presentan el descontento con su actual estado físico y esto influye en la demanda de sus actividades de vida diarias<sup>8,9,10,11</sup>.

Buscar una mejor calidad de vida es el principal objetivo de la abdominoplastia y promover una mejora física junto con la estética, es el principal punto abordado en la indicación de estas cirugías<sup>4,5,6,7,8,10,11</sup>.

Terapias y procedimientos destinados a mejorar la calidad de vida de estos pacientes son cada vez más utilizados e indicados, ya que tienen como objetivo la mejora física, psicologica , social en mental influenciando de manera positiva en su satisfacción y realización por medio del contentamiento en que la abdominoplastia puede proporcionar<sup>6,8,9,11,12</sup>.

Para evaluación del índice de la calidad de vida se orienta la utilización de fichas específicas para comparación y aplicación por medio de un cuestionario donde éste menciona y mide la calidad de vida, sus atributos

y factores de los cuales influyen en la misma. Como material para cumplir con los requisitos arriba mencionados es utilizado la ficha SF-36 utilizada internacionalmente y de forma estandarizada, visando caso necesario nuevas aplicaciones e investigaciones.<sup>13</sup>

## **CASO CLÍNICO**

Paciente Th, masculino, 29 años, peso 82,8 kg, índice de masa corporal (IMC) de 24,72. Hubo indicación de cirugía de abdominoplastia, para reducir el exceso de piel en la región abdominal, la paciente presentaba molestias al bañarse y dificultad en el aseo personal por exceso de piel, luego de realizarse los exámenes previos se programó la fecha para la cirugía, También se aplica en consultoría la aplicación de la ficha de evaluación de calidad de vida SF-36.

Previa aprobación por parte del paciente y su cirujano plástico, se solicitaron las iniciales en las condiciones de uso de la imagen, siendo todas las fotos tomadas de forma estándar y con el fin de evitar interferencias con la luz y el equipo, realizadas al mismo tiempo, junto con la firma del consentimiento informado para el presente estudio, y demás lineamientos referentes al proceso quirúrgico y al uso de los bienes en su recuperación.

Previamente se aplicó la ficha de evaluación de calidad de vida, en la cual su foco es medir el Índice de calidad de vida después de la cirugía de abdominoplastia realizada, siendo reaplicada 18 meses después de la primera evaluación.







Figura 1- Imagen ilustrativa con los datos del paciente, proporcionados por la prueba de bioimpedancia utilizada en la última evaluación antes de la cirugía.

Se indicó cirugía de abdominoplastia para la remoción del exceso de piel en la región abdominal con un tiempo aproximado de 6:30 hrs, iniciando a las 15:30 y finalizando a las 22 hrs.



Figura 2 - Foto tomada antes de realizar los marcajes prequirúrgicos.



Figura 3 - Foto con las marcas previas a la cirugía.



Figura 4 - Campo quirúrgico abierto y desprendimiento para realizar tracción cutánea.



Figura 5 - Exceso de piel de aproximadamente 1Kg extraído del campo quirúrgico.



Figura 6 - Campo quirúrgico cerrado con drenaje en región inguinal izquierda.

Después de 18 meses de la operación y de la primera ficha de evaluación SF-36 se realizó una nueva recolección de datos, siendo utilizada



## Su Salud y Bienestar

Por favor conteste las siguientes preguntas. Algunas preguntas pueden parecerse a otras pero cada una es diferente.

Tómese el tiempo necesario para leer cada pregunta, y marque con una  la casilla que mejor describa su respuesta.

*¡Gracias por contestar a estas preguntas!*

### 1. En general, usted diría que su salud es:

<input type="checkbox"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
Excelente	Muy buena	Buena	Regular	Mala

### 2. ¿Cómo diría usted que es su salud actual, comparada con la de hace un año?:

Mucho mejor ahora que hace un año	Algo mejor ahora que hace un año	Más o menos igual que hace un año	Algo peor ahora que hace un año	Mucho peor ahora que hace un año
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5



11549033

### 3. Las siguientes preguntas se refieren a actividades o cosas que usted podría hacer en un día normal. Su salud actual, ¿le limita para hacer esas actividades o cosas? Si es así, ¿cuánto?

	Sí, me limita mucho	Sí, me limita un poco	No, no me limita nada
a) <u>Esfuerzos intensos</u> , tales como correr, levantar objetos pesados, o participar en deportes agotadores.	<input type="checkbox"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
b) <u>Esfuerzos moderados</u> , como mover una mesa, pasar la aspiradora, jugar a los bolos o caminar más de 1 hora.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
c) Coger o llevar la bolsa de la compra.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
d) Subir <u>varios</u> pisos por la escalera.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
e) Subir <u>un sólo</u> piso por la escalera.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
f) Agacharse o arrodillarse.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
g) Caminar <u>un kilómetro o más</u>	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
h) Caminar varios centenares de metros.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
i) Caminar unos 100 metros.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
j) Bañarse o vestirse por sí mismo.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3

**4. Durante las 4 últimas semanas, ¿con qué frecuencia ha tenido alguno de los siguientes problemas en su trabajo o en sus actividades cotidianas, a causa de su salud física?**

	Siempre	Casi siempre	Algunas veces	Sólo alguna vez	Nunca
a ¿Tuvo que <u>reducir el tiempo</u> dedicado al trabajo o a sus actividades cotidianas?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b ¿Hizo <u>menos</u> de lo que hubiera querido hacer?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c ¿Tuvo que <u>dejar de hacer algunas tareas</u> en su trabajo o en sus actividades cotidianas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d ¿Tuvo <u>dificultad</u> para hacer su trabajo o sus actividades cotidianas (por ejemplo, le costó más de lo normal)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

SF-36™ Health Survey © 1993, 2003 Health Assessment Lab, Medical Outcomes Trust, and QualityMetric, Incorporated. SF-36® is a registered trademark of Medical Outcomes Trust. (SF-36) Español (Español) Versión 2.0

SF-36 v2.0  
3 / 7



11549035

**5. Durante las 4 últimas semanas, ¿con qué frecuencia ha tenido alguno de los siguientes problemas en su trabajo o en sus actividades cotidianas, a causa de algún problema emocional (como estar triste, deprimido o nervioso)?**

	Siempre	Casi siempre	Algunas veces	Sólo alguna vez	Nunca
a ¿Tuvo que <u>reducir el tiempo</u> dedicado al trabajo o a sus actividades cotidianas <u>por algún problema emocional</u> ?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b ¿Hizo <u>menos</u> de lo que hubiera querido hacer <u>por algún problema emocional</u> ?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c ¿Hizo su trabajo o sus actividades cotidianas <u>menos cuidadosamente</u> de costumbre, <u>por algún problema emocional</u> ?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**6. Durante las 4 últimas semanas, ¿hasta qué punto su salud física o los problemas emocionales han dificultado sus actividades sociales habituales con la familia, los amigos, los vecinos u otras personas?**

Nada	Un poco	Regular	Bastante	Mucho
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**7. ¿Tuvo dolor en alguna parte del cuerpo durante las 4 últimas semanas?**

No, ninguno	Sí, muy poco	Sí, un poco	Sí, moderado	Sí, mucho	Sí, muchísimo
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**8. Durante las 4 últimas semanas, ¿hasta qué punto el dolor le ha dificultado su trabajo habitual (incluido el trabajo fuera de casa y las tareas domésticas)?**

Nada	Un poco	Regular	Bastante	Mucho
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



11549035

**9. Las preguntas que siguen se refieren a cómo se ha sentido y cómo le han ido las cosas durante las 4 últimas semanas. En cada pregunta responda lo que se parezca más a cómo se ha sentido usted. Durante las últimas 4 semanas ¿con qué frecuencia...**

	Siempre	Casi siempre	Algunas veces	Sólo alguna vez	Nunca
a se sintió lleno de vitalidad?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
b estuvo muy nervioso?	<input type="checkbox"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
c se sintió tan bajo de moral que nada podía animarle?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
d se sintió calmado y tranquilo?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input checked="" type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
e tuvo mucha energía?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input checked="" type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
f se sintió desanimado y deprimido?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
g se sintió agotado?	<input checked="" type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
h se sintió feliz?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
i se sintió cansado?	<input type="checkbox"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

**10. Durante las 4 últimas semanas, ¿con qué frecuencia la salud física o los problemas emocionales le han dificultado sus actividades sociales (como visitar a los amigos o familiares)?**

Siempre	Casi siempre	Algunas veces	Sólo alguna vez	Nunca
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

**11. Por favor diga si le parece CIERTA o FALSA cada una de las siguientes frases:**

	Totalmente cierta	Bastante cierta	No lo sé	Bastante falsa	Totalmente falsa
a Creo que me pongo enfermo más fácilmente que otras personas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input checked="" type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
b Estoy tan sano como cualquiera	<input type="checkbox"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
c Creo que mi salud va a empeorar	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
d Mi salud es excelente	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

**Gracias por contestar a estas preguntas**





**2. ¿Cómo diría usted que es su salud actual, comparada con la de hace un año?:**

Mucho mejor ahora que hace un año	Algo mejor ahora que hace un año	Más o menos igual que hace un año	Algo peor ahora que hace un año	Mucho peor ahora que hace un año
<input checked="" type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

SF-36v2™ Health Survey © 1993, 2003 Health Assessment Lab, Medical Outcomes Trust, and QualityMetric Incorporated.  
SF-36® is a registered trademark of Medical Outcomes Trust. (SF-36v2 Estadíst. España (Español) Versión 2.0)

SF-36 v2.0  
2 / 7



11549035

**3. Las siguientes preguntas se refieren a actividades o cosas que usted podría hacer en un día normal. Su salud actual, ¿le limita para hacer esas actividades o cosas? Si es así, ¿cuánto?**

	Sí, me limita mucho	Sí, me limita un poco	No, no me limita nada
a <u>Esfuerzos intensos</u> , tales como correr, levantar objetos pesados, o participar en deportes agotadores. ....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
b <u>Esfuerzos moderados</u> , como mover una mesa, pasar la aspiradora, jugar a los bolos o caminar más de 1 hora. ....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
c Coger o llevar la bolsa de la compra. ....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
d Subir <u>varios</u> pisos por la escalera. ....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
e Subir <u>un sólo</u> piso por la escalera. ....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
f Agacharse o arrodillarse. ....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
g Caminar <u>un kilómetro o más</u> . ....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
h Caminar varios centenares de metros. ....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
i Caminar unos 100 metros. ....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3
j Bañarse o vestirse por sí mismo. ....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3

**4. Durante las 4 últimas semanas, ¿con qué frecuencia ha tenido alguno de los siguientes problemas en su trabajo o en sus actividades cotidianas, a causa de su salud física?**

	Siempre	Casi siempre	Algunas veces	Sólo alguna vez	Nunca
a ¿Tuvo que <u>reducir el tiempo</u> dedicado al trabajo o a sus actividades cotidianas?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input checked="" type="checkbox"/> 5
b ¿ <u>Hizo menos</u> de lo que hubiera querido hacer?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input checked="" type="checkbox"/> 5
c ¿Tuvo que <u>dejar de hacer algunas tareas</u> en su trabajo o en sus actividades cotidianas?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input checked="" type="checkbox"/> 5
d ¿Tuvo <u>dificultad</u> para hacer su trabajo o sus actividades cotidianas (por ejemplo, le costó más de lo normal)?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input checked="" type="checkbox"/> 5

SF-36v2™ Health Survey © 1993, 2003 Health Assessment Lab, Medical Outcomes Trust, and QualityMetric Incorporated. SF-36v2 is a registered trademark of Medical Outcomes Trust. (SF-36v2 Estándar, España (Español) Versión 2.0)

SF-36 v2.0  
3 / 7



11549035

**5. Durante las 4 últimas semanas, ¿con qué frecuencia ha tenido alguno de los siguientes problemas en su trabajo o en sus actividades cotidianas, a causa de algún problema emocional (como estar triste, deprimido o nervioso)?**

	Siempre	Casi siempre	Algunas veces	Sólo alguna vez	Nunca
a ¿Tuvo que <u>reducir el tiempo</u> dedicado al trabajo o a sus actividades cotidianas <u>por algún problema emocional</u> ?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input checked="" type="checkbox"/> 5
b ¿ <u>Hizo menos</u> de lo que hubiera querido hacer <u>por algún problema emocional</u> ?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input checked="" type="checkbox"/> 5
c ¿Hizo su trabajo o sus actividades cotidianas <u>menos cuidadosamente</u> que de costumbre, <u>por algún problema emocional</u> ?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input checked="" type="checkbox"/> 5

**6. Durante las 4 últimas semanas, ¿hasta qué punto su salud física o los problemas emocionales han dificultado sus actividades sociales habituales con la familia, los amigos, los vecinos u otras personas?**

Nada	Un poco	Regular	Bastante	Mucho
<input checked="" type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

**7. ¿Tuvo dolor en alguna parte del cuerpo durante las 4 últimas semanas?**

No, ninguno	Sí, muy poco	Sí, un poco	Sí, moderado	Sí, mucho	Sí, muchísimo
<input type="checkbox"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6

**8. Durante las 4 últimas semanas, ¿hasta qué punto el dolor le ha dificultado su trabajo habitual (incluido el trabajo fuera de casa y las tareas domésticas)?**

Nada	Un poco	Regular	Bastante	Mucho
<input checked="" type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5



**9. Las preguntas que siguen se refieren a cómo se ha sentido y cómo le han ido las cosas durante las 4 últimas semanas. En cada pregunta responda lo que se parezca más a cómo se ha sentido usted. Durante las últimas 4 semanas ¿con qué frecuencia...**

	Siempre	Casi siempre	Algunas veces	Sólo alguna vez	Nunca
a se sintió lleno de vitalidad? .....	<input type="checkbox"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
b estuvo muy nervioso? .....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input checked="" type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
c se sintió tan bajo de moral que nada podía animarle? .....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input checked="" type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
d se sintió calmado y tranquilo? .....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
e tuvo mucha energía? .....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
f se sintió desanimado y deprimido? .....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input checked="" type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
g se sintió agotado? .....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input checked="" type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
h se sintió feliz? .....	<input type="checkbox"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
i se sintió cansado? .....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input checked="" type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

**10. Durante las 4 últimas semanas, ¿con qué frecuencia la salud física o los problemas emocionales le han dificultado sus actividades sociales (como visitar a los amigos o familiares)?**

Siempre	Casi siempre	Algunas veces	Sólo alguna vez	Nunca
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input checked="" type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

**11. Por favor diga si le parece CIERTA o FALSA cada una de las siguientes frases:**

	Totalmente cierta	Bastante cierta	No lo sé	Bastante falsa	Totalmente falsa
a. Creo que me pongo enfermo más fácilmente que otras personas	<input type="checkbox"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
b. Estoy tan sano como cualquiera	<input checked="" type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
c. Creo que mi salud va a empeorar	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input checked="" type="checkbox"/> 5
d. Mi salud es excelente	<input type="checkbox"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

**Gracias por contestar a estas preguntas**

SF-36v2™ Health Survey © 1993, 2003 Health Assessment Lab, Medical Outcomes Trust, and QualityMetric Incorporated.  
SF-36® is a registered trademark of Medical Outcomes Trust. (SF-36v2 Español, España (Español) Versión 2.0)

SF-36 v2.0  
5 / 7

En el primer punto donde fue evidenciada la mejora fue en la cuestión de numero 1° donde el paciente presentó mejoría en su salud general que evolucionó de muy buena para excelente.

En relación con la cuestión 2°de un año antes la cirugía el estado de salud del paciente progresó de estable comparado al año anterior a la cirugía, para mucho mejor al comparado al año posterior de la cirugía.

En la cuestión numero 3° que (a) el paciente presentó una evolución de su estado físico previo la cirugía lo perjudicaba un poco en sus quehaceres diarios, para ninguna limitación en cuanto a sus actividades de vida diarias y esfuerzos intensos.

En el cuestionario número 4° el paciente presentó progresión de casi siempre no realizar todas las actividades que le gustaría, para lograr realizar sus actividades al año siguiente la cirugía.

La pregunta número 5° ítem(a) reveló grandes cambios como: ¿tuvo que reducir el tiempo dedicado al trabajo o a sus actividades cotidianas por algún problema emocional? Siendo casi siempre, para nunca año posterior a la cirugía. Todavía en la pregunta número 5 artículo (b) Hizo menos de lo que le gustaría hacer por algún problema emocional? Evolucionó casi siempre, para nunca, siendo capaz de resolver sus problemas emocionales. En el último ítem(c) de la pregunta número 5° ¿Ha hecho su trabajo o sus

actividades cotidianas menos cuidadosamente que de costumbre, por algún problema emocional? El paciente presentó la Mejora de casi siempre realizar actividades con menos cuidado, para no realizar más actividades sin el cuidado necesario.

En la pregunta número 6° donde abordó que durante las últimas 4 semanas, ¿hasta qué punto su salud física o los problemas emocionales han dificultado sus actividades sociales habituales con la familia, los amigos, los vecinos u otras personas? Pasó de regular a nada.

En la pregunta número 7° donde se preguntó: ¿Tuvo dolor en alguna parte del cuerpo durante las 4 últimas semanas? El paciente presentó dolores de forma moderada, para no 18 meses de cirugía, en poco dolor.

Al preguntar en la pregunta 8° si durante las últimas 4 semanas, ¿hasta qué Punto el dolor le ha dificultado su trabajo habitual (incluido el trabajo fuera de casa y las tareas domésticas)? Reportó previamente la cirugía de forma regular y evolucionó para ninguno, después de los 18 meses de la primera aplicación de la SF-36.

Se le preguntó 9° también al paciente Cómo se ha sentido y Cómo le han ido las cosas durante las 4 últimas semanas. En cada pregunta responda lo que se parezca más a Ómo se ha sentido Usted. Durante las últimas 4 semanas ¿con qué Frecuencia. ¿Siendo presentado la evolución de que se siente lleno de vitalidad? Solo un par de veces en la primera pregunta casi siempre en la segunda aplicación de la ficha.

Se le preguntó si estaba nervioso, donde informó que casi siempre en la primera aplicación y solo una vez después de la cirugía.

¿También se le preguntó si se sentía tan bajo de moral que nada podía animarle? Donde informó que algunas veces, para solo una vez después de la intervención quirúrgica.

Al cuestionar al paciente si estaba tranquilo, tranquilo y con energía para sus actividades previamente la evaluación el mismo relató que solamente una vez y en la segunda cita el mismo relató que aumentó para algunas veces. Así como presentado por la ficha se le preguntó si el mismo estaba desanimado y deprimido y el mismo informó que sí en algunas veces, ya en la segunda evaluación el mismo informó que solo una vez.

El paciente también informó que se sentía agotado siempre, y en su segunda aplicación solo una vez.

En el campo emocional donde cuestionamos si estaba feliz el paciente dijo que alguna vez en la primera ficha y en la segunda casi siempre.

En la pregunta número 10° durante las 4 últimas semanas, ¿con qué Frecuencia la salud física o los problemas emocionales le han dificultado sus

actividades sociales (como visitar a los amigos o familiares)? Su primera respuesta fue de algunas veces para solamente una vez.

Al cuestionar si su salud empeoraría su primera respuesta fue que no lo sabía, y cambió a totalmente falsa. Y que no sabría responde si su salud era excelente, para que sí, esta afirmación esta bastante cierta.

## **METODOLOGÍA**

Se utilizó el método de investigación descriptiva del tipo transversal, con la finalidad de analizar los valores de mejora de la calidad de vida de un paciente sometido a abdominoplastia con índice inferior a 25, y realatar las mejoras en su cotidiano. El estudio parte de una colecta de bibliografía en plataformas como SCIELO, Google académico, Lilacs entre otras fuentes, con la predominancia de años entre 2010 a 2023 con los siguientes descriptores: calidad de vida, abdominoplastia de calidad de vida, mejora de vida en cirugía, cirugía plástica.

## **OBJETIVO**

El objetivo del trabajo fue evaluar la calidad de vida del paciente que realizó la abdominoplastia después de 18 meses de la cirugía y mencionar los principales puntos positivos que el mismo presentó con la cirugía.

## **CONCLUSIÓN**

Respectivo trabalho teve como objetivo avaliar e relatar a melhora da qualidade de vida dos pacientes que passam pela abdominoplastia e mesmo aqueles que apresentam melhor controle de seu peso. Ainda assim apresentam grandes melhoras em suas atividades de vida diárias, e também em seu estado físico, mental, social e principalmente psicológico. Como menores dores, estresse, melhor tempo administrado para suas metas, menor índice de desanimo, sua saúde em geral, melhor vitalidade entre outros pontos de evolução.

Trabalhos que abordam a respectiva temática devem ser estimulados com o fim de enaltecer e esclarecer as mudanças apresentadas no cotidiano destes pacientes.

## REFERENCIAS

1. Pollock TA, Pollock, H. Drainless Abdominoplasty Using Progressive Tension Sutures. *Clinics in Plastic Surgery*, 2020; V 47, p 351-363. <https://doi.org/10.1016/j.cps.2020.03.007>.
2. Neaman KC, Hansen JE. Analysis of complications from abdominoplasty: a review of 206 cases at a university hospital. *Ann Plast Surg*, 2007; V 58, p. 292-298.
3. Rios L, Salvador R. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA Fundada em 18 de fevereiro de 1808 Monografia Alteração da qualidade de vida e função da parede abdominal após a abdominoplastia [Internet]. 2017 [cited 2023 Sep 6]. Acceso en: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36209/1/Lucas%20Rios%20Rocha%20-%20Alter%C3%A7%C3%A3o%20da%20qualidade%20de%20vida%20e%20fun%C3%A7%C3%A3o%20da%20parede%20abdominal%20ap%C3%B3s%20a%20abdominoplastia.pdf>
4. Rocha LR. Alteração da qualidade de vida e função da parede abdominal após a abdominoplastia. *repositorioufba* [Internet]. 2017 Mar 15 [cited 2023 Sep 6]; Acceso en: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36209>
5. CORREA MDPD, DORNELAS MT, CRUZ CESG, CARVALHO END, CORRÊA LD, GOMES TPS, et al. The impact of dermolipectomy in improving the quality of life in patients with abdominal lipodystrophy. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica (RBCP) – Brazilian Journal of Plastic Surgery*. 2016;31(2):172–7.
6. Abdominoplastia pós-bariátrica: os impactos na saúde, na qualidade de vida e no bem estar social do paciente | *Revista Educação em Saúde* [Internet]. [periodicos.unievangelica.edu.br](http://periodicos.unievangelica.edu.br). [cited 2023 Sep 6]. Acceso en: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/5192>

7. Cintra Junior W, Modolin M, Gobbi CIC, Gemperli R, Ferreira MC. Abdominoplastia circunferencial em pacientes após cirurgia bariátrica: avaliação da qualidade de vida pelo critério adaptativo. Rev bras cir plást [Internet]. 2009 [cited 2023 Sep 6];52–6. Acesso en: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-524851>
8. Tournieux T, Aguiar L, Almeida M, Prado L, Radwanski H, Pitanguy I. Estudo prospectivo da avaliação da qualidade de vida e aspectos psicossociais em cirurgia plástica estética. Revista Brasileira de Cirurgia Plástica [Internet]. 2001 Jan 1;24(3):357–61. Acesso en: <http://www.rbc.org.br/details/505/pt-BR/estudo-prospectivo-da-avaliacao-da-qualidade-de-vida-e-aspectos-psicossociais-em-cirurgia-plastica-estetica>
9. Santiago E, Andrighetti T, Meroni M, Nolasco T, Contente R, Souza C. The main abdominoplasty techniques used in post-bariatric patients after massive weight loss: systematic review. Revista Brasileira de Cirurgia Plástica [Internet]. 2001 Jan 1 [cited 2023 Jun 26];38(1):1–7. Acesso en: <http://www.rbc.org.br/details/3253/en-US/the-main-abdominoplasty-techniques-used-in-post-bariatric-patients-after-massive-weight-loss--systematic-review>
10. Cintra Júnior W. Análise da qualidade de vida de pacientes submetidos a abdominoplastia circunferencial após tratamento cirúrgico da obesidade mórbida [Internet]. [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br). 2006 [cited 2023 Sep 6]. Acesso en: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5158/tde-19032010-130331/pt-br.ph>
11. Santos NMF, Castro GG, Braga LM, Peres ALE, Nunes KCDF. Qualidade de vida e nível de satisfação corporal pós-cirurgia plástica. Fisioterapia Brasil [Internet]. 2019 Jun 19 [cited 2022 Nov 9];20(3):426–33. Acesso en: <https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/2549>



12. Santos NMF, Castro GG, Braga LM, Peres ALE, Nunes KCDF. Qualidade de vida e nível de satisfação corporal pós-cirurgia plástica. *Fisioterapia Brasil* [Internet]. 2019 Jun 19;20(3):426–33. Acceso en: <https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/2549>

13. Cuestionario de Salud SF-36 (versión 2) [Internet]. Acceso en: <https://ginvestigaciontmo.files.wordpress.com/2018/07/sf-36-cuestionario.pdf>

## CAPÍTULO 10

### A TECNOLOGIA COMO MODERNIZAÇÃO DOS COSTUMES SOCIAIS, OS NÔMADES DIGITAIS

**Marcos Lucilla**

Executivo de Tecnologia e Negócios, com especialidade em  
Arquitetura, Dados, Cloud e M&A  
Graduado em Administração  
MBA em gestão de tecnologia pela FIAP  
Especialista em empresas do Varejo e Serviços Financeiros

---

#### RESUMO

Este trabalho investiga o fenômeno dos nômades digitais e seu impacto na sociedade moderna. Os nômades digitais são, quaisquer indivíduos que utilizam a tecnologia para trabalhar remotamente e optam por uma vida itinerante, sendo uma ação de oportunidade, de forma temporária ou de escolha de vida permanente, onde muitas vezes passam viajando pelo mundo enquanto mantêm seus empregos ou empreendimentos. Exploraremos como os nômades digitais surgiram, as tecnologias que possibilitaram seu estilo de vida, seus desafios e oportunidades, e como estão moldando a sociedade contemporânea, impulsionados por uma série de inovações tecnológicas significativas, como a disseminação da internet de alta velocidade, o desenvolvimento de ferramentas de colaboração online, a ascensão de plataformas de trabalho remoto e a formação de comunidades de nômades digitais, além de serem referências para oportunidades na globalização de negócios. Essas inovações tecnológicas desempenharam um papel crucial na criação de um ambiente propício para o surgimento e a expansão dos nômades digitais, permitindo que eles estabeleçam uma conexão constante com suas redes de trabalho e uma maior flexibilidade em sua vida profissional e pessoal. Neste estudo, avaliamos como essas inovações moldaram a sociedade moderna, influenciando as economias locais e globais, transformando a paisagem urbana e turística, e desafiando as normas tradicionais de trabalho e estilo de vida, criando assim uma comunidade global com costumes que se assemelham.

**Palavras-chave:** nômades digitais; tecnologia; inovações tecnológicas

## **INTRODUÇÃO**

No cenário contemporâneo, uma revolução silenciosa tem vindo a moldar a forma como as pessoas vivem e trabalham. O surgimento dos nômades digitais, uma comunidade global e crescente de indivíduos, de acordo com a agência Globo (2023), chega hoje a 35 milhões ao redor do mundo, que romperam com as fronteiras geográficas convencionais para abraçar um estilo de vida itinerante, longe de seu país natal e seus familiares e altamente conectado, representando um fenômeno de significativa relevância na sociedade moderna e uma disrupção na forma como conhecemos as culturas sociais até então. Definidos pela sua capacidade de utilizar a tecnologia para trabalhar remotamente e escolher seus próprios destinos, os nômades digitais desafiam as normas tradicionais de emprego e residência, abrindo caminho para uma nova era de flexibilidade e liberdade profissional.

Este estudo busca compreender a natureza e as implicações desse movimento dos nômades digitais, explorando as raízes históricas que deram origem a essa tendência, o seu crescimento exponencial ao longo dos anos e, finalmente, os objetivos que norteiam a análise dessa comunidade para a busca de novas oportunidades de negócios. Neste contexto, serão investigadas as inovações tecnológicas que possibilitaram essa transformação no mundo do trabalho e as maneiras pelas quais os nômades digitais estão moldando não apenas suas próprias vidas, mas também a sociedade como um todo.

Ao adentrar no universo dos nômades digitais, vislumbraremos uma visão cativante de como a convergência da tecnologia e da liberdade individual está redesenhando as fronteiras tradicionais do trabalho, do espaço e do tempo. O estudo se propõe a analisar as dimensões econômicas, culturais e sociais desse fenômeno, bem como a lançar um olhar para o futuro, trazendo as possíveis tendências e seus desafios. Tais mudanças trazem um olhar para o cotidiano da cultura social, influenciando economicamente e também mexendo com o ecossistema, fazendo com que se abram oportunidades e encerra ciclos de negócios, que muitas vezes não se adaptaram ao longo do tempo e a avaliação em torno dos nômades digitais que denotam e carregam os mais apropriados aspectos desta mudança.

Portanto, esta pesquisa visa lançar luz sobre um movimento que transcende as barreiras físicas e simbólicas da era digital, oferecendo uma análise aprofundada sobre os nômades digitais e o impacto transformador que eles exercem na sociedade moderna.

## **ORIGENS E EVOLUÇÃO DOS NÔMADES DIGITAIS**

### **HISTÓRIA E ANTECEDENTES: A NECESSIDADE DA SOCIEDADE EM MUDANÇA**

A busca por mudanças e novas formas de vida não é um fenômeno recente, e sua história está intrinsecamente ligada à evolução da sociedade. Desde os primórdios da civilização, os seres humanos demonstraram uma tendência natural para explorar novos territórios, estabelecendo-se em diferentes regiões em busca de recursos, segurança e oportunidades. No entanto, foi com o avanço da tecnologia e a globalização que a necessidade da sociedade de estar em constante mudança se tornou mais evidente (LUCILLA, 2023).

Spinks (2015) afirma que na era pré-digital, as migrações frequentemente eram motivadas por fatores econômicos, como a busca por emprego em regiões industrializadas, ou por questões políticas e sociais, como conflitos e perseguições. A mobilidade era uma resposta à necessidade de sobrevivência e melhoria das condições de vida.

Com o advento da tecnologia da informação e da internet de alta velocidade, a necessidade de mudança e mobilidade evoluiu. A sociedade contemporânea testemunhou a emergência de um ambiente de trabalho virtual, onde o local físico se tornou menos relevante. Nesse cenário, os nômades digitais surgiram como uma resposta a uma sociedade cada vez mais conectada e globalizada.

A necessidade de mudança passou a ser motivada por fatores como a busca por flexibilidade, uma maior qualidade de vida, a oportunidade de explorar o mundo e a realização pessoal. Os avanços tecnológicos permitiram que as pessoas mantivessem empregos, criassem negócios e colaborassem de qualquer lugar do mundo, desencadeando uma revolução no mundo do trabalho e estilo de vida.

A história e os antecedentes dos nômades digitais estão enraizados na busca da sociedade por mudanças, melhorias e oportunidades, impulsionados por uma crescente conectividade e pela capacidade de transcender barreiras geográficas e culturais. Essa evolução reflete a constante adaptação da sociedade à transformação tecnológica e cultural em curso (MOLZ, 2012).

O verdadeiro impulso para o surgimento dos nômades digitais veio com os avanços tecnológicos das últimas décadas. A disseminação da internet de alta velocidade, a proliferação de dispositivos móveis, como

laptops e smartphones, e o desenvolvimento de ferramentas de colaboração online revolucionaram a forma como as pessoas trabalham e se conectam (LUCILLA, 2023).

A internet de alta velocidade, em particular, desempenhou um papel fundamental. A capacidade de acessar informações e colaborar em tempo real de praticamente qualquer lugar do mundo tornou possível que as pessoas se desligassem das localizações físicas tradicionais dos escritórios. Isso pode ser relacionado à necessidade de "Segurança" na Pirâmide de Maslow, pois a conectividade constante proporciona segurança financeira e acesso a oportunidades profissionais, independentemente da localização física.

## **TIPOS DE NÔMADES DIGITAIS**

Os nômades digitais não são um grupo homogêneo; eles vêm em várias formas e tamanhos, com diferentes objetivos e estilos de vida. É importante reconhecer essa diversidade dentro da comunidade dos nômades digitais. Alguns tipos comuns de nômades digitais incluem: trabalhadores remotos em tempo integral, empreendedores nômades, nômades de estilo de vida e freelancers e trabalhadores autônomos.

- **Trabalhadores Remotos em Tempo Integral:** Estes indivíduos mantêm empregos tradicionais, mas têm a flexibilidade de trabalhar remotamente. Eles geralmente mantêm uma programação consistente de trabalho e podem viajar em seu tempo livre. Isso está relacionado à necessidade de "Relacionamentos Sociais" na Pirâmide de Maslow, pois eles podem manter conexões interpessoais enquanto viajam.
- **Empreendedores Nômades:** Muitos nômades digitais são empreendedores que lançaram seus próprios negócios online. Eles podem criar produtos digitais, oferecer serviços online ou desenvolver negócios baseados em afiliação. Isso se relaciona com a necessidade de "Realização Pessoal" na Pirâmide de Maslow, pois eles buscam a autorrealização por meio do empreendedorismo.
- **Nômades de Estilo de Vida:** Esses nômades digitais escolhem um estilo de vida de viagem constante, muitas vezes financiando-o por meio de várias atividades, como blogs, mídias sociais, fotografia ou consultoria. Isso pode ser visto como uma busca pela "Realização Pessoal" e "Estima" na Pirâmide de Maslow, à medida que buscam a autorrealização e o reconhecimento social.

- Freelancers e Trabalhadores Autônomos: Freelancers e trabalhadores autônomos possuem flexibilidade máxima, escolhendo projetos conforme desejam. Eles podem aproveitar plataformas de trabalho remoto para encontrar oportunidades em todo o mundo. Isso também está ligado à busca de "Realização Pessoal" e "Estima" na Pirâmide de Maslow, pois buscam autonomia, reconhecimento e satisfação pessoal em seu trabalho.

A influência da Pirâmide de Maslow pode ser observada em diferentes aspectos das necessidades dos nômades digitais, desde a busca pela segurança e conexões sociais até a realização pessoal e o reconhecimento social. Essa estrutura psicológica ajuda a compreender por que tantos indivíduos estão optando por esse estilo de vida altamente flexível e digitalmente habilitado na sociedade contemporânea (MASLOW, 1943).

## **ESTILO DE VIDA E VANTAGENS DO ESTILO DE VIDA DOS NÔMADES DIGITAIS**

O estilo de vida dos nômades digitais é caracterizado por uma série de vantagens significativas que atraem indivíduos a adotá-lo. Essas vantagens não apenas moldam a forma como os nômades digitais vivem e trabalham, mas também influenciam o impacto que têm na sociedade moderna. Neste momento serão exploradas as principais vantagens desse estilo de vida, com referências aos conceitos dos livros "Trabalhe 4 Horas por Semana" de Timothy Ferriss e "O Poder do Hábito" de Charles Duhigg.

Existem várias vantagens associadas ao estilo de vida dos nômades digitais que atraem indivíduos a adotá-lo. Algumas das principais vantagens incluem:

- Liberdade Geográfica: Os nômades digitais têm a liberdade de escolher onde desejam viver e trabalhar, seja temporariamente ou de forma permanente. Essa liberdade geográfica lhes permite explorar novos lugares, culturas e estilos de vida. A capacidade de viver em locais diversificados é uma expressão da busca de uma melhor qualidade de vida, refletindo a ideia de que "viver para trabalhar" está sendo substituída por "trabalhar para viver".
- Flexibilidade de Horário: A flexibilidade de horário é uma característica marcante do estilo de vida dos nômades digitais. Eles podem escolher trabalhar quando se sentem mais produtivos, adaptando sua jornada de trabalho às suas necessidades pessoais.

- Essa flexibilidade de horário, inspirada em conceitos de Timothy Ferriss, permite que os nômades digitais otimizem a qualidade de seu trabalho e sua eficácia.
- Variedade de Experiências: Viajar e viver em locais diferentes proporciona uma variedade de experiências enriquecedoras. Os nômades digitais têm a oportunidade de aprender novas línguas, explorar diferentes culturas e estilos de vida, e expandir seus horizontes. Essa busca constante por novas experiências está alinhada com a ideia de que a vida deve ser rica em vivências, como defendida por Timothy Ferriss em "Trabalhe 4 Horas por Semana."
  - Independência Profissional: Muitos nômades digitais têm controle total sobre suas carreiras. Eles podem escolher os projetos em que desejam trabalhar, estabelecer seu próprio ritmo e seguir suas paixões e interesses. Essa independência profissional, influenciada por conceitos de empreendedorismo de Charles Duhigg em "O Poder do Hábito," permite que os nômades digitais construam carreiras alinhadas com seus valores e aspirações.
  - Redução de custos: Dependendo da localização escolhida, os custos de vida podem ser mais baixos para os nômades digitais. Isso permite economias significativas em comparação com viver em áreas de alto custo de vida. A redução de custos está ligada à ideia de otimização financeira, permitindo que os nômades digitais alcancem uma maior independência financeira.
  - Eliminação de Deslocamento: Os nômades digitais eliminam a necessidade de deslocamentos diários para o trabalho, economizando tempo e recursos anteriormente gastos em transporte. Isso contribui para uma maior eficiência e redução do estresse, uma vez que o deslocamento tradicional é eliminado.

Essas vantagens não apenas definem o estilo de vida dos nômades digitais, mas também destacam como sua abordagem inovadora ao trabalho e à vida está transformando a sociedade moderna. Eles estão redefinindo as noções tradicionais de trabalho, carreira e sucesso, e ao fazê-lo, estão influenciando a forma como as pessoas veem o trabalho e a busca por um equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

## **IMPACTO DOS NÔMADES DIGITAIS NA SOCIEDADE MODERNA**

Os nômades digitais não são apenas protagonistas de um estilo de vida inovador, mas também agentes de mudanças na sociedade moderna, contribuindo significativamente para a descentralização econômica de grandes centros urbanos. Este movimento representa um ponto extremamente positivo para o crescimento econômico dos municípios e a dispersão econômica entre as cidades, oferecendo benefícios que vão além das experiências individuais dos nômades digitais.

Gomes (2019) apresenta que uma das influências mais notáveis dos nômades digitais é a diversificação da economia local. À medida que esses profissionais escolhem viver em cidades menores e mais acessíveis, muitos deles lançam seus próprios negócios online ou prestam serviços em âmbito global. Isso promove a inovação e criação de empregos, fomentando um ambiente empreendedor. Timothy Ferriss, autor de "Trabalhe 4 Horas por Semana," argumenta que a automação e a terceirização de tarefas podem liberar tempo e recursos para atividades mais produtivas. Nesse contexto, os nômades digitais frequentemente adotam uma abordagem empreendedora, maximizando o potencial econômico de suas habilidades e experiências.

A concentração de atividades econômicas em grandes centros urbanos frequentemente resulta em desafios como congestionamento, falta de moradia acessível e altos custos de vida. No entanto, à medida que os nômades digitais se dispersam por cidades menores, a pressão sobre os recursos e infraestruturas desses grandes centros diminui. Isso está alinhado com a busca por eficiência, um princípio-chave destacado por Ferriss em seu livro, onde ele enfatiza a importância de eliminar tarefas desnecessárias para liberar tempo. A descentralização econômica promovida pelos nômades digitais pode resultar em cidades mais habitáveis e sustentáveis, beneficiando tanto os recém-chegados quanto os residentes de longa data (GOMES, 2019).

Algumas cidades menores e em declínio têm experimentado uma revitalização econômica devido à chegada dos nômades digitais. Escolhendo lugares com custo de vida mais baixo, esses nômades digitais injetam recursos nas economias locais, impulsionando a demanda por propriedades e serviços locais. Isso pode reverter o declínio populacional e econômico que muitas dessas cidades enfrentaram nas últimas décadas. A criação de empregos locais e o investimento em infraestrutura podem desempenhar um papel crucial na revitalização de comunidades em declínio (REICHENBERGER, 2017).



A descentralização econômica impulsionada pelos nômades digitais não apenas promove o crescimento econômico de municípios menos urbanizados, mas também contribui para uma maior dispersão de renda. Isso pode ajudar a reduzir as desigualdades econômicas, à medida que cidades menores têm a oportunidade de crescer e prosperar economicamente. A dispersão de renda contribui para um aumento geral na qualidade de vida da população local, criando uma sociedade mais equitativa e justa.

Em resumo, o movimento dos nômades digitais está deixando uma marca profunda na sociedade moderna, não apenas na vida dos próprios nômades digitais, mas também na economia e na dinâmica social das cidades e municípios. Esse fenômeno, influenciado por ideias como as apresentadas nos livros "Trabalhe 4 Horas por Semana" de Timothy Ferriss, destaca a importância da descentralização econômica como um caminho positivo para a ampliação da renda e a redução das desigualdades sociais. Como tal, merece atenção e consideração cuidadosa por parte de governos e comunidades locais.

## **TECNOLOGIAS HABILITADORAS**

O estilo de vida dos nômades digitais é profundamente dependente de avanços tecnológicos que permitem a mobilidade e a conectividade contínua. Neste capítulo, exploraremos as principais tecnologias habilitadoras que desempenham um papel crítico no sucesso dos nômades digitais, incluindo a internet de alta velocidade, ferramentas de colaboração online, plataformas de trabalho remoto e comunidades de nômades digitais, conforme discutido no livro "Nômade Digital: um guia para você viver e trabalhar como e onde quiser" de Matheus de Souza.

Souza (2019), em seu livro, destaca a importância da internet de alta velocidade como um pilar essencial do estilo de vida nômade digital. O autor ressalta como o acesso à internet rápida e confiável permite que os nômades digitais trabalhem de forma eficaz, independentemente de sua localização geográfica. A disponibilidade generalizada de conexões de alta velocidade, incluindo 4G e 5G, é crucial para garantir que os nômades digitais possam manter sua produtividade e conectividade enquanto vivem e trabalham em diferentes partes do mundo.

O autor aborda as ferramentas de colaboração online como elementos fundamentais para a produtividade dos nômades digitais destacando como as ferramentas de videoconferência, compartilhamento de documentos em nuvem e mensagens instantâneas tornaram possível uma

colaboração eficaz, independentemente da distância física. Essas ferramentas, como Slack e Zoom, permitem que os nômades digitais trabalhem em equipe de maneira eficiente, como se estivessem no mesmo local.

Neste modo de trabalho, a liberdade profissional é oferecida pelas plataformas de trabalho remoto em seu livro. Ele discute como as plataformas de freelancing e os marketplaces de talentos, como Upwork e Freelancer, conectam profissionais a oportunidades globais, permitindo que os nômades digitais escolham projetos alinhados com suas paixões e habilidades. Essas plataformas proporcionam aos nômades digitais a autonomia para moldar ativamente suas carreiras enquanto vivem um estilo de vida nômade.

Por fim, o livro "Nômade Digital: um guia para você viver e trabalhar como e onde quiser" de Matheus de Souza oferece insights valiosos sobre as tecnologias habilitadoras que sustentam o estilo de vida dos nômades digitais. Suas análises e experiências compartilhadas enriquecem nossa compreensão das ferramentas e recursos essenciais que permitem que os nômades digitais prosperem em um mundo altamente conectado e globalizado.

## **O PAPEL DAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO**

O estilo de vida dos nômades digitais não apenas depende das escolhas individuais, mas também é moldado pelo ambiente empresarial e pelo espírito empreendedor que permeia essa comunidade. Neste capítulo, abordaremos o papel das empresas que apoiam o trabalho remoto, o empreendedorismo entre os nômades digitais e o desenvolvimento de novos modelos de negócios, incluindo insights do livro "Mindset – a nova psicologia do sucesso" de Carol Dweck.

Dweck (2006) discute que as empresas que reconhecem e apoiam o trabalho remoto desempenham um papel significativo na viabilização do estilo de vida nômade digital. Com a crescente adoção do trabalho remoto, muitas organizações estão adotando uma abordagem mais flexível em relação ao local de trabalho. Isso não apenas atrai nômades digitais talentosos, mas também permite que os funcionários tradicionais tenham a flexibilidade de adotar um estilo de trabalho mais equilibrado. O conceito de mentalidade de crescimento, discutido por Carol Dweck, é relevante aqui. Empresas que valorizam a aprendizagem contínua e a adaptação estão mais inclinadas a abraçar o trabalho remoto e a inovação.

O espírito empreendedor é uma característica comum entre muitos nômades digitais. Eles frequentemente lançam seus próprios negócios online, aproveitando suas habilidades e paixões para criar oportunidades de renda independentes. Carol Dweck, em seu livro "Mindset," explora a diferença entre uma mentalidade fixa e uma mentalidade de crescimento. Os nômades digitais frequentemente adotam a mentalidade de crescimento, estando dispostos a aprender com desafios e a buscar oportunidades de empreendedorismo. Eles abraçam a incerteza e veem os obstáculos como oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

Os nômades digitais estão frequentemente na vanguarda do desenvolvimento de novos modelos de negócios. Eles exploram nichos de mercado, criam produtos e serviços inovadores e identificam oportunidades de negócios globais. O livro de Carol Dweck destaca como indivíduos com mentalidade de crescimento estão dispostos a experimentar e assumir riscos. Isso se aplica diretamente aos nômades digitais, que muitas vezes abraçam a experimentação e a adaptação como parte integrante de sua jornada empreendedora. Eles estão abertos a tentativas e erros, aprendendo com cada experiência e aprimorando seus modelos de negócios ao longo do caminho.

Em resumo, o papel das empresas e do empreendedorismo desempenha um papel fundamental no estilo de vida dos nômades digitais. Empresas que apoiam o trabalho remoto e nômades digitais empreendedores contribuem para a criação de um ecossistema onde a flexibilidade e a inovação são valorizadas. A mentalidade de crescimento, conforme discutida por Carol Dweck, é um traço comum entre nômades digitais que buscam constantemente oportunidades de aprendizado, crescimento e desenvolvimento, tanto em suas carreiras quanto em seus negócios.

## **ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS DO NÔMADE DIGITAL**

A diversidade e a inclusão desempenham um papel vital na comunidade de nômades digitais. Isso envolve a criação de ambientes inclusivos onde todos possam contribuir plenamente. Os nômades digitais frequentemente vêm de origens culturais e étnicas diversas, tornando a aceitação da diversidade fundamental para a construção de uma comunidade global coesa (SINEK, 2018).

Nesse contexto, é crucial reconhecer que a diversidade vai além da etnia e abrange diferenças em gênero, orientação sexual, habilidades, idade e experiências de vida. A promoção da diversidade não apenas enriquece as

perspectivas e experiências na comunidade de nômades digitais, mas também contribui para a criação de um ambiente mais rico e acolhedor.

No contexto dos nômades digitais, a questão da identidade e do pertencimento é desafiadora. Eles podem se sentir conectados a múltiplas culturas, locais e comunidades, criando uma identidade fluida e multifacetada. A busca por identidade é constante, à medida que eles navegam entre diferentes ambientes culturais e sociais (SINEK, 2018).

É importante enfatizar que a busca pela identidade não se limita à cultura ou ao local de origem, mas também abrange a identificação com o estilo de vida nômade digital em si. Os nômades digitais muitas vezes se definem por sua capacidade de adaptar-se a diferentes contextos e pela liberdade de escolher onde viver e trabalhar. Essa busca por identidade e pertencimento é uma jornada pessoal significativa para muitos nômades digitais.

As relações interpessoais desempenham um papel crucial na vida dos nômades digitais. Eles frequentemente estabelecem conexões globais, construindo relacionamentos com pessoas de diferentes origens culturais e geográficas. A capacidade de compreender e respeitar as nuances culturais é fundamental para construir relacionamentos eficazes em um contexto global (SINEK, 2018).

Além disso, as relações interpessoais entre nômades digitais são marcadas pela adaptabilidade e pela abertura para novas experiências. Eles estão dispostos a aprender com pessoas de diferentes origens e a compartilhar suas próprias perspectivas, criando uma riqueza de interações culturais e sociais.

A construção de uma rede de apoio é uma parte fundamental da vida dos nômades digitais, pois essas conexões globais fornecem suporte emocional e prático. Muitas vezes, os nômades digitais enfrentam desafios emocionais, como solidão e isolamento, devido à natureza itinerante de seu estilo de vida. A rede de apoio, composta por amigos, colegas e comunidades de nômades digitais, desempenha um papel crucial na mitigação desses desafios.

Os aspectos sociais e culturais desempenham um papel fundamental na vida dos nômades digitais. A diversidade e inclusão, a busca por identidade e pertencimento, a construção de relações interpessoais globais e a importância da rede de apoio são elementos-chave para essa comunidade. Esses aspectos não apenas enriquecem suas experiências, mas também contribuem para a formação de uma comunidade global coesa e inclusiva.

## O FUTURO DOS NÔMADES DIGITAIS

Nos últimos anos, o estilo de vida dos nômades digitais evoluiu rapidamente, moldado por avanços tecnológicos, mudanças culturais e uma crescente compreensão das necessidades e desejos dessa comunidade. Neste momento, exploraremos o futuro dos nômades digitais, levando em consideração tendências e projeções que moldaram esse estilo de vida único. Além disso, também discutiremos os potenciais desafios e questões éticas que podem surgir à medida que os nômades digitais continuam a crescer em número e influência, incorporando elementos do livro "O Mindset da Inovação" de Guilherme Horn.

O futuro dos nômades digitais é intrigante e repleto de possibilidades. Enquanto novas tecnologias continuam a emergir, é provável que o estilo de vida nômade digital evolua de maneiras fascinantes. Algumas tendências e projeções incluem:

- **Integração de Realidade Virtual e Aumentada:** O desenvolvimento da realidade virtual e aumentada pode permitir que os nômades digitais explorem o mundo de maneira ainda mais imersiva, mesmo quando estão fisicamente em locais diferentes. Isso pode revolucionar a experiência de viagem e trabalho remoto.
- **Sustentabilidade e Responsabilidade Social:** À medida que a conscientização ambiental cresce, espera-se que nômades digitais adotem práticas mais sustentáveis e busquem oportunidades de impacto social positivo em suas viagens e trabalho remoto.
- **Crescimento da Comunidade de Nômades Digitais:** O número de nômades digitais pode continuar a crescer, criando uma comunidade global diversificada e conectada. Isso pode levar a uma maior influência social e política. Atualmente, o crescimento está localizado entre as grandes cidades e que tem acesso através da tecnologia. A busca de novas comunidades, experiências e acesso, depende do atendimento das expectativas mínimas de segurança, acesso a tecnologia e os costumes básicos de alimentação e higiene
- **Globalização de Ideias e Serviços:** Uma potencial oportunidade para o futuro dos nômades digitais é a globalização de ideias e serviços. Empresas como o banco global "Nomad," serviços de operadora de telefone "Nomad eSim," e a iniciativa "Starlink" de Elon Musk, que fornece conectividade global via satélite, estão permitindo que nômades digitais tenham acesso a serviços e ideias de maneira

global e adaptável. Essas inovações estão capacitando os nômades digitais a trabalhar e viver em qualquer lugar do mundo, aproveitando as vantagens da globalização.

Apesar das oportunidades emocionantes, o futuro dos nômades digitais também pode apresentar desafios e questões éticas. Alguns desses desafios podem incluir:

- **Segurança Digital:** À medida que mais atividades são realizadas online, a segurança digital se torna uma preocupação crescente para os nômades digitais. A proteção de dados pessoais e profissionais pode se tornar mais complexa à medida que ameaças cibernéticas evoluem.
- **Impacto nas Comunidades Locais:** O aumento do turismo de nômades digitais pode ter impactos significativos nas comunidades locais, como aumento dos preços de habitação e gentrificação. É importante considerar como equilibrar os benefícios do turismo com o respeito às comunidades locais.
- **Regulamentação e Tributação:** À medida que o estilo de vida dos nômades digitais se torna mais comum, governos e autoridades podem buscar regulamentações e tributações específicas, o que pode afetar a mobilidade e a tributação dos nômades digitais.

## **TECH EXPERIENCE - A NOVA FASE DA EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA E O MOVIMENTO DOS NÔMADES DIGITAIS**

A evolução tecnológica desempenhou um papel crucial na ascensão e na constante transformação do movimento dos nômades digitais. À medida que avançamos para o futuro, é importante considerar as tendências tecnológicas emergentes que continuarão a moldar o estilo de vida e o trabalho desses profissionais. Neste momento, exploraremos algumas das tecnologias e tendências que têm o potencial de impactar significativamente o movimento dos nômades digitais, abordando a globalização da comunicação, a segurança na localização, a blockchain, a simplificação da geração de trabalhos, a integração de tecnologias avançadas e a importância de um ecossistema global de criação de startups para negócios.

O desenvolvimento da tecnologia de comunicação de sexta geração, ou 6G, promete uma revolução na conectividade global. Com velocidades ainda mais rápidas e baixa latência, o 6G possibilitará comunicações

instantâneas e interconexões em escala global. Isso permitirá que os nômades digitais permaneçam conectados de forma mais eficaz e trabalhem em ambientes remotos com comunicações estáveis e rápidas. E uma grande revolução vem a seguir, que ainda está em franco crescimento e certamente se tornará um dos grandes alicerces de futuro que é a Starlink, mas ainda muito restrito pelo seu custo, e que de acordo com Elon Musk, CEO da SpaceX em matéria publicada com seus objetivos, diz que em seu planejamento financeiro, destaca que o custo diminui à medida que há um crescimento no consumo da oferta e que tende a ficar cada vez mais acessível com o tempo além de também ampliar a cobertura dos serviços, podendo assim chegar a locais que antes nunca foram possíveis e também cobrir necessidades antes nunca possíveis como o agronegócio mundial. Desta forma, podemos destacar que a ampliação de conectividade e ampliação da largura de banda, abre espaço para novos negócios e também de uma sociedade interessada nestas oportunidades de nicho (LUCILLA, 2023).

A globalização da comunicação e interação humana está avançando com a criação de avatares e meta-humanos. Essas representações digitais de indivíduos permitem uma presença virtual em ambientes de trabalho, reuniões e interações sociais. Os nômades digitais podem usar avatares para se conectar com colegas e clientes em todo o mundo, superando as barreiras geográficas e culturais.

A tecnologia blockchain tem o potencial de reduzir as fronteiras financeiras que atualmente representam um desafio para os nômades digitais. Além de facilitar transações financeiras globais de maneira segura e eficiente, a blockchain pode ajudar a superar as barreiras de tributação e regulamentações complexas. Isso proporcionará maior liberdade financeira e mobilidade para nômades digitais.

A segurança na localização é uma consideração crítica para os nômades digitais. Tecnologias avançadas, como análise de dados em tempo real e aprendizado de máquina, podem ajudar a identificar locais seguros e inóspitos para trabalhar e viver. Essas informações auxiliam os nômades digitais na tomada de decisões informadas sobre seus destinos.

Plataformas simplificadas de geração de trabalhos desempenham um papel essencial na vida dos nômades digitais. Serviços como Workana, sendo uma plataforma que conecta profissionais freelancers a oportunidades de trabalho em todo o mundo, facilitam a busca por projetos e colaborações remotas. Essas plataformas simplificam o processo de encontrar trabalhos,

permitindo que os nômades digitais se concentrem em suas habilidades e paixões.

As novas oportunidades e o crescimento do tema no mundo geram grandes oportunidades em diversas áreas e as empresas começam a explorar o segmento, a exemplo da “NomadList”, plataforma de indicação das melhores localidades para se trabalhar remotamente no mundo.

Um ecossistema global de criação de startups desempenha um papel significativo no apoio aos nômades digitais que buscam empreender. Esses nômades muitas vezes são empreendedores, e a capacidade de lançar e escalar negócios de forma eficaz é crucial para seu sucesso. Ecossistemas de startups em todo o mundo oferecem suporte, financiamento e recursos para startups, proporcionando aos nômades digitais a infraestrutura necessária para inovar e expandir seus negócios em escala global. Isso não apenas impulsiona o empreendedorismo entre os nômades digitais, mas também contribui para a economia global.

Nomad digital tech experience é uma comunidade social acerca do futuro com base na evolução derivada dos aspectos tecnológicos e como ele se propõe a impactar a vida das pessoas, seja para o efeito de turismo, de estilo de vida, de mudanças geográficas e regionais, como impacto comercial e o avanço econômico local à estudos de comportamento humano. Esta comunidade social tende a evoluir cada vez mais com base nos adventos tecnológicos e entender e discutir os fatores da evolução, trazem consigo esclarecimentos sobre a evolução social.



Essas tendências tecnológicas e inovações, juntamente com a criação de um ecossistema global de startups, continuarão a influenciar a forma como os nômades digitais vivem e trabalham. A busca por maior conectividade, segurança, mobilidade financeira e oportunidades de trabalho continuará a impulsionar o movimento dos nômades digitais e a promover a globalização de ideias e negócios em uma sociedade cada vez mais interconectada. À medida que nos voltamos para o futuro, a adaptação a essas tecnologias e a participação ativa em ecossistemas globais de startups serão fundamentais para o sucesso e a prosperidade dos nômades digitais.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

À medida que encerramos este artigo sobre os nômades digitais e seu impacto na sociedade moderna, é evidente que esse fenômeno representa uma mudança significativa na forma como vivemos e trabalhamos. A trajetória desde suas origens até as tendências tecnológicas emergentes reflete a capacidade da tecnologia de redefinir a sociedade e a economia. Esses profissionais da era digital são uma expressão da liberdade e flexibilidade que a tecnologia moderna proporciona. Eles escolhem onde viver e trabalhar, explorando novos horizontes e mantendo um equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Isso, por sua vez, está redefinindo as noções tradicionais de emprego e estilo de vida.

No entanto, essa mudança não vem sem desafios. Eles enfrentam questões relacionadas à segurança financeira, isolamento social e a necessidade de construir redes de apoio globais. Além disso, o impacto econômico nas cidades e a necessidade de se adaptar a uma força de trabalho mais descentralizada são questões que a sociedade deve abordar.

É importante destacar que a evolução tecnológica, incluindo o avanço da internet de alta velocidade, ferramentas de colaboração online, plataformas de trabalho remoto e comunidades, continua a capacitar esse movimento. O futuro reserva a promessa de ainda mais inovações, como o 6G e a globalização da comunicação por meio de avatares e meta-humanos.

Além disso, as novas tecnologias como a starlink, que de acordo com a empresa spaceX, que é a tecnologia de internet rápida via satélite que irá trazer a internet para todos os locais do planeta e que vem crescendo exponencialmente e que de acordo com a afirmação do site “sócientífica”, está transformando a internet em algo essencial para o mundo levando internet para locais extremamente remoto, mas que também há outras oportunidades como a realidade virtual da empresa Meta que busca integrar a socialização através dos avatares, fazendo com que não exista distinção entre o virtual e o físico, além de mecanismos financeiros que irão conectar a economia a toda esta mudança, como é o caso do blockchain (cripto economia), tem o potencial de superar barreiras financeiras e regulamentares, enquanto a segurança na localização e plataformas simplificadas de geração de trabalhos, como Workana, simplificam a vida desses profissionais.

A globalização de ideias e negócios é uma oportunidade que esses profissionais abraçam, à medida que exploram novos territórios e

estabelecem conexões em todo o mundo. A importância de um ecossistema global de criação de startups é fundamental para apoiar empreendedores que buscam inovar e crescer em escala global em nichos cada vez menos explorados.

Em última análise, a ascensão desse fenômeno é um reflexo das capacidades transformadoras da tecnologia e da capacidade humana de se adaptar e evoluir. À medida que continuamos a avançar, é imperativo que a sociedade acompanhe essas mudanças e crie um ambiente propício para que esses profissionais prosperem.

A sociedade moderna está em constante evolução, e esses pioneiros são reflexo dessa mudança. Suas experiências e desafios moldam nossa compreensão de como a tecnologia está redefinindo o trabalho, o estilo de vida e a conexão global. À medida que olhamos para o futuro, devemos abraçar essa evolução e trabalhar juntos para criar um mundo onde a liberdade, a inovação e a conexão global sejam acessíveis a todos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DUHIGG, Charles. Duhigg - **O poder do hábito**. Editora Objetiva, 2012.

DWECK, Carol. Mindset: a nova psicologia do sucesso Dweck, 2006.

FERRIS, Timothy. **Trabalhe 4 Horas por Semana**. Editora Planeta, 2017.

GOMES, Nathalia Silva Gomes. Nômades digitais: quem são estes novos turistas? Dissertação de Mestrado em Turismo e Desenvolvimento de Destinos e Produtos. - Universidade de Évora, 2019. - Disponível em: [https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/25455/1/Mestrado-Turismo\\_e\\_Developolvimento\\_de\\_Destinos\\_e\\_Produtos-Nathalia\\_Silva\\_Gomes-N%C3%B4mades\\_digitais....pdf](https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/25455/1/Mestrado-Turismo_e_Developolvimento_de_Destinos_e_Produtos-Nathalia_Silva_Gomes-N%C3%B4mades_digitais....pdf). Acesso em: 13 outubro 2023.

HORN, Guilherme. O mindset da inovação: a jornada do sucesso para potencializar o crescimento da sua empresa. Editora Gente, 2021.

MASLOW, Abraham H. A theory of human motivation. Editora Bnpublishing, 1943.

MOLZ, Jeannie German.- ravel connections: Tourism, technology and togetherness in a mobile world. 2012. Disponível em::10.4324/9780203123096 Acesso em: 13 outubro 2023.

O GLOBO. Nômades digitais no mundo já somam 35 milhões, e estimativa é que cheguem a 1 bilhão até 2035. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2023/09/21/o-impacto-dos-nomades-digitais-em-grandes-cidades-do-mundo-estimativa-e-que-cheguem-a-1-bilhao-ate-2035.ghtml>. Acesso em 13 outubro 2023

REICHENBERGER, Ina. Digital nomads – a quest for holistic freedom in work and leisure, *Annals of Leisure Research*. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/11745398.2017.1358098>. Acesso em 13 outubro 2023.

SAP CONCUR. Nômades digitais: o que saber sobre esses profissionais. 2023. Disponível em: <https://www.concur.com.br/blog/article/nomades-digitais-o-que-saber-sobre-esses-profissionais> Acesso em 13 outubro 2023

SINEK, Simon. Sinek, O jogo infinito. Editora Sextante, 2018. - O jogo infinito - Simon Sinek, Editora Sextante, 2018.

SINEK, Simon. Sinek, Comece pelo porquê. Editora Sextante, 2018. - Comece pelo porquê - Simon Sinek, Editora Sextante, 2018.

SOUZA, Matheus de .Souza, Nômade Digital: um guia para você viver e trabalhar como e onde quiser. Autêntica Business, 2019. - Nômade Digital: um guia para você viver e trabalhar como e onde quiser, Matheus de Souza, Autêntica Business, 2019.

SPINKS, Rosie. Meet the 'digital Nomads' Who Travel the World in Search of Fast Wi-Fi. *The Guardian*. Guardian News and Media, 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2015/jun/16/digital-nomads-travel-world-search-fast-wi-fi> Acesso em 13 outubro 2023.

NomadList. Disponível em: <https://nomadlist.com/>. Acesso em 13 outubro 2023

SpaceX. Starlink Objectives. Disponível em: <https://www.spacex.com/updates/#starlink-update-04-28-2020>. Acesso em 17 outubro 2023

Sócientífica. O Starlink está se tornando essencial para o mundo. Disponível em: <https://socientifica.com.br/o-starlink-esta-se-tornando-essencial-para-o-mundo/>. Acesso em 17 outubro 2023

## CAPÍTULO 11

### POSSIBILIDADES DA ARTICULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NAS AULAS DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS

#### **Joyce Favoretti Cardoso**

Professora de Educação Básica na Prefeitura Municipal de Boituva, Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação, pela Must University. Florida – EUA. Licenciada em Letras pela UNICID - SP e em Pedagogia pelo Centro Universitário UNISEB – Ribeirão Preto. Especialista em Direito Educacional e Gestão Educacional e pela Faculdade XV de Agosto – SP, Revisão de Textos pela AVA – Faculdade Integrada - SP e Leitura e Produção de Texto pela Faculdade UNIBF – PR.  
jhoyfavoretti@gmail.com e @joycefavoretti

---

#### **RESUMO**

Cada vez mais rápido a sociedade utiliza as novidades tecnológicas, e essa evolução nestes meios vem conduzindo as mais novas práticas pedagógicas nas mais diversas atividades humanas. A partir dessa incorporação na sociedade não seria diferente com a educação, que com os avanços tecnológicos foi influenciada diretamente por estes. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa que teve como instrumento de fundamentação científica a pesquisa bibliográfica discutir as possibilidades e desafios da inserção da inteligência artificial na educação a distância para que gere a aprendizagem significativa. Evidencia-se que a Inteligência Artificial aplicada na Educação a Distância nas aulas de Leitura e Produção de Textos, com vistas a aprendizagem significativa, ou seja, com um ensino personalizado é possível com a utilização da Inteligência Artificial. E que a aplicação desta traz vantagens tais quais observadas: democratização no ensino; ensino personalizado; mediação em tempo real de qualquer hora e lugar por parte dos alunos. E por parte dos professores foi observado como vantagem a otimização dos dados em informações para facilitação na tomada de decisão.

**Palavras-chave:** Educação a Distância. Teoria da Aprendizagem Significativa. Inteligência Artificial. Ensino personalizado. Leitura e Produção de Textos e IA.

## **1. INTRODUÇÃO**

Constantes mudanças tecnológicas alteram modos de vidas globais a todo momento, numa velocidade antes nunca imaginada. Na educação essas mudanças acontecem de forma lenta e por muitas vezes passa até mesmo despercebida dos olhos dos alunos, que hora ou outra fazem críticas ao modelo de ensino das escolas.

Embora não seja um termo recente a Educação a Distância (EaD) tem se expandido e fortalecido, à medida em que incorpora a sua estrutura mecanismos tecnológicos modernos, sobretudo aqueles que podem auxiliar no encurtamento da distância entre professor e aluno.

Contudo há de se pensar tais possibilidades vão além das metodologias tradicionais de ensino tão piamente criticadas por estudantes e pesquisadores. Assim, diversos pesquisadores e educadores em suas práticas de ensino e pesquisa voltaram seus olhos a educação e embasaram suas ideias no entendimento de que o aluno é o centro de toda a aprendizagem, o ator principal no palco da educação.

E entenderam que o conhecimento é construído socialmente ao longo, num movimento de interação, portanto de ação total, ativa-reflexiva, onde esse movimento possibilita a mudança transformadora por meio de uma ação mais consciente em algum grau de realidade, ou seja, a construção de um novo conhecimento se dá a partir dos conhecimentos pré-existentes já estabelecidos pelo aluno.

Nesse sentido, muito há se falado a respeito da importância da leitura no desenvolvimento do discente como cidadão e vários documentos foram desenvolvidos visando estimular a formação do aluno leitor. Discutindo sobre a função da leitura na escola e a importância da formação do discente como leitor, sabe-se que o docente precisa trabalhar com essa formação, buscando desenvolver a capacidade do discente de interagir com o conhecimento de forma espontânea.

No âmbito educacional, Ausubel (2006), propõe a Teoria da Aprendizagem Significativa – TAS, que propõe o respeito as características socioculturais dos alunos que demanda portanto, conforme visto uma educação personalizada e interativa e que seja capaz de entender o avanço de cada um, bem como a sua necessidade.

Dada essa necessidade, uma educação personalizada a cada indivíduo no modelo tradicional de ensino seria inviável, contudo, com o desenvolvimento das tecnologias isso já é possível. Uma grande variedade de recursos pode ser encontradas e adicionadas as práticas do ensino a distância, e dentre esses recursos se destaca a Inteligência Artificial.

Com potencialidades para suprir a necessidade de um ensino personalizado nas mais diversas áreas e com grande potencial de aprendizagem significativa a educação a distância e a inteligência artificial possibilitam um ensino personalizado, ou seja, de acordo com as

necessidades de cada estudante, por intermédio de Sistemas Tutores de Inteligência – STI.

Diante deste cenário, a investigação parte da seguinte problemática: quais as possibilidades e os desafios da inserção da inteligência artificial na educação a distância?

Dessa forma, tem-se como objetivo geral explicitar as vantagens e desvantagens da inteligência artificial na educação a distância, tendo como base de sustentação para que esta gere a personalização do ensino necessária a aprendizagem significativa. Além disso, se apresentará de forma sucinta o cenário de desenvolvimento e evolução da EaD, compreender conceitualmente a IA e quais categorias convergem na aprendizagem significativa.

Na perspectiva de cumprir seus objetivos o presente estudo está organizado em uma sessão e quatro subseções. Na primeira sessão tece-se sobre a evolução do EaD, onde ampliar-se-á a conceitualização da teoria da Aprendizagem Significativa na primeira subseção. Na segunda subseção será explanado sobre as potencialidades da IA para as aulas de LPT. Já na terceira subseção será percorrido sobre a IA como recurso mediatizador da aprendizagem significativa a EaD, finalizando na quarta subseção sobre os desafios desta articulação na educação.

## **METODOLOGIA**

Quanto a metodologia deste artigo, trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica com abordagem qualitativa. O instrumento de pesquisa é a revisão sistemática, que é uma metodologia rigorosa e confiável para investigar questões de pesquisa e pode fornecer uma visão abrangente e atualizada do estado da arte em relação ao impacto da inteligência artificial no futuro da educação a distância.

A utilização desta metodologia possibilitará a identificação das tendências predominantes, abordagens essenciais e desafios primordiais enfrentados pelos pesquisadores nesse domínio. Além disso, permitirá a realização de uma avaliação crítica das evidências já divulgadas. Nesse contexto, Caldas (2005) destacou a relevância da análise de citações, enfatizando sua importante função em proporcionar referências cruciais no campo de estudo, bem como auxiliar na identificação dos autores pioneiros cujas contribuições são fundamentais para o progresso das pesquisas em uma área específica.

Já em relação a pesquisa qualitativa, esta é uma abordagem metodológica que objetiva a compreensão do significado que os indivíduos atribuem as suas vivências e experiências, nesse sentido Severino (2007), destaca que esta é útil em pesquisas que buscam entender a realidade de forma mais complexa e abrangente.

"Os métodos qualitativos constituem-se como alternativas de

pesquisa que não consideram as especificidades dos fenômenos pensados, procurando conhecer o que se passa no mundo vivido a partir da compreensão dos significados construídos pelos sujeitos que os vivenciam." SEVERINO, 2007, p. 115)

O levantamento de dados sobre inteligência artificial na educação se dará através de pesquisas sobre o tema em publicações em livros, artigos, revistas científicas, teses, dissertações e bancos de pesquisa acadêmicas da internet.

Onde será realizada uma pesquisa aprofundada nestes materiais, além da pesquisa em artigos científicos, teses e dissertações relacionadas ao tema proposto, onde pensa-se ser possível alcançar os objetivos específicos propostos neste projeto e discutir as contribuições as vantagens, aplicações e desafios éticos e regulatórios do uso da inteligência artificial na educação a distância.

## **RESULTADOS**

Diversos foram, são e serão os estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento que buscam compreender como a aprendizagem ocorre de fato. Com vistas ao ensino EaD, diversas são as teorias para que esta aconteça e dentre a que embasará a fundamentação deste trabalho de conclusão de curso está a teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel.

Para Moreira (2009), o conceito central da teoria de Ausubel é a teoria aprendizagem significativa -TAS . Ausubel, propõe nesta teoria que a construção de um novo conhecimento se dá a partir dos conhecimentos já estabelecidos na estrutura cognitiva do aprendiz. No âmbito do educacional, no que se tange, essa teoria promove respeito a individualidade, características e particularidades socioculturais do aprendiz, que demanda processos educacionais mais justos e personalizados aos seus avanços e coerente as suas necessidades.

No que diz respeito a aplicação dessa teoria na EaD, são empregadas estratégias que privilegiam o que o estudante já possui em sua estrutura cognitiva para efetivação de empregabilidade de um novo conteúdo a ser estabelecido nessa estrutura. Logo no que diz respeito a aplicação dessa teoria nos AVA está a formação de um aprendiz autônomo que pesquisa, pensa, cria e inova usando suas já consolidadas habilidades intelectuais e sociais na com vistas a novos aprendizados, ou seja, no seu desenvolvimento cognitivo.

Na visão de Ausubel, a informação que já foi dominada pelo aluno tem um valor significativo e é um fator preponderante que o influenciará na aprendizagem. Moreira (2009) afirma que a aprendizagem significativa é um processo na qual as novas informações são estruturadas e fundamentadas a partir do conhecimento prévio do indivíduo. Ausubel acrescenta ainda que

para cada indivíduo essa incorporação ocorre de maneira diferente e particular, resultando no que ele chama de um 'processo idiossincrático de aprendizagem'.

Porém, Tavares (2006, aponta que para que ocorra a aprendizagem significativa há de se existir três fatores essenciais:

1. Estruturação do novo conhecimento de maneira lógica;
2. Existência do conhecimento cognitivo possibilitando a conexão com um novo conhecimento;
3. Vontade de aprender;

Partindo dessa premissa da teoria aprendizagem significativa na EaD deve enfatizar a conexão desses fatores para apoiar as dimensões da aprendizagem significativa abordando diferentes estratégias pedagógicas com vistas ao desenvolvimento do pensamento.

Jonassen (2007), afirma que as tecnologias na Educação a Distância deveriam ser utilizadas dentro do contexto da aprendizagem significativa e suas dimensões. A aprendizagem significativa pode ser apoiada nos ambientes de Educação a Distância por meio de uma variedade de tecnologias. Estes ambientes e ferramentas construtivistas podem substituir o modelo de EaD controlado pelo professor, por ambientes de trabalho contextualizado, estratégias de pensamento e discurso através da mídia, que apoiem os processos de construção do conhecimento em ambientes a distância (JONASSEN, 2007, p.77)

Como vimos, a aprendizagem significativa deve e pode ser apoiada nos ambientes EaD por uma variedade de recursos e tecnologias, logo, mais abaixo, discorreremos sobre estes, tendo como base o construtivismo, será abordado a IA como recurso da EaD na promoção da TAS.

Em relação a EaD, para sua efetivação, conta com recursos da Inteligência Artificial. Segundo Sancho (2008) o ambiente virtual de aprendizagem – AVA é de fundamental importância para o desenvolvimento do processo educativo no EaD. O autor afirma que para que o processo seja de fato significativo o AVA deve ser constituído de mídias diversificadas, e a Inteligência Artificial é um recurso que surge como consequência dos avanços da tecnologia.

Historicamente, em 1943, o primeiro trabalho de IA, foi feito por Warren McCulloch e Walter Pitts. A nomenclatura da IA foi formalizada em 1954 e com possibilidade de promover um ensino personalizado. Mas foi somente há 32 anos atrás que a Inteligência Artificial adentrou os campos da educação. Hoje com potenciais de promover a personalização do ensino a IA, pode de fato ser a chave que une a aprendizagem significativa na EaD, tendo como recurso a utilização da inteligência artificial.

Uma ampla gama de recursos tecnológicos vem sendo disponibilizada para o atendimento de vários requisitos pertinentes às metodologias educacionais. Sofisticados e atuais softwares são empregados como tecnologias de suporte ao ensino-aprendizagem em diferentes áreas do saber.



Hoje em dia, o uso das tecnologias no âmbito educacional está atrelado a três diferentes realidades tecnológicas a saber: as redes sem fio (*wi-fi*), as tecnologias móveis e ao armazenamento em nuvem.

Já a Inteligência Artificial (IA), tem sua maior aplicação nos Sistemas Tutores Inteligentes – STI, um tipo de *software* que simula algumas atividades humanas e que possuem capacidade de “ensinar e aprender”, adequando estratégias de ensino às necessidades particulares para a aprendizagem de cada estudante favorecendo o ensino-aprendizagem personalizado, por meio da ação contínua do aluno com os recursos interativos e de comunicação nas plataformas de aprendizagem, ou plataformas adaptativas.

A IA é uma ciência que estuda o fenômeno da inteligência e o ramo da engenharia que constrói instrumentos para apoiar a inteligência humana, seja por meio de mecanismos ou de softwares (KERCKHOVE, 2003). E foi através da IA, segundo o mesmo autor, que os ambientes virtuais de aprendizagem EaD evoluíram em importantes aspectos da aprendizagem como a facilidade do uso, interação com usuário, disponibilidade de feedback para tutor e diminuição da necessidade de encontros presenciais.

Além do STI, também podemos observar a presença da IA no sistema *Learning Management Systems* - LMS, a Robótica Educacional Inteligente e os *Massive Open Online Course* (MOOC), que atrelados as três realidades citadas são os responsáveis pelo surgimento de outras novas tecnologias como o *Big Data*, o *Machine Learning* e o *Learning Analytics*. (Valdati, 2020).

Essas plataformas adaptativas contêm conteúdos e atividades com elementos da IA que são capazes de identificar as necessidades dos usuários, indicando caminhos, como refazer atividades, como rever alguns tópicos com falhas de absorção de conhecimento e de modo geral esses sistemas possuem um Módulo do aluno, o Módulo Tutorial, o Módulo de domínio e a Interface, a qual é responsável pela interação tutor/aluno.

Em relação a leitura e produção textual, vem desde muito cedo, desde quando nos conhecemos como seres humanos, a partir de uma embalagem, idealizamos uma leitura de mundo, uma interpretação, e principalmente uma produção textual oral, mas ela fica mais nítida a partir do momento que entramos na escola.

Não é fácil se definir literatura infantil, dificilmente conseguiremos precisão e consenso nessa definição:

Segundo COELHO (2009, p. 27) “a literatura infantil é, antes de tudo, literatura, ou melhor, é arte fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível / impossível realização.”

Segundo Costa (2007, p.16) “o literário traz a marca da invenção e da quebra de padrões de escrita e de representação do mundo e do homem. Já a ciência procura na precisão, na comprovação nas relações necessárias

entre as causas e efeitos explicar o modo como a noção de realidade e constrói nos seres humanos”.

A plurissignificação e a capacidade de instalar sensações são outras características fundamentais de um bom texto literário, pois com a leitura, interpretação, possibilita diferentes sensações, múltiplos sentidos, polissêmica. Disso resulta a forte interação que existe entre texto-leitor Saraiva afirma:

Os traços peculiares do discurso do discurso e da linguagem não garantem ao texto literário existência própria, porque as palavras não existem por si mesmas. Para que as palavras rompam seu vazio e se tornem grávidas de sentidos necessário que o leitor as transfira da materialidade do veículo para sua interioridade e as transforme em parte de sua vida, ou seja é necessário que o leitor reescreva o texto com sua leitura e passe a ler também o mundo com a mensagem que em seu corpo acolheu. (SARAIVA, 2006, p.35)

Ler é muito mais que recitar uma simples palavra, ler é interpretar, sentir o significado real, com toda a riqueza e satisfação que uma boa leitura pode proporcionar, e para isso a professora deve cuidadosamente atingir as leituras de forma espontânea, para que a criança sinta segurança ao falar o que pensa e o que sente.

A capacidade de ler está intimamente ligada a motivação. Infelizmente ainda hoje os pais não têm o costume de incentivar seus filhos a lerem, nem os presentear com livros, o que seria muito bom para os futuros leitores. Outro fator que contribui para as crianças serem bons leitores é o professor motivador.

Mas é no Ensino Médio que o estudante tem o primeiro contato com o estudo da literatura, transmitido por meio da apresentação de textos ou fragmentos e de autores classificados como inerentes a um determinado período literário. A introdução dos conteúdos em sala de aula é realizada através do livro didático e esporadicamente o docente indica uma leitura de uma obra literária como uma atividade extraclasse, pois na maioria das vezes, os discentes não realizam a leitura e propendem a aguardar o docente a retomada oral em sala de aula do que se passa na obra literária sugerida para leitura.

Sendo assim, as práticas de ensino de literatura com abordagem historiográfica, no ensino médio, tem sido o único modo de estudar tal conhecimento. Conforme Cereja aponta em suas pesquisas:

Ensinar literatura brasileira e literatura portuguesa, com base na descrição de seus estilos de época, de suas gerações, autores e obras mais importantes tornou-se um expediente tão comum nas escolas, que para muitos professores é praticamente

impossível imaginar uma prática de ensino diferente dessa. Cereja (2005, p.89).

Ainda, a história da literatura inserida em uma perspectiva de interesse social mostra que a prática da leitura depende de interesses políticos e econômicos. Assim, livros literários seguem às necessidades do mercado, dos bens culturais. Portanto, os meios utilizados no ensino de literatura no ensino médio são concentrados no docente, ou seja, ele é visto como detentor do saber; no caso é um saber instituído sobre os livros, essas características são comuns à escola tradicional, uma escola que enxerga o aluno como agente sem iniciativa em relação ao saber.

De acordo com Bunzen:

“Ensinar literatura não é apenas elencar uma série de textos ou autores e classificá-los num determinado período literário, mas sim revelar ao aluno o caráter atemporal, bem como a função simbólica e social da obra literária”. Bunzen (2006, p.91)

Logo, o ensino de literatura, no ensino médio, precisa cumprir a sua função social de auxiliar os discentes a compreender a si próprios, sua comunidade e o mundo em que convive, a partir de obras literárias que propiciem espaço para análise e problematização de temas que lhe dizem respeito.

Ademais, alguns desafios foram encontrados em relação a articulação da TAS com os recursos da Inteligência artificial na educação a distância, nas aulas de LPT, porém, dado ser um assunto complexo as vantagens, desvantagens e possibilidades dessa articulação serão aqui brevemente apresentadas, com anseios de que em posteriores pesquisas esse assunto possa ser amplamente pesquisado e dialogado

Para Casa, Ribeiro e Silva (2010), a introdução de novas tecnologias pode ter alto custo para as instituições e há dificuldades de mudar práticas pedagógicas existentes. Por outro lado, a IA possibilita técnicas que permitem aos computadores habilidades semelhantes as humanas como compreensão de linguagem natural, resolução de problemas e capacidade de aprender por si; isso possibilita então melhoria dos ambientes virtuais de aprendizagem em EAD.

Ainda com relação à estrutura dos AVAs, a IA permite armazenar e gerenciar dados, tanto de alunos quanto de professores, que serão convertidos em informações à medida que esses dados estejam interconectados, ajudando no diagnóstico do acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, permitindo intervenções específicas.

Outro aspecto a ser pensado pelo lado do estudante na modalidade a distância é a disciplina para estudar sozinho; por outro lado tem-se a democratização do ensino na aquisição dos mais variados conhecimentos; menor custo para o estudante e para a instituição; menor tempo e

possibilidade de estudar de qualquer hora e lugar. Porém há de se pensar nos que não tem acesso e nem os instrumentos necessários para o acesso aos cursos.

Aposta-se nas metodologias ativas através da tecnologia da IA no EaD, na aprendizagem colaborativa e significativa. Na opinião de Lemgruber (s/d) a tendência é que as fronteiras entre educação presencial e à distância cada vez possuam demarcações menos rígidas devido às tecnologias decorrentes da Inteligência Artificial, com a possibilidade de um refinamento constante e crescente da interação mediada, onde o aluno dialoga com a IA e a esta também dialoga com o aluno.

Sem dúvida as tecnologias decorrentes da IA promovem e facilitam a educação, mas por outro lado é justamente pela via humana que a sua implementação poderá ser viável ou não. No Brasil, no ano de 2016, pela plataforma da CNPq, O Brasil possuía registrados 605 grupos de pesquisa em IA.

Isso denota o longo caminho que esse tema tem quanto as suas potencialidades ou não. Com isso, os recursos de inteligência artificial, realidade aumentada, realidade virtual, convergem em um ambiente que eleva o nível da aprendizagem, além de proporcionar ao aluno espaços e interações diversificadas (Moran, 2015).

E à medida que essas tecnologias continuam a se desenvolver, a IA aplicada a EaD, tem o potencial de melhorar o ensino-aprendizagem *online*, por intermédio dos *softwares* de aprendizagem adaptativa, que possibilitam uma aprendizagem significativa através da possibilidade da personalização do ensino nas aulas de LPT.

Nesse sentido os benefícios da literatura, sofre ainda, ainda, muita resistência na formação de leitores. O atual processo de leitura de literatura ainda não tem levado a um aproveitamento satisfatório da Literatura, uma vez que, muitas vezes, foca o ensino da história da literatura ou o trabalho com fragmentos de obras literárias consideradas modelo, não incentivando, dessa forma, o jovem estudante à prática da leitura.

Através dessas análises feitas em relação das mais novas Orientações Curriculares Nacionais para o ensino médio, e, em torno dos Referenciais Curriculares orientados aos alunos do ensino médio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como vimos a Educação a Distância foi um dos fatores que mais influenciaram no desenvolvimento de novas ferramentas das tecnologias da informação e da comunicação. Foi ali que o professor deixou de ser o centro da fluência da ação pedagógica e passou a mediador/facilitador do ensino-aprendizagem. De forma semelhante o papel do aluno nesse contexto também se modificou, que precisa se tornar um sujeito ativo e responsável na construção do conhecimento.

Inferese, consoante Moran 2015, que o uso de tecnologias, tais como as baseadas em IA, elevam o nível de aprendizagem do aluno por proporcionar a estes uma interação com espaços diversificados.

No quesito vantagens ao aluno observou-se nas pesquisas que a aprendizagem a distância mediada pela IA, pode ser sim uma matriz exponencial na obtenção da aprendizagem significativa. Outro ponto positivo observado foi a democratização do ensino e acesso; porém como contra ponto vimos o quesito acesso. Outro ponto positivo ao aluno e a instituição está no baixo custo e na diversidade de materiais multimídia disponíveis.

Aos professores uma das vantagens é a otimização das informações obtidas através da análise de dados, facilitando assim a tomada de decisão para planejamentos e implantações futuras, além da ampla gama de recursos disponíveis baseados nos múltiplos recursos da IA.

Os avanços na aprendizagem das máquinas, provavelmente evoluirão para novos recursos para sanar necessidades pedagógicas e levarão a melhorias nos sistemas de educação personalizados já implementados.

A Inteligência Artificial se mostrou uma ferramenta potencializadora da aprendizagem significativa nas aulas de LPT, dada a possibilidade da personalização do ensino possível no EaD. Pontua-se ainda que os aplicativos, softwares e recursos baseados na IA não visam eliminar as metodologias já existentes, mas auxiliar professores e alunos em suas práticas.

Verifica-se que apesar desses documentos abrirem novas vertentes, incentivando a formação crítico-participativa dos discentes. A falta de determinação que esses documentos apresentam faz com que antigas práticas de ensino continuem, pois em cada um desses documentos mostra-se novas propostas.

Nos dias atuais o ensino da literatura tem-se deteriorado e faz-se necessário que se finalizem novas orientações de práticas pedagógicas de leitura reflexiva, a partir das obras literárias, de uma compreensão dialógica, já trabalhada por autores, importantes na área e pelas orientações curriculares oficiais há algum tempo.

É necessário que o docente tenha consciência de que uma de suas funções é guiar, para que o discente tenha, sua relação com o texto literário, desenvolvendo situações que o levem a produzir seu próprio conhecimento, partindo das ideias e saberes que o discente já possui, enaltecendo e respeitando suas contribuições, encorajando um processo independente de aprendizagem.

O docente atualmente precisa desenvolver as novas propostas educativas e metodológicas tendo em vista as novas exigências de formação cobrados pelas realidades contemporâneas como a diversidade cultural, a leitura tecnológica. Sendo assim, refletir a formação de leitores literários significa repensar objetivos e formas de sistematização do ensino diante de uma prática em processo de modificação.

Dado ser um assunto complexo as vantagens, desvantagens e possibilidades dessa articulação foram aqui brevemente apresentadas, com anseios de que em posteriores pesquisas esse assunto possa ser amplamente pesquisado e dialogado e finalizo deixando aqui meu anseio de que em novas e posteriores pesquisas essa temática possa ser aprofundada, em especial na aplicação da IA na Educação a distância em seus aspectos éticos, legais e regulatórios de aplicação desta.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Márcia. **Cultura Letrada: Literatura e Leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

AUSUBEL, DP **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Tradução ao português de Lígia Teopisto, do original A aquisição e retenção do conhecimento: uma visão cognitiva. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2006.

AUSUBEL, DP; NOVAK, JD; HANESIAN, H. **Psicologia Educacional: Uma visão cognitiva**. Nova York: Holt, Rinehart e Winston, 1968.

CASA, EU; RIBEIRO, AM; SILVA, JL. Ambientes de aprendizagem inteligentes. In: VALENTINI, CB; SACRAMENTO, EM. **Aprendizagem em ambientes virtuais: compartilhando ideias e construindo cenários**. Caxias: EDUCS, 2010.

CEREJA, William Roberto. **Ensino de literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura**. São Paulo: Atual, 2005.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura: Arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

COLOMER, Teresa. **Andar entre os livros: a leitura literária na escola**. São Paulo: global, 2007.

GUAREZI, Rita de Cássia Menegaz; MATOS, Márcia Maria de. **Educação a distância sem segredos**. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2012.

JONASSEN, DH; GRABOWSKI, BL. **Manual das diferenças individuais, aprendizagem e instrução**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1993.

MENDONÇA, Márcia (2006). **Análise linguística no ensino médio: um novo olhar um outro objeto**. In: BUZEN, Clécio & MENDONÇA, Márcia (org). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papyrus, 2007

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo (Org.). **Leitura literária: a mediação escolar**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho acadêmico**. Cortez Editora, 2007.

VALDATI, Aline de Brittos. **Inteligência Artificial - IA**. [livro eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

## Sobre o Organizador

### Prof. Dr. Bruno Matos de Farias



Doutor em Desenvolvimento Local (Ciências Ambientais), Mestre em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Especialização em Docência OnLine: Tutoria em EAD pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Editor chefe na Editora Eptaya. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, com ênfase em Construção Civil, atuando principalmente no seguinte tema: Autovistoria Predial, Perícia e Assistência Técnica. Especialista em Registros de Patentes, Marcas e Programas de Computador. Professor Auxiliar na Universidade Estácio de Sá (UNESA) no Curso de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil.

Professor Auxiliar na UNISOCIESC e Coordenador Pedagógico no Curso de Arquitetura e Urbanismo. Organizador de 9 livros na área da arquitetura e engenharia, com 42 capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas, 11 patentes registradas e 7 programas de computador criados.

**Link do Currículo Lattes:** <https://lattes.cnpq.br/8157069396993825>



## **Publicação em capítulo de livro**


A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.


Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).


## **Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro**


- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.


Para maiores informações, entre em contato!

[contato@epitaya.com.br](mailto:contato@epitaya.com.br) 

[www.epitaya.com.br](http://www.epitaya.com.br) 

[@epitaya](#) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 



**INOVAÇÃO E SOCIEDADE:  
UMA ABORDAGEM  
MULTIDISCIPLINAR**

**BRUNO MATOS DE FARIAS**

**epitaya**  
Editora

